



Plano Municipal de Loulé Para a Integração de Imigrantes 2015-2017

Beneficiários



loulé
concelho

LOCO
desenvolvimento e cidadania

Financiamento



**GOVERNO DE
PORTUGAL**



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Entidade Beneficiária:

Câmara Municipal de Loulé

Sandra Vaz (Divisão de Intervenção Social e Voluntariado)

João Serafim (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes)

Entidade Parceira que Beneficia do Financiamento

Associação In Loco

Vanessa Duarte de Sousa

Entidades Parceiras do Projeto que não Beneficiam do Financiamento:

Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I Central

Agrupamento de Escolas D Dinis

Agrupamento de Escolas Dra. Laura Ayres

Agrupamento de Escolas Padre João Coelho Cabanita

Agrupamento de Escolas Eng.º Duarte Pacheco

Associação de Amizade dos Palop's no Algarve – APALGAR

Associação Esperança e Paz

Associação Imigrantes Romenos e Moldavos do Algarve – DOINA

Associação dos Guineenses no Algarve e Amigos da Guiné-Bissau

Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Ensino Básico Engº Duarte Pacheco

Associação Venezuela Amiga

Associação Social e Cultural de Almancil

Conselho de Cidadania do Consulado Geral do Brasil em Faro (CONCID)

Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Escola Secundária de Loulé

Fundação António Aleixo

Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial GNR Loulé

Instituto da Segurança Social IP – Centro Distrital de Faro

Junta de Freguesia de São Clemente

Junta de Freguesia de Quarteira

Junta de Freguesia de Almancil

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Direção Regional do Algarve

Rotary Clube de Loulé

Participaram ainda na construção do Plano Municipal de Loulé para a Integração dos Imigrantes

Divisão da Cultura e Património

Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação

Equipa de Projeto de Sustentabilidade do Município, Economia Local, Turismo e Emprego Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção da Cidadania

Centro Educacional Hora do Estudo

Associação Movimento Democrático de Mulheres

Cooperativa ECOS

Colaboradores na Moderação dos Fóruns de Imigrantes

Cláudia Silvestre (Divisão de Intervenção Social e Voluntariado)

Kátia Travassos (CONCID)

Luísa Martins (EPICPC)

Selma Cazes (CONCID)

Jorge Brito, André Guerreiro, Flavius Stancius, Maria João Ribeiro (Finalistas do 1º ciclo em Sociologia da Universidade do Algarve)

Nota de Abertura

O Município de Loulé, tem sido, principalmente após o 25 de Abril de 1974, um Concelho acolhedor de comunidades imigrantes, sejam oriundos, principalmente, dos PALOPS numa primeira fase (Década de 70 e 90), da Ucrânia (Década de 90) e da Roménia e Brasil (primeira década do século XXI).

A partir de 2008 o número de imigrantes entrou em decréscimo, como na generalidade do País, mas em 2014 verificou-se um pequeno crescimento, contrariando a tendência de decréscimo no País e Região do Algarve. De salientar que, segundo os Censos de 2011, o Concelho de Loulé registava 10.325 estrangeiros, sendo o nono Município do País neste indicador, apenas atrás de alguns Municípios da Região de Lisboa e margem sul do Tejo.

Em 2014 Loulé tinha 11.074 imigrantes legais, sendo o Concelho com mais imigrantes na região, representando quase 1/5 do total de imigrantes no Algarve. No conjunto das nacionalidades dos residentes no Concelho, estão presentes cem países, o que demonstra a diversidade e riqueza cultural do mesmo.

Face a esta panorâmica demonstrada, respondeu-se ao desafio do Alto Comissariado para as Migrações e conjuntamente com a Associação In Loco, realizou-se uma candidatura para a realização do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes, que tem financiamento do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e teve o seu termo em Junho de 2015.

Para a realização deste projeto, as entidades proponentes desenharam uma abordagem participativa que passa pela realização de diferentes fóruns. Foram realizados três fóruns de imigrantes em Loulé, Quarteira e Almancil. Seguiu-se um fórum que congregou entidades regionais e locais que trabalham diretamente com a população imigrante do concelho. O último encontro participativo contou com a presença de jovens das escolas secundárias de Loulé e Quarteira e da Escola Básica 2/3 de Almancil.

Foram debatidos variadíssimos temas associados ao processo de integração dos imigrantes e são perceptíveis claras necessidades de intervenção, tanto com ações direcionadas diretamente à população estrangeira residente, como com ações destinadas às instituições que têm um papel fundamental no acolhimento e na integração dos imigrantes.

O método participativo utilizado permite chegar mais próximo das populações, mas também daqueles que prestam serviços a estas com vista à promoção do seu bem-estar. Entende-se que todos os participantes são agentes ativos no processo, não se tratando de uma mera auscultação para a elaboração de um documento de intervenção para o futuro. Para além destes fóruns, prevê-se que todos possam trabalhar em conjunto para encontrar soluções para os problemas identificados, tendo um papel igualmente central na implementação e avaliação das ações que venham a ser realizadas. Assume-se a participação como um elemento-chave que permite aproximar as populações das instituições, trabalhando coletivamente para um mesmo fim – fazer do concelho de Loulé um espaço inclusivo e participativo de excelência. É de sublinhar, ainda, que

esta abordagem participativa tem permitido chegar a resultados e a discussões conjuntas que enriquecem as relações entre imigrantes e instituições, assim como são de grande riqueza para a construção deste plano.

Prevê-se que todo este processo de planeamento e de execução de ações para a integração dos imigrantes possa ser estruturado a partir da constituição de uma plataforma local pela integração de imigrantes. Esta plataforma contará com voluntários da comunidade imigrante e instituições que se disponibilizaram a ter um papel ativo na conceção do plano municipal e na sua implementação.

De salientar que, fazendo parte da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, fomos uma das 39 Autarquias inquiridas pelo Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, em Novembro de 2014, no sentido da monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes. Para além da Autarquia, foram inquiridas uma Escola local e uma Unidade Funcional de Prestação de Cuidados de Saúde Primários, ambas em Almancil.

A realização deste Plano para o biénio 2015-2017, será uma mais-valia para o acolhimento e integração dos imigrantes, que representam cerca de 16% da população residente no Concelho, sendo necessário melhorar as respostas e a qualidade de serviços para com estas comunidades, permitindo assim uma maior interligação com a comunidade autóctone e a promoção/incremento gradual da interculturalidade no Concelho de Loulé.

O Presidente da Câmara Municipal de Loulé



Vítor Aleixo

Índice

Nota de Abertura	4
Índice.....	6
Índice de tabelas	8
Índice de gráficos	9
1. Enquadramento	10
2. Diagnóstico Local	13
2.1. Os perfis territoriais distintos da imigração.....	13
2.2. Uma representação importante da população imigrante embora em perda nos últimos anos	21
2.3. Fragilidades nos serviços públicos de acolhimento e integração e a necessidade de um trabalho coletivo para a promoção da inclusão imigrante.....	29
2.4. A universalidade nos problemas de acesso à habitação aliada à necessidade de garante de melhor informação sobre direitos e deveres	32
2.5. Vulnerabilidades múltiplas no acesso ao mercado de trabalho e desconhecimento dos recursos de apoio ao empreendedorismo.....	34
2.6. O domínio frágil do português sem a correspondente oferta qualificante e a necessidade de aposta na integração dos jovens imigrantes nos contextos educativos	41
2.7. Um desconhecimento da oferta formativa existente e a necessidade de reconhecimento das competências.....	45
2.8. O fervilhar de propostas de animação para a promoção da interculturalidade	46
2.9. Dificuldades no acesso e necessidade de informação sobre os direitos no sistema de saúde	49
2.10. Desconhecimento das respostas sociais existentes e fragilidades no apoio a situações de irregularidade	51
2.11. Necessidade de promoção da convivalidade intercultural e a frágil participação nos destinos do concelho	53
2.12. A necessidade de promoção de uma linguagem inclusiva e a valorização das práticas bem sucedidas na população imigrante	54
2.13. Discriminações em função da origem dos imigrantes	55
2.14. A necessidade de estabelecimento de mais relações diplomáticas	57
2.15. Tolerância religiosa mas sem aposta na interação entre diferentes religiões	58
3. Estrutura do Plano	59
3.1. Dimensão Estratégica	59

3.2. Dimensão Operacional.....	67
3.2.1.Serviços de Acolhimento e Integração	67
3.2.2.Urbanismo e Habitação	72
3.2.3.Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	73
3.2.4.Educação e Língua	76
3.2.5.Capacitação e Formação.....	80
3.2.6.Cultura	81
3.2.7.Saúde	87
3.2.8.Solidariedade e Resposta Social	88
3.2.9.Cidadania e Participação Cívica	90
3.2.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública.....	92
3.2.11. Racismo e Discriminação	93
3.2.12. Relações Internacionais	95
3.2.13. Religião	95
3. Modelo de monitorização e de avaliação	96
4. Acompanhamento e Modelo de Governação.....	99
5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	101
Anexos.....	102
Anexo 1. Listagem de entidades participantes no processo de diagnóstico e planeamento e respetivos interlocutores.....	103
Anexo 2. Listagem da documentação consultada	104
Anexo 3. Metodologia dos Fóruns de Imigrantes.....	105
Anexo 4. Metodologia do Fórum de Instituições	108
Anexo 5. Metodologia dos Fóruns de Jovens Imigrantes	111
Anexo 6. Metodologia da consulta a reclusos nos Estabelecimentos Prisionais de Faro e de Olhão	112
Anexo 7. Ficha de consulta de compromissos institucionais.....	114

Índice de tabelas

Tabela 1. Número de Participantes nos Fóruns realizados.....	12
Tabela 2. Variação da população anual de 1991 a 2013, nos concelhos do algarve, na região e no país.....	14
Tabela 3. Estrutura da População segundo a Nacionalidade, por Freguesia, em 2011.....	15
Tabela 4. Representação da População Estrangeira residente nas Freguesias e Concelho de Loulé, por relação à unidade territorial de nível superior.....	16
Tabela 5. Distribuição da População Estrangeira residente por Freguesia e Nacionalidade, em 2011	18
Tabela 6. Indicadores relativos à população imigrante, de 2008 a 2013	22
Tabela 7. População Nacional de Países Terceiros, segundo a nacionalidade e representação face ao total, de 2008 a 2013	26
Tabela 8. Taxa de Desemprego, de emprego e de Atividade por grupos de nacionalidade, em 2011	34
Tabela 9. População por nível de ensino atingido, por grupos de nacionalidade, em 2011	41
Tabela 10. Dados e Indicadores relativos ao Acesso aos Serviços de Saúde Locais, em 2014	49
Tabela 11. Critérios e Questões da Avaliação.....	97

Índice de gráficos

Gráfico 1. Taxa Bruta de Natalidade e Índice de Envelhecimento em Loulé, de 1992 a 2013	23
Gráfico 2. Taxa de Crescimento Migratório em Portugal, Algarve e Loulé, de 1992 a 2013	23
Gráfico 3. Estrutura etária da população estrangeira e de nacionalidade portuguesa, em 2011	24
Gráfico 4. Casamentos com um cônjuge Estrangeiro e com dois cônjuges estrangeiros, e representação dos casamentos com pelo menos um cônjuge estrangeiro no total, de 2000 a 2013	25
Gráfico 5. Nados-Vivos de Mães estrangeiras e sua representação nos nascimentos totais, de 1995 a 2013	25
Gráfico 6. População Estrangeira que solicitou Estatuto de residente, de 1999 a 2013	29
Gráfico 7. Desempregados de Nacionalidade Estrangeira Registados no Fim do Mês, de Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2015	35
Gráfico 8. Desempregados de Nacionalidade Estrangeira Registados no Fim do Mês no Conjunto dos Desempregados Registados, Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2015 (%)	36
Gráfico 9. Representação dos Homens Estrangeiros Desempregados Registados no Fim do Mês, de Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2015 (%)	36
Gráfico 10. Representação dos Desempregados de Nacionalidade Estrangeira com Escolaridade Inferior ao 1º ciclo, no Total dos Desempregados Estrangeiros Registados (%)	37
Gráfico 11. Alunos de Nacionalidade Estrangeira e sua Representação na População Escolar, por Agrupamento, no ano letivo 2013/2014	43

1. Enquadramento

Foram seguidas duas abordagens distintas. Por um lado, sublinha-se o trabalho de interlocução institucional, que se traduziu, numa primeira fase, na realização de reuniões quer entre a equipa responsável, das duas entidades beneficiárias parceiras beneficiárias de financiamento (Município de Loulé e Associação In Loco), numa segunda fase, na realização de encontros com as outras entidades parceiras do projeto e, numa terceira fase, num trabalho mais vasto entre as organizações parceiras e os novos elementos que se voluntariaram a participar na plataforma (organizações, comunidade em geral e munícipes estrangeiros). Complementarmente foram realizados ainda trabalhos de pesquisa documental (em particular no que respeita aos documentos de referência associados à conceção do Plano) e estatística (quer em termos de dados estatísticos oficiais, como através do recurso às entidades locais que prestam apoio à integração dos imigrantes no concelho).

Por outro lado, optou-se por uma abordagem participativa ampla que congregasse três dimensões chave: i) territórios diferenciados; ii) vários atores com relevo para a ação (organizações, comunidade de acolhimento e imigrantes); iii) uma perspetiva geracional distinta no caso da participação dos imigrantes; iv) a inclusão de grupos em situação de grande vulnerabilidade (reclusos imigrantes).

Para a fase de diagnóstico e conceção das propostas a inscrever em plataforma foram realizados três fóruns de imigrantes distribuídos pelos territórios onde a comunidade imigrante está mais presente, em particular os nacionais de países terceiros (NPT), a saber: Loulé, Almancil e Quarteira. Utilizou-se a metodologia do fórum comunitário aliada à realização de *focus groups*. Assim, num primeiro momento, foi apresentado ao conjunto dos participantes os objetivos de cada um dos fóruns, seguido da organização em subgrupos, pretendendo-se que em cada um se pudessem trabalhar todas as áreas sugeridas previamente pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), nomeadamente: Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Mercado de trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação; Cultura; Saúde; Solidariedade e Resposta Social; Cidadania e Participação Cívica; Media e Sensibilização da opinião Pública; Racismo e Discriminação; Relações Internacionais e Religião. Os subgrupos foram orientados por mediadores voluntários do Município de Loulé. Os imigrantes foram desafiados a refletir sobre problemas e necessidades identificadas e a apresentar soluções ou medidas de ação necessárias para promover a integração dos estrangeiros a residir no concelho, para cada uma das áreas referenciadas. No final, foram apresentados os resultados de cada um dos subgrupos, dando a oportunidade de todos os presentes se poderem pronunciar e acrescentar elementos relevantes que não tivessem sido referenciados¹.

Todos os resultados foram sistematizados, seguindo-se a realização do Fórum de Instituições que teve como ponto de partida os resultados obtidos nos fóruns realizados previamente. A abordagem metodológica adotada foi similar àquela realizada com os imigrantes, pese embora se tenham desafiado as organizações presentes a refletirem, adicionalmente, sobre os recursos e as respostas institucionais existentes para a resolução dos problemas, assim como

¹ Vide Metodologia do Fórum de Imigrantes no anexo 3.

sobre os seus próprios compromissos institucionais para assegurar a viabilização dessa solução. Cada subgrupo debateu sobre conjuntos de temas, em função da área de trabalho institucional assegurada pelas várias organizações presentes. Assim, num dos grupos debateram-se os temas de: Mercado de trabalho e Empreendedorismo; Educação e Língua; Capacitação e Formação; Media e Sensibilização da opinião Pública. Um segundo grupo refletiu sobre os temas: Cultura; Cidadania e Participação Cívica; Racismo e Discriminação; e, Religião. O terceiro grupo debateu os restantes temas, a saber: Serviços de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Saúde; Solidariedade e Resposta Social; Relações Internacionais e Religião. Acordou-se com as organizações presentes que os resultados obtidos nos vários grupos iriam ser partilhados, de modo a que todas se pudessem pronunciar em relação aos restantes temas².

Seguiu-se ainda um outro fórum destinado especificamente aos jovens imigrantes. Sabendo de antemão que esta é uma participação mais restrita, optou-se pelo envolvimento das escolas de nível de 2º e 3º ciclo, assim como de ensino secundário, para que estas pudessem mobilizar os jovens a participar neste fórum. O Município de Loulé assegurou a deslocação dos jovens estudantes na Escola Secundária de Loulé e da Escola Secundária de Quarteira, para a Escola de 2º e 3º ciclo de Almancil, local mais central geograficamente e onde se realizou este último fórum. De referir que o calendário previsto para este fórum teve de ser revisto em função das atividades letivas e das festividades locais (nomeadamente no que respeita ao Carnaval). Por essa razão o fórum agendou-se para data posterior à realização do Fórum das Instituições. Para este fórum optou-se pela metodologia *Metaplan*, sendo os jovens convidados a pensar individualmente sobre problemas relacionados com o seu processo de inclusão, seguido da sua orientação em nuvens de problemas e reflexão em grupo sobre possíveis soluções para esses mesmos problemas³.

Finalmente, realizaram-se encontros com a população imigrante que se encontra em situação de reclusão, nos estabelecimentos prisionais de Olhão e Faro, tendo sido utilizada a mesma metodologia aplicada nos fóruns locais de imigrantes⁴.

Para a validação das propostas inscritas em plano, optou-se pela sistematização de todas as medidas que foram apresentadas inicialmente às instituições. Neste caso foi igualmente enviada uma ficha para que cada entidade pudesse aferir internamente sobre o seu envolvimento na execução⁵. Seguiu-se novo encontro com os jovens procurando igualmente aferir dos seus compromissos na qualidade de grupo informal mobilizado para a promoção da inclusão deste grupo, onde também se debateram as medidas sistematizadas no Plano. Por fim, realizou-se encontro com associações de imigrantes, elementos da comunidade de acolhimento e da comunidade imigrante que se propuseram a integrar a plataforma local para a integração de imigrantes.

No conjunto, registaram-se 146 participações, estando envolvidas 26 instituições locais e regionais. O quadro seguinte apresenta o número de participantes em cada um dos fóruns realizados.

² Vide metodologia do Fórum de Instituições no anexo 4.

³ A metodologia do Fórum de Jovens Imigrantes pode ser consultada no anexo 5.

⁴ Metodologia da consulta aos reclusos disponíveis no anexo 6.

⁵ Modelo de ficha utilizada constante no anexo 7. Esta foi a ficha inicialmente colocada a discussão que foi posteriormente reformulada em função dos restantes momentos de consulta realizados onde foram introduzidas algumas alterações às medidas propostas inicialmente.

TABELA 1. NÚMERO DE PARTICIPANTES NOS FÓRUNS REALIZADOS

Fórum	Data de Realização	Nº de participantes	Nº de organizações	Nº Nacionalidades
Fórum de Imigrantes Loulé	13 de fevereiro de 2015	10		8 (Portugal; Rússia; Rep. Checa; Ucrânia; Cabo Verde; Venezuela; Brasil; Roménia)
Fórum de Imigrantes Almancil	20 de fevereiro de 2015	21		6 (Portugal; Roménia; Guiné Bissau; Moldávia; Cabo Verde; Venezuela)
Fórum de Imigrantes Quarteira	27 de fevereiro de 2015	24		8 (Portugal; Argélia; Ucrânia; Angola; Holanda; França; Brasil; Cabo Verde)
Fórum de Instituições	9 de março de 2015	26	17	-
Fórum de Jovens Imigrantes	11 de março de 2015	9	-	5 (Angola; Roménia; Brasil; Cabo Verde; Rússia)
Fórum Imigrantes em situação de Reclusão (Estabelecimento Prisional de Olhão)	14 de abril de 2015	12	-	4 (Angola; Cabo Verde; Marrocos; Portugal)
Fórum Imigrantes em situação de Reclusão (Estabelecimento Prisional de Faro)	14 de abril de 2015	2	-	2 (Guiné Bissau)
II Fórum de Instituições	2 de Junho de 2015	20	19	4 (Roménia; Ucrânia; Brasil; Angola)
II Fórum de Jovens Imigrantes	3 de Junho de 2015	6	-	4 (Brasil; Roménia; Angola; Rússia)
Fórum de Imigrantes da Plataforma de Monitorização do Plano	3 de Junho de 2015	16	6	6 (Guiné Bissau; Portugal; Brasil; Roménia; Venezuela; França)
Total de participações		146	26 Entidades participantes	15

Fonte: Própria.

2. Diagnóstico Local

2.1. Os perfis territoriais distintos da imigração

As últimas décadas foram determinantes para alguns concelhos do Algarve que beneficiaram do período áureo de desenvolvimento do setor imobiliário, turístico e da construção civil. Fruto da recente reorganização administrativa, o concelho de Loulé é composto por 9 freguesias distribuídas pelo litoral, barrocal e serra. Em cada uma destas áreas registam-se perfis socioeconómicos distintos, aliados a perfis de especialização igualmente diferenciados. As freguesias de litoral foram as que mais beneficiaram do crescimento dessas atividades económicas e, paralelamente, de uma maior densificação demográfica e de crescimento da imigração.

De acordo com as estimativas demográficas do INE, de 1991 a 2013, o concelho registou um aumento de 46% da sua população. Desde 1992 que o crescimento anual era superior a 2%, pese embora a população fosse crescendo a um ritmo menos acelerado. No Algarve, só Albufeira registou um crescimento superior ao de Loulé. Passada uma década, de 2002 a 2011 a variação anual da população foi inferior a 2% mas sempre superior a 1,5%. No entanto, tal é uma tendência que tem sido descontinuada desde 2011, altura em que o concelho começou a registar perdas populacionais, o que de resto é igualmente visível para a grande maioria dos concelhos algarvios (constitui exceção o concelho de Olhão, com uma relativa estabilização da sua população). Tais tendências concelhias ficam a dever-se, essencialmente, à maior vulnerabilidade da economia local, face à estagnação e fragilidade dos setores dominantes associadas ao contexto de crise que atravessa toda a economia ao nível nacional.

TABELA 2. VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ANUAL DE 1991 A 2013, NOS CONCELHOS DO ALGARVE, NA REGIÃO E NO PAÍS

	1991/ 1992	1992/ 1993	1993/ 1994	1994/ 1995	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	1991/ 2013
Portugal	0,0	0,2	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,8	0,6	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,3	-0,5	-0,6	4,8
Algarve	0,8	1,1	1,2	1,2	1,4	1,6	1,6	1,8	2,0	2,0	1,8	1,4	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,2	-1,1	-0,4	-0,5	27,6
Albufeira	3,6	4,0	4,1	4,0	4,2	4,3	3,8	4,2	4,3	3,9	3,5	2,8	2,4	2,6	2,4	2,5	2,4	2,5	2,4	-1,1	-0,4	-0,4	83,7
Alcoutim	-2,0	-2,0	-2,2	-1,7	-2,3	-2,3	-1,6	-1,6	-1,8	-2,1	-2,3	-2,6	-2,6	-2,3	-2,5	-2,9	-2,8	-2,6	-2,5	-3,9	-3,2	-3,5	-41,7
Aljezur	-0,1	-0,2	0,0	0,3	0,4	0,8	0,7	1,2	1,4	2,0	1,8	1,2	1,0	0,7	1,0	0,7	0,9	1,3	1,0	-1,8	-1,1	-0,9	13,0
Castro Marim	-0,8	-0,5	-0,3	-0,6	-0,4	-0,2	-0,2	-0,3	0,1	0,7	0,5	0,4	-0,1	-0,1	0,4	0,4	0,0	0,3	0,2	-1,8	-0,7	-0,7	-3,9
Faro	1,0	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,5	1,7	1,6	1,5	1,2	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	-2,2	-1,4	-1,5	18,8
Lagoa	1,3	1,7	1,9	1,9	2,0	2,4	2,3	2,4	2,8	1,8	1,5	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	0,9	1,0	0,9	-0,8	-0,1	-0,1	33,1
Lagos	0,8	0,9	1,1	1,4	1,6	1,9	1,9	2,2	2,5	3,1	2,6	2,2	1,8	1,8	1,9	2,0	1,9	1,9	1,9	-0,8	-0,1	-0,2	40,5
Loulé	1,8	2,1	2,3	2,1	2,4	2,5	2,5	2,6	2,8	2,6	2,3	1,8	1,6	1,5	1,6	1,9	1,8	1,7	1,6	-0,9	-0,2	-0,3	46,0
Monchique	-1,1	-0,4	-0,7	-0,2	-0,3	-0,5	-0,3	-0,7	-0,3	-0,7	-1,1	-1,6	-1,8	-1,4	-1,3	-1,4	-1,5	-1,4	-1,5	-3,1	-2,2	-2,1	-22,7
Olhão	0,6	0,6	0,9	0,8	0,9	1,0	1,1	1,3	1,5	1,5	1,3	0,9	1,1	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	-0,5	0,1	0,0	21,2
Portimão	0,8	0,7	0,9	1,1	1,2	1,6	1,6	2,0	2,3	3,0	2,8	2,3	2,1	2,0	2,1	2,2	2,0	2,0	1,9	-0,7	-0,1	-0,1	39,9
São Brás de Alportel	1,9	3,2	3,4	3,0	3,0	3,0	2,7	2,6	3,3	1,2	0,8	0,6	0,4	0,4	0,4	0,7	0,8	0,7	0,6	-1,1	-0,1	-0,1	36,5
Silves	-0,4	-0,3	-0,2	-0,3	0,3	0,5	0,6	0,7	1,2	1,4	1,3	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	0,9	-1,0	-0,2	-0,2	11,0
Tavira	-0,6	-0,6	-0,4	-0,2	0,1	0,1	0,3	0,5	0,9	0,8	0,8	0,5	0,2	0,5	0,3	0,7	0,4	0,5	0,4	-1,4	-0,4	-0,5	2,9
Vila do Bispo	-1,6	-1,4	-1,1	-0,9	-0,5	-0,6	-0,1	-0,7	-0,2	0,3	0,3	0,1	-0,3	-0,5	-0,2	-0,1	-0,8	0,0	0,0	-0,6	-0,3	-0,1	-8,8
Vila Real de Santo António	2,0	2,7	2,5	2,4	2,0	2,0	1,9	1,7	1,6	1,2	1,1	0,5	0,5	0,4	0,7	0,8	0,8	0,5	0,6	-0,7	0,1	-0,1	28,5

Fonte: Estimativas demográficas - INE. Cálculo próprio dos indicadores.

No que respeita à distribuição da população residente segundo a nacionalidade, no recenseamento de 2011, conclui-se por uma representação superior de imigrantes face à população total no concelho de Loulé, por comparação com a região e o país. Em 2011, a população imigrante representava no país 3,4%, 10,7% no Algarve e 13,5% no concelho de Loulé. Em 2011 registavam-se 9513 residentes com nacionalidade estrangeira. Dentro do concelho denota-se uma diversidade nas escolhas residenciais dos estrangeiros. Assim, era nas freguesias urbanas que se verificava uma maior presença da população imigrante face ao total da população residente no concelho. Constitui exceção a este perfil a freguesia de Boliqueime que apresentava uma população imigrante de 12,6% face ao total da população residente. Almancil e Quarteira eram as duas freguesias com maior população residente estrangeira no total da população, perfazendo 21,7% e 16,1% da população, respetivamente. De referir que no conjunto dos residentes com dupla nacionalidade a grande maioria tem pelo menos uma nacionalidade no seio da União Europeia.

TABELA 3. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO SEGUNDO A NACIONALIDADE, POR FREGUESIA, EM 2011

Localização geográfica		TOTAL	Portugal	Estrangeira	Dupla nacionalidade	Apátrida
Portugal	Nº	10562178	9956911	359969	244745	553
	%	100	94,3	3,4	2,3	0,0
Algarve	Nº	451006	386570	48435	15876	125
	%	100	85,7	10,7	3,5	0,0
Loulé	Nº	70622	57724	9513	3363	22
	%	100	81,7	13,5	4,8	0,0
Almancil	Nº	11136	8083	2411	635	7
	%	100	72,6	21,7	5,7	0,1
Alte	Nº	1997	1775	164	58	0
	%	100	88,9	8,2	2,9	0,0
Ameixial	Nº	439	428	11	0	0
	%	100	97,5	2,5	0,0	0,0
Boliqueime	Nº	4973	4148	627	193	5
	%	100	83,4	12,6	3,9	0,1
Quarteira	Nº	21798	17031	3514	1246	7
	%	100	78,1	16,1	5,7	0,0
Querença, Tôr e Benafim	Nº	2713	2438	194	81	0
	%	100	89,9	7,2	3,0	0,0
Salir	Nº	2775	2571	153	51	0
	%	100	92,6	5,5	1,8	0,0
Loulé (São Clemente)	Nº	17358	15084	1538	735	1
	%	100	86,9	8,9	4,2	0,0
Loulé (São Sebastião)	Nº	7433	6166	901	364	2
	%	100	83,0	12,1	4,9	0,0

Fonte: Censos 2011 - INE. Cálculo próprio dos indicadores.

O perfil socioeconómico local reflete-se na distribuição da população estrangeira pelo espaço. Assim, a maior concentração a população imigrante do concelho regista-se nas freguesias urbanas de Loulé (São Clemente), Quarteira e Almancil. Estas três freguesias congregavam, em

2011, 78,4% da população residente. Excluindo a freguesia de Loulé (São Sebastião) que é contígua à área urbana do concelho, todas as restantes freguesias tinham pouco mais de 10% dos imigrantes do concelho. O concelho de Loulé atraía aproximadamente 1/5 dos imigrantes residentes no Algarve.

TABELA 4. REPRESENTAÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NAS FREGUESIAS E CONCELHO DE LOULÉ, POR RELAÇÃO À UNIDADE TERRITORIAL DE NÍVEL SUPERIOR

Localização geográfica	Estrangeira	
Algarve	Nº	48435
	%	13,5
Loulé	Nº	9513
	%	19,6
Almancil	Nº	2411
	%	25,3
Alte	Nº	164
	%	1,7
Ameixial	Nº	11
	%	0,1
Boliquiteime	Nº	627
	%	6,6
Quarteira	Nº	3514
	%	36,9
Querença, Tôr e Benafim	Nº	194
	%	2,0
Salir	Nº	153
	%	1,6
Loulé (São Clemente)	Nº	1538
	%	16,2
Loulé (São Sebastião)	Nº	901
	%	9,5

Fonte: Censos 2011 - INE. Cálculo próprio dos indicadores.

Esta dinâmica de localização da população imigrante está intrinsecamente associada à origem dos imigrantes e às razões da procura do país como espaço de residência, o que de resto é verificável noutros concelhos da região. As freguesias rurais, menos apelativas em termos de emprego, mas com um enorme potencial em termos paisagísticos e para fins de lazer, é caracterizado por um perfil de imigrantes maioritariamente provindos da União Europeia, sendo que na maioria destas freguesias a nacionalidade dominante é a britânica, holandesa e alemã. A única freguesia urbana que tem a população estrangeira maioritariamente de origem europeia é Almancil, pese embora a sua grande parte seja de origem romena (o que reflete razões de procura do país para residência, completamente distintas do anterior grupo de nacionalidades dominantes nas freguesias rurais). Nas freguesias urbanas e de litoral, dominam os imigrantes com origem em países terceiros europeus, no Brasil e no continente africano. Assim, nas freguesias do litoral e barrocal predomina uma escolha essencialmente centrada na sobrevivência, quando na serra

domina a procura por motivos de descanso (em particular daqueles que escolhem o país para gozar o período de reforma).

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE POR FREGUESIA E NACIONALIDADE, EM 2011

Nacionalidade	Portugal		Algarve		Loulé		Almancil		Alte		Ameixial		Boliquiteime		Quarteira		Querença, Tôr e Benafim		Salir		Loulé (São Clemente)		Loulé (São Sebastião)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estrangeira	359969	100	48435	100	9513	100	2411	100	164	100	11	100	627	100	3514	100	194	100	153	100	1538	100	901	100
Europa	131019	36,4	31732	65,5	5983	62,9	1861	77,2	141	86,0	7	63,6	526	83,9	1541	43,9	170	87,6	130	85,0	987	64,2	620	68,8
União Europeia 27 (S/PT)	82289	62,8	22049	69,5	4355	72,8	1540	82,8	118	83,7	7	100,0	401	76,2	919	59,6	162	95,3	109	83,8	643	65,1	456	73,5
França	10446	12,7	851	3,9	167	3,8	32	2,1	10	8,5	0	0,0	8	2,0	37	4,0	7	4,3	11	10,1	51	7,9	11	2,4
Países Baixos (Holanda)	3406	4,1	1324	6,0	241	5,5	51	3,3	9	7,6	0	0,0	40	10,0	43	4,7	17	10,5	6	5,5	39	6,1	36	7,9
Alemanha	8112	9,9	2710	12,3	231	5,3	35	2,3	15	12,7	0	0,0	38	9,5	35	3,8	11	6,8	12	11,0	43	6,7	42	9,2
Itália	2406	2,9	228	1,0	35	0,8	6	0,4	0	0,0	0	0,0	2	0,5	19	2,1	0	0,0	2	1,8	4	0,6	2	0,4
Reino Unido	14461	17,6	8428	38,2	1502	34,5	322	20,9	73	61,9	4	57,1	198	49,4	312	33,9	90	55,6	56	51,4	246	38,3	201	44,1
Irlanda	1247	1,5	588	2,7	123	2,8	22	1,4	0	0,0	0	0,0	14	3,5	32	3,5	13	8,0	5	4,6	16	2,5	21	4,6
Dinamarca	333	0,4	89	0,4	21	0,5	4	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,4	6	3,7	2	1,8	2	0,3	3	0,7
Grécia	129	0,2	9	0,0	2	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Espanha	8873	10,8	547	2,5	81	1,9	11	0,7	0	0,0	0	0,0	1	0,2	42	4,6	2	1,2	4	3,7	16	2,5	5	1,1
Bélgica	1687	2,1	464	2,1	57	1,3	11	0,7	2	1,7	0	0,0	9	2,2	12	1,3	1	0,6	1	0,9	12	1,9	9	2,0
Luxemburgo	343	0,4	23	0,1	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Suécia	495	0,6	127	0,6	16	0,4	6	0,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0	4	0,4	1	0,6	0	0,0	3	0,5	2	0,4
Finlândia	281	0,3	87	0,4	15	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	10	1,1	0	0,0	2	1,8	1	0,2	2	0,4
Áustria	364	0,4	76	0,3	11	0,3	2	0,1	1	0,8	0	0,0	2	0,5	0	0,0	0	0,0	1	0,9	3	0,5	2	0,4
Malta	27	0,0	6	0,0	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2
Estónia	108	0,1	29	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Letónia	183	0,2	12	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lituânia	332	0,4	26	0,1	3	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Polónia	731	0,9	80	0,4	12	0,3	2	0,1	0	0,0	0	0,0	1	0,2	6	0,7	0	0,0	0	0,0	1	0,2	2	0,4
República Checa	165	0,2	36	0,2	10	0,2	1	0,1	0	0,0	0	0,0	3	0,7	1	0,1	0	0,0	0	0,0	4	0,6	1	0,2
Eslováquia	86	0,1	11	0,0	2	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Hungria	303	0,4	40	0,2	8	0,2	1	0,1	0	0,0	0	0,0	1	0,2	4	0,4	0	0,0	0	0,0	1	0,2	1	0,2
Roménia	22816	27,7	4971	22,5	1780	40,9	1033	67,1	8	6,8	2	28,6	81	20,2	327	35,6	13	8,0	7	6,4	195	30,3	114	25,0
Bulgária	4896	5,9	1282	5,8	35	0,8	0	0,0	0	0,0	1	14,3	0	0,0	27	2,9	1	0,6	0	0,0	5	0,8	1	0,2

(continuação)

Nacionalidade	Portugal		Algarve		Loulé		Almancil		Alte		Ameixial		Boliqeime		Quarteira		Querença, Tôr e Benafim		Salir		Loulé (São Clemente)		Loulé (São Sebastião)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Eslovénia	48	0,1	5	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Chipre	11	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros países (parcial)	48730	13,5	9683	20,0	1628	17,1	321	13,3	23	14,0	0	0,0	125	19,9	622	17,7	8	4,1	21	13,7	344	22,4	164	18,2
Noruega	294	0,6	111	1,1	14	0,9	3	0,9	0	0,0	0	-	3	2,4	3	0,5	0	0,0	1	4,8	3	0,9	1	0,6
Suíça	1543	3,2	279	2,9	36	2,2	3	0,9	0	0,0	0	-	7	5,6	13	2,1	3	37,5	1	4,8	6	1,7	3	1,8
Rússia (Federação da)	4205	8,6	745	7,7	125	7,7	8	2,5	3	13,0	0	-	9	7,2	69	11,1	1	12,5	0	0,0	23	6,7	12	7,3
Outros países - Europa	42688	87,6	8548	88,3	1453	89,3	307	95,6	20	87,0	0	-	106	84,8	537	86,3	4	50,0	19	90,5	312	90,7	148	90,2
África	96418	26,8	4915	10,1	1143	12,0	356	14,8	16	9,8	0	0,0	27	4,3	435	12,4	4	2,1	1	0,7	182	11,8	122	13,5
África do Sul	723	0,7	114	2,3	36	3,1	9	2,5	0	0,0	0	-	5	18,5	6	1,4	1	25,0	0	0,0	6	3,3	9	7,4
Angola	24723	25,6	885	18,0	185	16,2	27	7,6	0	0,0	0	-	3	11,1	130	29,9	1	25,0	1	100,0	21	11,5	2	1,6
Cabo Verde	37081	38,5	2092	42,6	635	55,6	229	64,3	8	50,0	0	-	16	59,3	178	40,9	1	25,0	0	0,0	118	64,8	85	69,7
Guiné-Bissau	15632	16,2	871	17,7	147	12,9	55	15,4	0	0,0	0	-	0	0,0	60	13,8	0	0,0	0	0,0	21	11,5	11	9,0
Moçambique	3515	3,6	163	3,3	19	1,7	0	0,0	0	0,0	0	-	0	0,0	16	3,7	0	0,0	0	0,0	3	1,6	0	0,0
São Tomé e Príncipe	9764	10,1	86	1,7	18	1,6	3	0,8	0	0,0	0	-	0	0,0	7	1,6	0	0,0	0	0,0	4	2,2	4	3,3
Outros países - África	4980	5,2	704	14,3	103	9,0	33	9,3	8	50,0	0	-	3	11,1	38	8,7	1	25,0	0	0,0	9	4,9	11	9,0
América	110769	30,8	9913	20,5	2064	21,7	156	6,5	7	4,3	4	36,4	66	10,5	1338	38,1	18	9,3	18	11,8	315	20,5	142	15,8
Argentina	397	0,4	60	0,6	16	0,8	1	0,6	0	0,0	0	0,0	2	3,0	7	0,5	0	0,0	0	0,0	1	0,3	5	3,5
Brasil	101991	92,1	9079	91,6	1859	90,1	124	79,5	5	71,4	4	100,0	45	68,2	1259	94,1	11	61,1	17	94,4	275	87,3	119	83,8
Canadá	1118	1,0	141	1,4	40	1,9	1	0,6	0	0,0	0	0,0	8	12,1	17	1,3	1	5,6	0	0,0	8	2,5	5	3,5
Estados Unidos da América	2230	2,0	244	2,5	46	2,2	8	5,1	0	0,0	0	0,0	6	9,1	13	1,0	1	5,6	1	5,6	9	2,9	8	5,6
Venezuela, República Bolivariana da	2448	2,2	84	0,8	40	1,9	17	10,9	0	0,0	0	0,0	1	1,5	9	0,7	0	0,0	0	0,0	9	2,9	4	2,8
Outros países - América	2585	2,3	305	3,1	63	3,1	5	3,2	2	28,6	0	0,0	4	6,1	33	2,5	5	27,8	0	0,0	13	4,1	1	0,7

(continuação)

Nacionalidade	Portugal		Algarve		Loulé		Almancil		Alte		Ameixial		Boliquiteime		Quarteira		Querença, Tôr e Benafim		Salir		Loulé (São Clemente)		Loulé (São Sebastião)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ásia	21387	5,9	1795	3,7	302	3,2	33	1,4	0	0,0	0	0,0	6	1,0	195	5,5	2	1,0	4	2,6	47	3,1	15	1,7
China	11017	51,5	845	47,1	154	51,0	22	66,7	0	-	0	-	3	50,0	75	38,5	0	0,0	3	75,0	39	83,0	12	80,0
Índia	3019	14,1	332	18,5	56	18,5	4	12,1	0	-	0	-	1	16,7	45	23,1	0	0,0	0	0,0	6	12,8	0	0,0
Japão	244	1,1	8	0,4	2	0,7	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	2	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Macau	21	0,1	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Paquistão	1613	7,5	76	4,2	3	1,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	2	1,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,7
Timor Leste	146	0,7	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros países - Ásia	5327	24,9	531	29,6	87	28,8	7	21,2	0	-	0	-	2	33,3	71	36,4	2	100,0	1	25,0	2	4,3	2	13,3
Oceânia	372	0,1	80	0,2	21	0,2	5	0,2	0	0,0	0	0,0	2	0,3	5	0,1	0	0,0	0	0,0	7	0,5	2	0,2
Austrália	314	84,4	68	85,0	20	95,2	5	100,0	0	-	0	-	1	50,0	5	100,0	0	-	0	-	7	100,0	2	100,0
Outros países da Oceânia	58	15,6	12	15,0	1	4,8	0	0,0	0	-	0	-	1	50,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	0	0,0
Outros países	4	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	0	0,0	0	-	0	-	0	0,0	0	0,0

Fonte: Censos 2011 - INE. Cálculo próprio dos indicadores.

2.2. Uma representação importante da população imigrante embora em perda nos últimos anos

Desde 2011, e tal como referido anteriormente, a população de Loulé tem vindo a decrescer, perdendo até 2013, 14,2% do registado nesse primeiro ano. Mas o ritmo de perda é mais intenso na população estrangeira que nesse período teve uma diminuição de 14,5%, e ainda mais acentuado na população nacional de países terceiros - entre 2011 e 2013 registou-se uma perda de 29,5% desta população. Este último indicador pode estar relacionado com o perfil de imigração em causa e o contexto de crise por que a região atravessa. A população que escolhe o concelho para residir como forma de subsistência poderá estar a optar por outros locais de residência. No entanto, também não se pode excluir a hipótese de que parte desta perda possa ser justificada por pedidos de nacionalidade portuguesa⁶.

Na série temporal disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras⁷, desde 2008 que se regista perda de população estrangeira residente no concelho de Loulé. Apesar disso, a sua representação na população total do concelho tem sido variável, o que se justifica também por outros fluxos de perda na população residente de nacionalidade portuguesa.

A população nacional de países terceiros tem vindo a perder representação no conjunto dos estrangeiros residentes no concelho (em 2008, perfazia 57,1% do total dos estrangeiros residentes, baixando para uma representação de 51,7% em 2013), o que vem reforçar o que foi referenciado anteriormente em relação ao perfil de imigração. É bastante provável que parte importante da imigração por sobrevivência esteja em parte importante dos nacionais destes países, não sendo de excluir outras nacionalidades europeias em que tal também ocorre.

Em 2013, a população estrangeira residente o concelho representava 18,1% da população total e a nacional de países terceiros tinha um peso de 9,4% na população residente do concelho. De sublinhar ainda o facto de haver uma enorme diversidade de culturas em presença. No conjunto da população residente na região, os estrangeiros residentes no concelho têm vindo a perder importância, representando, em 2013, 2,5% do total da população residente. O concelho tinha em 2013, estrangeiros residentes de 95 países distintos, sendo que os nacionais de países terceiros eram oriundos de 72 países distintos, o que demonstra a sua importância no conjunto da população imigrante residente. No entanto, em 42 nacionalidades de países terceiros há uma representação de menos de 10 estrangeiros residentes, o que evidencia a igual dispersão desta população.

⁶ De acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras esta é uma possibilidade viável, pese embora não existam dados de base concelhia que nos permita aferir qual o impacto que a alteração do estatuto tem na perda da imigração local. Só os próximos Censos poderão ajudar a esclarecer melhor as alterações que se estão agora a registar.

⁷ De referir que existem descoincidências entre os dados apresentados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o INE o que se justifica pelas abordagens metodológicas diferenciadas utilizadas para a análise da população estrangeira residente.

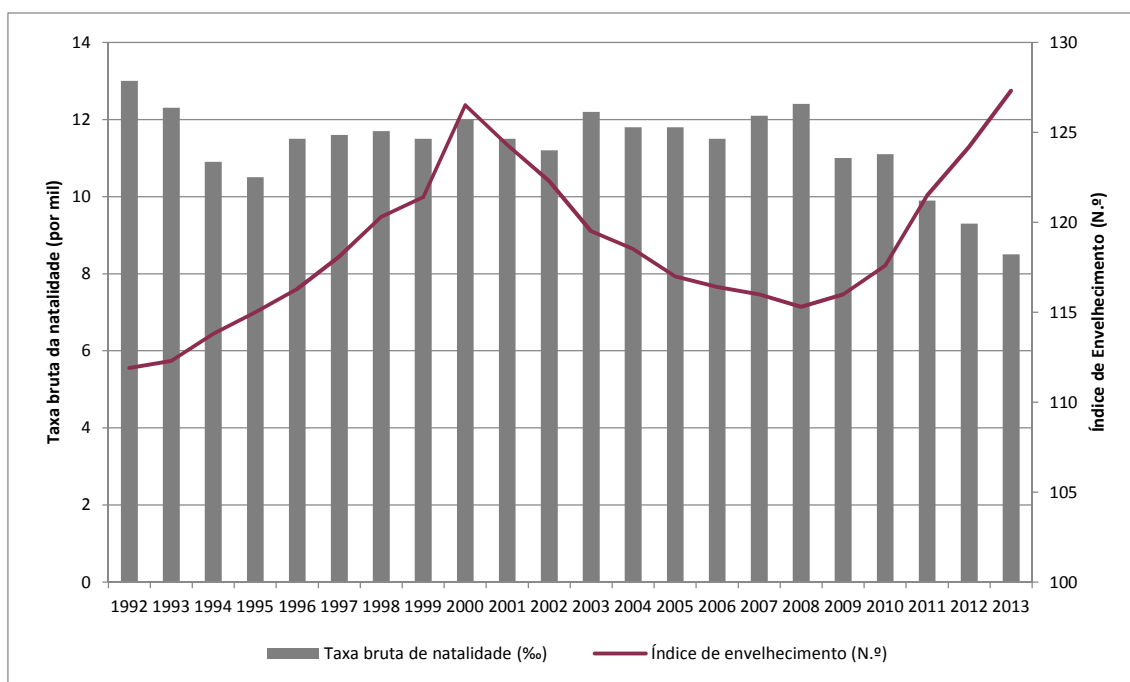
TABELA 6. INDICADORES RELATIVOS À POPULAÇÃO IMIGRANTE, DE 2008 A 2013

Variáveis e Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013
População residente (N.º)	68354	69538	70659	70662	69824	60607
População estrangeira residente (N.º)	14078	13785	13472	12818	11711	10954
População estrangeira residente na população total (%)	20,6	19,8	19,1	18,1	16,8	18,1
População Nacional de Países Terceiros na população total (%)	11,8	11,1	10,5	9,5	8,8	9,4
Total de população nacional de Países Terceiros (N.º)	8038	7730	7439	6744	6167	5667
População nacional de países terceiros no conjunto da população estrangeira residente (%)	57,1	56,1	55,2	52,6	52,7	51,7
Nº total de nacionalidades com grupos de estrangeiros < 10 habitantes	43	42	40	38	38	42
Nº total de nacionalidades de países terceiros	74	73	69	67	67	72
População residente Algarve	440088	445824	451304	451006	444390	442358
Total de imigrantes do concelho na população do Algarve (%)	3,2	3,1	3,0	2,8	2,6	2,5

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e INE (estimativas demográficas e Censos 2011). Cálculo próprio dos indicadores

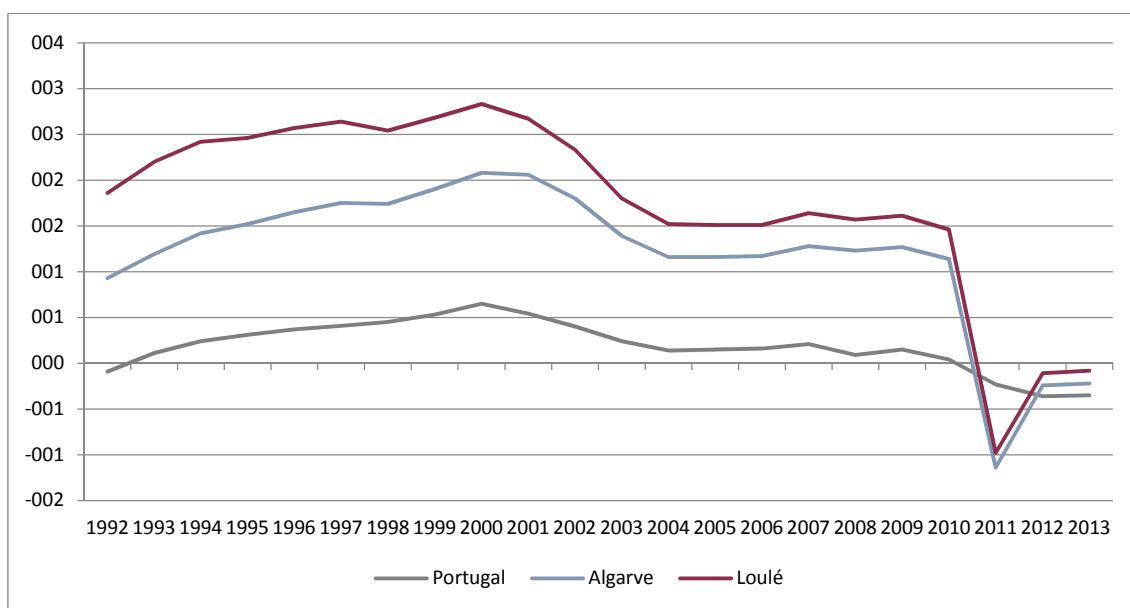
Pela importância que a imigração tem tido no território, é óbvio que esta tem um papel central ao nível da performance demográfica global do concelho. Deve referir-se que desde 2000 que a taxa de crescimento migratório tem vindo a diminuir, pese embora se mantivesse sempre em valores positivos. Numa altura em que a população imigrante cresce de forma significativa no concelho, tal significa dizer que estes movimentos foram importantes para o aumento da população registada globalmente e para uma mudança significativa na estrutura do índice de envelhecimento que se registou de 2000 a 2008, com uma diminuição significativa neste indicador. No entanto, desde 2010 que se registam valores negativos na taxa de crescimento migratório, embora com tendência para atenuar. Neste caso, acredita-se que alguns movimentos efetivos de imigrantes para outros territórios estejam a impactar na dinâmica demográfica do concelho e que se pode estar a refletir nos outros indicadores referenciados – taxa bruta de natalidade e índice de envelhecimento. É claramente visível que desde 2010 o concelho tem vindo a registar uma diminuição importante da taxa bruta de natalidade e a um aumento continuado do índice de envelhecimento, o que associado à perda de população imigrante vem obviamente balançar negativamente a relação entre as saídas e as entradas medidas através da taxa de crescimento migratório.

GRÁFICO 1. TAXA BRUTA DE NATALIDADE E ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO EM LOULÉ, DE 1992 A 2013



Fonte: INE.

GRÁFICO 2. TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO EM PORTUGAL, ALGARVE E LOULÉ, DE 1992 A 2013

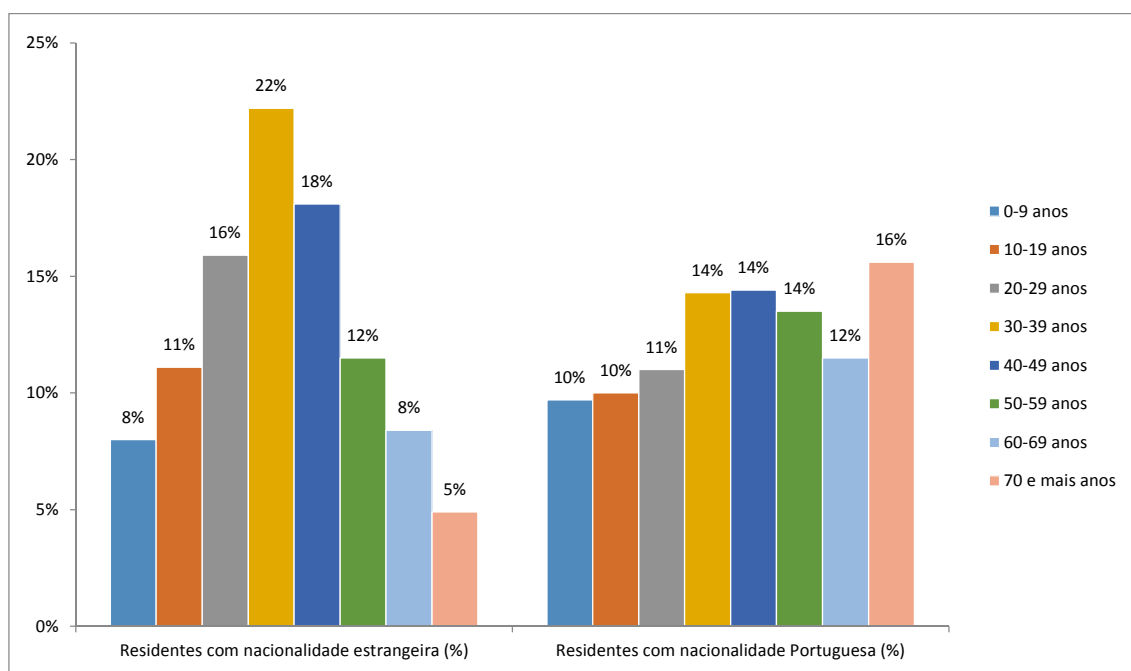


Fonte: INE.

Os dados relativos à distribuição da população imigrante segundo o grupo etário, por comparação com a população residente vêm reforçar os dados anteriormente apresentados. NA população estrangeira residente, em 2011, predominava as idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos (56% da população estrangeira), e a população com mais de 70 anos representava apenas 5% da população estrangeira residente. Quando comparada esta estrutura com a da população

residente total, verificam-se resultados distintos: a população residente com idade compreendida entre os 20 e os 49 anos, representava 39% da população total e aquela com idade superior a 70 anos tinha um peso de 16% na população residente no concelho. A presença da população estrangeira foi fundamental para o rejuvenescimento da população local.

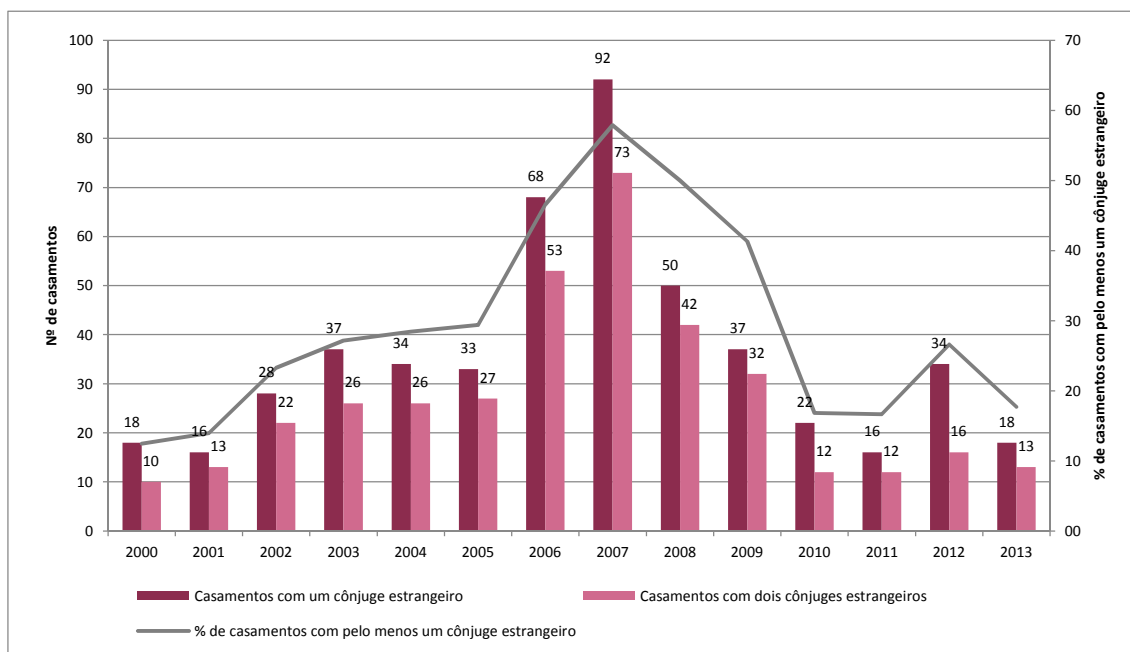
GRÁFICO 3. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA E DE NACIONALIDADE PORTUGUESA, EM 2011



Fonte: Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (Base Censos 2011)

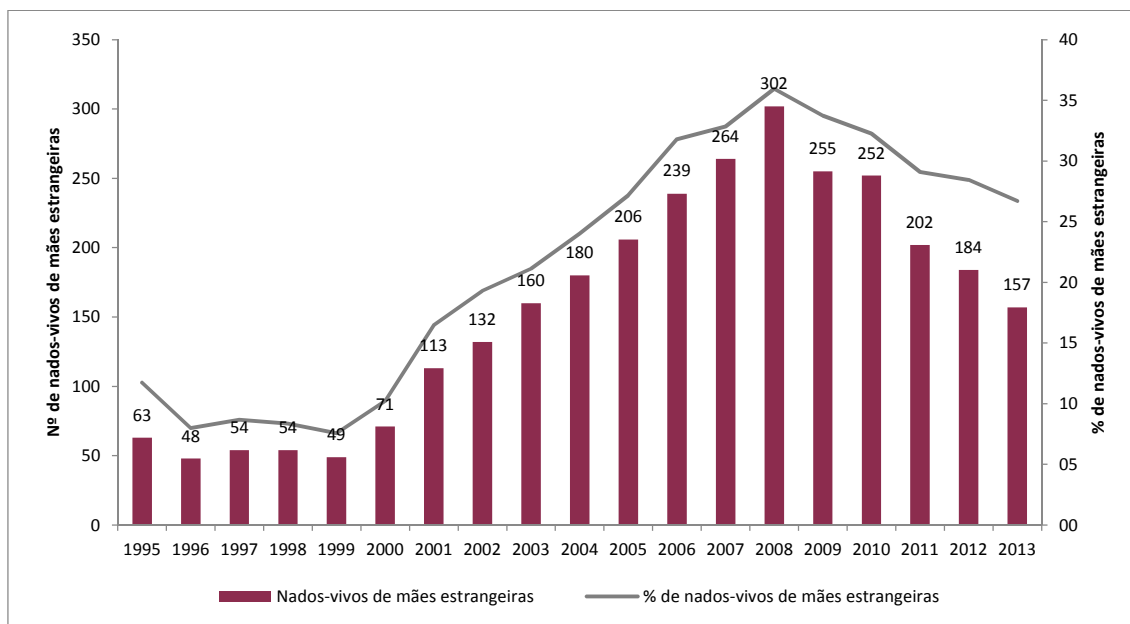
Esta presença importante da população estrangeira teve iguais impactos ao nível dos modelos de conjugalidade, assim como na estrutura da natalidade. Em 2007, mais de 50% dos casamentos realizados no concelho tinham pelo menos um cônjuge de nacionalidade estrangeira. Ao contrário do que poderia ser expectável, a maior parte dos casamentos que se registam envolvem um cônjuge de nacionalidade portuguesa e outro de nacionalidade estrangeira. Apesar desse valor ter vindo a diminuir de forma importante, os casamentos com cônjuges estrangeiros representavam, em 2013, 17,7% do total dos casamentos realizados. É no entanto conhecido que muitos estrangeiros que vêm residir para Portugal já têm a sua família constituída. O que é importante perceber é que dada a idade com que vêm residir para Portugal, o rejuvenescimento é reforçado pelo contributo que os imigrantes dão para a natalidade local. Em 1995, a percentagem de nascimentos de mães estrangeiras era de 8% e em 2013, apesar das perdas em curso, representavam 26,7% dos nascimentos. O seu valor máximo foi atingido em 2007, altura em que 1/3 dos nascimentos eram de mães estrangeiras. Obviamente que este é também um indicador limitado porque apenas baseado na nacionalidade da mãe. É bastante provável que se considerasse a nacionalidade de cada um dos progenitores, os dados pudessem ser relativamente distintos.

GRÁFICO 4. CASAMENTOS COM UM CÔNJUGE ESTRANGEIRO E COM DOIS CÔNJUGES ESTRANGEIROS, E REPRESENTAÇÃO DOS CASAMENTOS COM PELO MENOS UM CÔNJUGE ESTRANGEIRO NO TOTAL, DE 2000 A 2013



Fonte: INE. Cálculo próprio dos indicadores

GRÁFICO 5. NADOS-VIVOS DE MÃES ESTRANGEIRAS E SUA REPRESENTAÇÃO NOS NASCIMENTOS TOTAIS, DE 1995 A 2013



Fonte: Instituto Nacional Estatística. Cálculo próprio dos indicadores

No conjunto dos nacionais de países terceiros têm-se registado dinâmicas que não são generalizáveis nem coincidentes com as tendências globais de perda da população imigrante. Há alguns grupos de imigrantes que têm vindo a reforçar a sua presença, nomeadamente do Centro e Norte de África (Egito, Marrocos, Argélia, Gâmbia, Gana) e do continente Asiático (Nepal, Paquistão, China, Bangladesh, Filipinas). Trata-se de fluxos migratórios muito distintos dos que se vinham registando nas últimas décadas (seja numa primeira fase dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mais tarde os movimentos vindos do Brasil e Europa). Pelo perfil dos países de origem, pelas diferenças culturais mas também pelas distintas línguas de origem, serão também novos os desafios que se irão colocar à integração dos imigrantes no concelho de Loulé nos próximos anos, o que obviamente obriga a uma atenção reforçada por parte das instituições que asseguram o acolhimento e integração desta população.

Mais de 50% da população nacional de países terceiros é oriunda do Brasil e Ucrânia. Segue-se a população originária de Cabo Verde e da Moldávia, com uma representação de 12,6% e de 7,3%, respetivamente, no total da população nacional de países terceiros.

TABELA 7. POPULAÇÃO NACIONAL DE PAÍSES TERCEIROS, SEGUNDO A NACIONALIDADE E REPRESENTAÇÃO FACE AO TOTAL, DE 2008 A 2013

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.
Total de NPT	8038	100,0	7730	100,0	7439	100,0	6744	100,0	6167	100,0	5667	100,0
África do Sul	63	0,8	67	0,9	71	1,0	71	1,1	64	1,0	61	1,1
Albânia	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0
Angola	273	3,4	252	3,3	195	2,6	185	2,7	169	2,7	153	2,7
Argélia	22	0,3	21	0,3	25	0,3	27	0,4	37	0,6	40	0,7
Argentina	24	0,3	21	0,3	16	0,2	12	0,2	11	0,2	10	0,2
Arménia	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Austrália	23	0,3	19	0,2	16	0,2	19	0,3	18	0,3	20	0,4
Bangladesh	9	0,1	6	0,1	3	0,0	4	0,1	4	0,1	5	0,1
Benin	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Bielorrússia	8	0,1	8	0,1	8	0,1	4	0,1	8	0,1	4	0,1
Bolívia	1	0,0	3	0,0	4	0,1	5	0,1	5	0,1	5	0,1
Brasil	2589	32,2	2514	32,5	2621	35,2	2270	33,7	2039	33,1	1719	30,3
Cabo Verde	985	12,3	913	11,8	831	11,2	796	11,8	761	12,3	713	12,6
Camarões	2	0,0	2	0,0	2	0,0	3	0,0	3	0,0	3	0,1
Canadá	45	0,6	38	0,5	38	0,5	40	0,6	43	0,7	44	0,8
Cazaquistão	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Chile	12	0,1	10	0,1	8	0,1	11	0,2	10	0,2	9	0,2
China	216	2,7	215	2,8	207	2,8	210	3,1	203	3,3	224	4,0
Colômbia	14	0,2	16	0,2	20	0,3	24	0,4	25	0,4	21	0,4
Congo		0,0		0,0		0,0		0,0	1	0,0	2	0,0
Congo (República Democrática)	3	0,0	4	0,1	4	0,1	2	0,0	5	0,1	6	0,1
Coreia do Norte		0,0		0,0		0,0		0,0	2	0,0	1	0,0

(continua)

(continuação)

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.
Coreia do Sul	1	0,0	1	0,0	1	0,0	2	0,0	0,0	2	0,0	
Costa do Marfim		0,0		0,0		0,0		0,0	0,0	1	0,0	
Costa Rica	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Cuba	21	0,3	25	0,3	22	0,3	20	0,3	22	0,4	24	0,4
Egipto	5	0,1	6	0,1	5	0,1	3	0,0	5	0,1	10	0,2
Emiratos Árabes Unidos	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Equador	15	0,2	10	0,1	15	0,2	15	0,2	13	0,2	14	0,2
Eslováquia	7	0,1	8	0,1	9	0,1	9	0,1	7	0,1	6	0,1
Estados Unidos da América	66	0,8	59	0,8	61	0,8	61	0,9	59	1,0	59	1,0
Etiópia		0,0		0,0		0,0	1	0,0		0,0		0,0
Fidji (Ilhas)	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0
Filipinas	10	0,1	6	0,1	9	0,1	8	0,1	10	0,2	11	0,2
Gâmbia	3	0,0	3	0,0	3	0,0	2	0,0	4	0,1	5	0,1
Gana	27	0,3	18	0,2	17	0,2	13	0,2	14	0,2	15	0,3
Geórgia	8	0,1	8	0,1	9	0,1	8	0,1	4	0,1	5	0,1
Granada	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Guatemala		0,0		0,0	5	0,1		0,0		0,0	1	0,0
Guiné	14	0,2	13	0,2	174	2,3	7	0,1	6	0,1	5	0,1
Guiné Bissau	226	2,8	207	2,7		0,0	156	2,3	142	2,3	140	2,5
Índia	96	1,2	95	1,2	68	0,9	70	1,0	66	1,1	71	1,3
Indonésia	2	0,0	1	0,0	2	0,0	4	0,1	3	0,0	3	0,1
Irão	7	0,1	6	0,1	2	0,0	3	0,0	3	0,0	2	0,0
Israel		0,0	1	0,0	101	1,4		0,0		0,0	1	0,0
Islândia	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Jamaica	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0
Japão	9	0,1	9	0,1	9	0,1	9	0,1	8	0,1	8	0,1
Jordânia	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Kosovo		0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Líbano	1	0,0		0,0	1	0,0		0,0		0,0	2	0,0
Libéria	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Liechtenstein	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Malásia		0,0		0,0		0,0		0,0	1	0,0	1	0,0
Madagáscar	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
Malawi	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0	1	0,0	1	0,0
Marrocos	31	0,4	37	0,5	50	0,7	55	0,8	59	1,0	63	1,1
México	6	0,1	4	0,1	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0
Moçambique	24	0,3	24	0,3	23	0,3	19	0,3	17	0,3	14	0,2
Moldávia	921	11,5	883	11,4	716	9,6	618	9,2	506	8,2	413	7,3
Namíbia		0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Nepal	38	0,5	55	0,7	51	0,7	54	0,8	63	1,0	85	1,5
Nicarágua		0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0

(continua)

(continuação)

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.	V.A.	V.R.
Nigéria	2	0,0		0,0		0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Noruega	26	0,3	26	0,3	23	0,3	25	0,4	25	0,4	25	0,4
Nova Zelândia		0,0		0,0		0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Paquistão	9	0,1	10	0,1	7	0,1	8	0,1	9	0,1	16	0,3
Paraguai	1	0,0		0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0
Peru		0,0	1	0,0		0,0		0,0	2	0,0	3	0,1
Quênia	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0
República Dominicana		0,0		0,0		0,0	1	0,0	2	0,0	2	0,0
Rússia	150	1,9	155	2,0	145	1,9	153	2,3	167	2,7	179	3,2
São Tomé e Príncipe	37	0,5	34	0,4	30	0,4	26	0,4	13	0,2	8	0,1
Senegal	16	0,2	14	0,2	16	0,2	13	0,2	9	0,1	12	0,2
Sérvia	5	0,1	6	0,1	5	0,1	7	0,1	6	0,1	6	0,1
Síria	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Suíça	56	0,7	49	0,6	48	0,6	43	0,6	42	0,7	39	0,7
Tailândia	17	0,2	15	0,2	24	0,3	15	0,2	17	0,3	17	0,3
Tanzânia	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0	1	0,0
Togo	7	0,1	7	0,1	3	0,0	2	0,0	1	0,0	1	0,0
Trindade e Tobago	1	0,0	1	0,0	1	0,0		0,0		0,0		0,0
Turquia	1	0,0	1	0,0	2	0,0		0,0		0,0	1	0,0
Ucrânia	1800	22,4	1752	22,7	1645	22,1	1560	23,1	1389	22,5	1299	22,9
Uruguai	1	0,0	1	0,0	2	0,0	3	0,0	4	0,1	2	0,0
Uzbequistão	9	0,1	5	0,1	3	0,0	2	0,0	2	0,0	2	0,0
Venezuela	50	0,6	42	0,5	44	0,6	46	0,7	41	0,7	37	0,7
Zimbabwe	3	0,0	3	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0

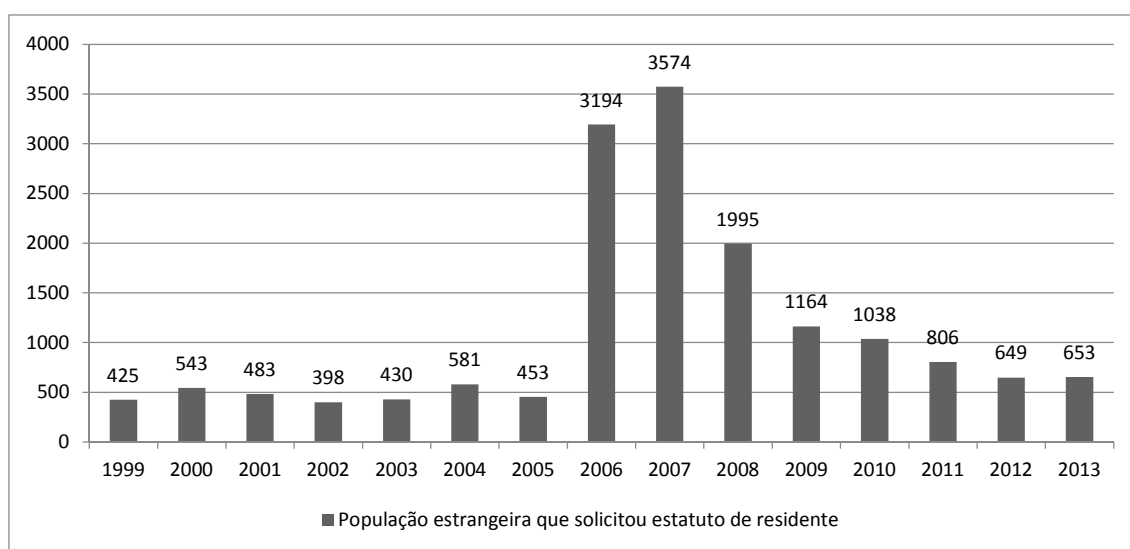
Legenda:

V.A. – Valores Absolutos; V.R. – Valores Relativos

Fonte: Serviço de Estrangeiros e de Fronteiras. Cálculo próprio dos indicadores.

Os pedidos de estatuto de residente são um igual sensor das dinâmicas de imigração, pese embora pouco sensíveis aos fluxos migratórios ilegais (que de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, poderá ter algum significado no concelho de Loulé, em particular por motivos de trabalho e essencialmente oriundos do continente asiático). Desde 2007 que se regista uma quebra significativa no número total de pedidos de estatuto de residente, no entanto foi entre os anos de 2006 e 2008 que se registou um elevado movimento destes pedidos. De 1999 até 2005 estes pedidos mantiveram-se relativamente estáveis, variando entre 398 (no ano de 2002) e 581 (em 2004). No entanto, em 2007 esse indicador atinge o seu valor máximo, com um total de pedidos de estatuto de residente por parte da população estrangeira igual a 3574. Em 2013, esse valor era de 653.

GRÁFICO 6. POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE, DE 1999 A 2013



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

2.3. Fragilidades nos serviços públicos de acolhimento e integração e a necessidade de um trabalho coletivo para a promoção da inclusão imigrante

Ao nível dos serviços de acolhimento e de integração foram vários os elementos identificados como problemáticos, alguns dos quais são sentidos tanto pelos imigrantes como pelas instituições locais, o que revela a urgência de ação nalguns domínios centrais para a promoção da coesão socio-territorial.

Por um lado, destaca-se o desconhecimento da legislação vigente e falta de informação relativa à documentação necessária para o processo de legalização. Na opinião dos imigrantes sublinha-se a inexistência de informação relativa aos serviços públicos existentes que possam apoiar na integração dos imigrantes. As instituições locais reconhecem a existência de muitos materiais produzidos pelas várias organizações que prestam acolhimento e apoiam na integração dos imigrantes. O único problema é que continuam dispersos. A título de exemplo referiu-se que na área da saúde existe um manual de acesso aos cuidados de saúde para o imigrante, que orienta na prestação dos serviços, estando disponível a versão portuguesa deste manual.

A dificuldade no acesso à informação é particularmente agravado pelo receio por parte dos imigrantes, em particular no conjunto daqueles que se encontram em situação irregular. Parte importante dos imigrantes chega a Portugal em situação irregular e só quando permanecem no país é que encontram as condições para a regularização da sua residência. Claro que num contexto como aquele vivido hoje, a difícil integração no mercado de trabalho tem como consequência a impossibilidade de regularização da residência no país. Tal é uma situação ainda mais sensível no respeitante à reinserção social dos ex-reclusos.

Nos serviços revelam-se fragilidades igualmente associadas à ausência de informação e à forma como a informação é veiculada à população imigrante.

Por um lado, destaca-se o desconhecimento dos serviços de acolhimento e de integração para imigrantes, nomeadamente do Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes (CLAI). Tal é uma situação vivida de forma mais problemática por parte daqueles que residem fora dos centros urbanos, onde a transmissão da informação é ainda mais frágil. Por outro, sublinha-se a impreparação dos serviços públicos para o acolhimento e atendimento, o que se revela tanto no nível de conhecimento que detêm sobre as políticas de apoio à integração dos imigrantes, como na forma como o atendimento é prestado, principalmente no *front office*. Neste domínio são de relevar os entraves criados aos imigrantes por desconhecimento da língua, identificando muitos funcionários públicos que são pouco sensíveis às dificuldades de comunicação dos imigrantes. As instituições locais e regionais também reconhecem a falta de preparação por parte das entidades públicas e privadas na área do acolhimento e integração. Confrontam-se com a procura de apoio por parte de imigrantes, mas não têm formação específica na área de acolhimento e integração. Reconhece-se a falta de preparação destas entidades. Tal falta de informação estende-se em relação aos suportes sociais existentes (caso particularmente assinalado para o caso dos ex-reclusos). Os imigrantes procuram os serviços em busca de respostas sociais específicas (prestações sociais; vestuário; alimentação), no entanto, as entidades nem sempre conseguem ter resposta para todas as solicitações que são feitas.

Os imigrantes deram ainda o exemplo de situações em que há recusa de serviço de tradução, quando tal poderia ser uma solução de mediação importante para obviar os problemas sentidos. Quando há dificuldades de comunicação fruto do não domínio do português, os imigrantes recorrem muitas vezes a apoio de tradutores, que são recrutados nas redes informais de entreatajuda existentes. Para garantir apoio ao acolhimento dos imigrantes, o núcleo de Loulé da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e a Fundação António Aleixo referenciaram recorrer aos seus próprios colaboradores estrangeiros quando o não domínio do português se afigura como um obstáculo. No entanto, considera-se que Linha SOS Imigrante é um serviço de apoio que deve ser potenciado a este nível.

Por outro lado, a informação prestada pelos funcionários públicos nem sempre é clara e assertiva. Tais fragilidades estendem-se aos serviços consulares que têm dificuldade em apoiar os imigrantes na situação de regularização da residência no país, e em encaminhar para a resolução de problemas. Obviamente que esse tipo de dificuldade é agravado pelo que os imigrantes denominam de excesso de burocratização no processo de regularização da residência no país. Por todas estas situações referenciadas, as instituições locais reconhecem a necessidade de realização de formação aos serviços e instituições sobre os recursos e respostas existentes. Tal é extensível às associações de imigrantes por serem um excelente veículo de acesso à população imigrante. Daí que se tenha igualmente proposto a disponibilização de informação e a realização de ações de capacitação dirigidas às associações de imigrantes, para que sejam agentes colaborativos no processo de inclusão do imigrante.

Mas as instituições locais sublinham a falta de informação organizada que permita orientar os imigrantes em situação irregular. A informação existente encontra-se dispersa. Identificam-se dificuldades no acesso imediato à informação necessária para prestar um serviço eficaz no acolhimento e apoio à integração dos imigrantes. Por outro lado, também foi referido o facto de que nem todos os imigrantes trazem a documentação necessária, ficando limitados no acesso a apoios sociais específicos (deu-se como exemplo o caso de imigrantes de origem em países com os

quais existem acordos estabelecidos com o Estado Português que com a documentação necessária facilmente acederiam aos serviços de saúde).

A existência de redes locais informais (por exemplo quando já há referências entre imigrantes previamente instalados, ou quando os familiares já se encontram em Portugal imigrados) e outras mais formalizadas pelas associações de imigrantes locais tem facilitado o processo de integração. A valorização do trabalho desenvolvido pelas associações de imigrantes, que são uma importante rede no apoio à integração, torna-se assim uma prioridade de ação.

Para aqueles provindos essencialmente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa o processo de integração há décadas atrás foi considerado como mais facilitado. Acredita-se que tal se deva ao contexto político de então, mas também à menor pressão da imigração no país e, em particular, na região e no concelho. Os imigrantes consideram, no entanto, que há limitações culturais ao processo de integração relevando o facto de algumas comunidades serem mais «fechadas».

Como resposta a estes problemas e fragilidades no processo de acolhimento e de integração, foram várias as propostas referenciadas. No que respeita à melhoria no processo de acolhimento identificou-se a necessidade de criação do serviço de mediação municipal para a imigração, pela importância de uma «palavra de conforto à chegada».

Ainda no domínio do acolhimento e com reporte específico ao acesso à informação propuseram-se outras soluções. Por um lado, torna-se fundamental a promoção de maior divulgação dos serviços de acolhimento junto dos serviços por onde os imigrantes podem passar (seja através da internet, mas também em suporte papel que é particularmente importante para aqueles grupos com menor acesso às novas tecnologias de comunicação e que estão mais sensibilizados para a comunicação através de panfletos). Os canais para divulgação devem ser diversos e abranger não apenas os serviços públicos aos quais os imigrantes recorrem ou que são utilizados por esses, mas também nos espaços apropriados por esta população e utilizados, nomeadamente em termos de ocupação laboral (a população imigrante em situação de reclusão deu como exemplos a divulgação nas escolas, paróquias, centros comerciais, espaços de restauração e de bar ou supermercados e lojas de imigrantes).

Por outro sugeriu-se a divulgação da informação relativa aos direitos dos imigrantes (guia de direitos/ Guia do Imigrante). Tal foi igualmente identificado pelas instituições locais, reconhecendo-se que possa haver diferenciação na forma como a informação é desenhada. Propôs-se a criação de um guia de recursos para as instituições sobre direitos e deveres dos imigrantes e que disponha de informação específica sobre as pessoas e serviços a contactar em função das áreas de acolhimento e de integração procuradas. Neste caso, chamou-se apenas à atenção para o facto do formato papel desatualizar facilmente, sugerindo-se que se poderia facilitar o acesso à informação através da sua disponibilização na Internet com pontos de acesso públicos.

Foram indicadas vias distintas na promoção do acesso a essa informação. Por um lado, sugeriu-se a criação de um posto de informação com todas as informações necessárias à integração (seja para o imigrante acabado de chegar ao país, como para os restantes). Paralelamente, propôs-se a centralização dos serviços de acolhimento, podendo a partir daí fazer-se o encaminhamento

das várias situações necessárias para regularizar a situação do imigrante no país. Tais propostas enquadram-se na linha de ação do Centro Local Apoio à Integração de imigrantes exigindo apenas uma maior articulação interinstitucional de forma a facilitar o processo de integração dos imigrantes. Adicionalmente, a população em situação de reclusão sugeriu um serviço que prestasse apoio em todas as áreas e que fosse interinstitucional. Tal enquadra-se no modelo existente de Loja de Cidadão e que atualmente apenas existe em Faro.

A criação de um Portal do Imigrante com toda a informação relevante para a integração dos imigrantes, é uma outra solução apontada para facilitar um maior conhecimento sobre os direitos e deveres desta população, obviando alguns constrangimentos associados à irregularidade na residência no país que afastam parte dos imigrantes do acesso aos serviços de acolhimento. De resto foi ainda solicitada a prestação de um maior apoio aos imigrantes em situação irregular.

De forma a facilitar o processo de integração, os imigrantes propuseram a promoção de mais encontros entre imigrantes e a comunidade em geral, assim como a realização de iniciativas que potenciem uma maior proximidade à comunidade imigrante.

2.4. A universalidade nos problemas de acesso à habitação aliada à necessidade de garante de melhor informação sobre direitos e deveres

O acesso à habitação torna-se um elemento problemático, em particular no conjunto daqueles que chega a Portugal sem redes previamente estabelecidas. Reconhece-se que a rede de imigrantes, existente nalguns locais, potencia o acesso a habitação condigna. No entanto, salientam-se as dificuldades à chegada, relacionadas com a inexistência de informação sobre acesso a alojamento.

São ainda de destacar os variados problemas associados à contratação para arrendamento. Por um lado, ainda se verificam dificuldades na obtenção de contrato de arrendamento (embora se reconheça ser um problema transversal a toda a população e que se agrava pela localização turística do concelho). No entanto, sublinha-se a dificuldade de reconhecimento de morada quando não há contrato de arrendamento, que é essencial para a regularização da situação de residência no país. As instituições sublinham que apesar destas dificuldades tem-se verificado um aumento importante dos contratos de arrendamento, em muito como resultado da exigência feita pelos próprios serviços. Disso é exemplo o acesso a pedidos de benefício de redução de taxas de serviços às quais os beneficiários só podem recorrer se comprovarem as despesas mensais fixas do agregado familiar. Tal é uma situação que é visível para toda a população e não especificamente para os imigrantes.

Por outro lado, a população imigrante é muitas vezes hostilizada pelos senhorios que chegam a cobrar 3/6 meses de caução de renda, para acesso ao arrendamento da habitação. Continua a registar-se resistência por parte dos senhorios em relação ao arrendamento a imigrantes (a apresentação de contrato de trabalho ou de cartas de recomendação dos patrões minimizam esta resistência). O acesso à habitação é, muitas vezes, intermediado por imigrantes mais antigos que dão a sua palavra de confiança aos proprietários. No entanto, há proprietários

que exigem um fiador nacional, o que é particularmente difícil no caso dos recém-chegados a Portugal.

Fruto destas fragilidades e aliado à situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, verifica-se situações de sobrelotação na ocupação das habitações e condições degradadas destas. O desemprego é um dos elementos apontados como contributivo desta sobrelotação. Antigamente as pessoas aceitavam morar em condições precárias pois nos seus países de origem as situações habitacionais eram piores. No entanto, face ao baixo nível de vida de alguns imigrantes, ainda há quem viva em casas arruinadas que apenas servem de abrigo. Tal situação é particularmente agravada pelos preços elevados da habitação. Os imigrantes apercebem-se que há cobrança de valores mais elevados junto dos imigrantes e havendo uma preocupação sobre o número de pessoas que vão ocupar o espaço, por parte dos proprietários, de forma a poderem elevar os preços cobrados. A localização turística do concelho agrava as dificuldades no acesso à habitação verificando-se que alguns locais do concelho são mais caros do que em comparação com a região (caso de Almancil e Quarteira).

Apesar destas dificuldades, a crise obrigou os proprietários a serem mais flexíveis – maior diversidade na oferta, pelo que maior opção de escolha (antes tinham de se instalar, muitas vezes, em condições precárias à chegada ao país). Também se sublinha o facto de que nos últimos anos tem sido mais fácil o acesso ao crédito à habitação por parte dos imigrantes.

O acesso à habitação social é também muito difícil, situação referenciada em particular pela população em situação de reclusão.

As instituições participantes na conceção deste plano referem o facto de que os problemas sentidos pelos imigrantes são igualmente sentidos pelos nacionais.

Parte importante das propostas realizadas pelos imigrantes não tem resposta ao nível local, a saber: i) Estimular uma maior fiscalização por parte do Estado sobre o arrendamento habitacional; ii) Impedir o arrendamento sem contrato; iii) Criar legislação própria para imigrantes na área de arrendamento. A população em situação de reclusão apontou, no entanto, uma proposta que poderia vir a solucionar alguns dos problemas identificados, nomeadamente a diminuição do Imposto Municipal de Imóveis nas propriedades em que o arrendamento é legal. Tal não deixa de depender de uma articulação entre o nível municipal e estatal, pelo que de difícil concretização no prazo previsto para implementação do Plano.

Há ainda um conjunto de propostas que sendo fundamentais, são difíceis de operacionalizar num contexto de crise que o país atravessa, nomeadamente: i) Promover políticas locais de apoio ao arrendamento; ii) Promover oferta de habitação social (em particular em Almancil).

Embora os recursos públicos sejam limitados para a promoção de habitação social, reconhece-se que as políticas de habitação social para o futuro tenderão a ser construídas numa lógica dispersa e não concentrada.

A situação de crise levou a que existissem pessoas que perderam emprego e de seguida habitação tendo de regressar ao seu país de origem. Na opinião dos imigrantes, a segurança social poderia proporcionar algum apoio pontual nestas situações. Tal depende igualmente das políticas

de nível central não podendo ser integrada como intervenção a desenvolver no âmbito deste plano.

Algumas soluções propostas podem ser acolhidas pelo município. Tal é o caso da criação de respostas de alojamento temporário. De referir que essa terá de cumprir o regulamento existente, não sendo possível assegurar o conjunto de especificidades sugeridas pelos imigrantes, de que é exemplo a criação de alojamento temporário de acolhimento de imigrantes até à sua autonomização, podendo a gestão ficar a cargo de uma associação. Esta é uma proposta que entra em contradição com o espírito inerente ao processo de regularização de residência no país, que só pode ser assegurado se existir uma condição prévia de autonomização. No entanto, para a situação de reinserção social dos ex-reclusos sublinhou-se que a Câmara Municipal deveria disponibilizar casa de transição para os cidadãos ficarem no início, durante um período até 3 meses, altura em que procurariam trabalho, formação, e também exerciam atividades profissionais para o município/comunidade e voluntariado.

Sugeriu-se ainda a prestação de informação sobre o acesso ao alojamento aos imigrantes recém-chegados a Portugal. Por outro lado, considera-se que o Município deve apoiar na redução do estigma existente perante o imigrante por parte de senhorios. Estas são propostas passíveis de execução ao nível local estando contempladas no conjunto de medidas previstas neste domínio de intervenção.

2.5. Vulnerabilidades múltiplas no acesso ao mercado de trabalho e desconhecimento dos recursos de apoio ao empreendedorismo

Em 2011, era já visível a forma como o desemprego afetava os estrangeiros, em particular os nacionais de países terceiros. De resto a taxa de desemprego nos estrangeiros oriundos da União Europeia era mais baixa do que a registada para toda a população e para os nacionais de países terceiros. A população europeia manifesta taxas de atividade mais baixas, o que se relaciona com o perfil de imigração dominante – mais assente na procura do concelho como período de gozo da reforma, o que é particularmente válido na população do norte ocidental europeu. O desemprego afetava 18,5% da população ativa estrangeira nacional de países terceiros, sendo também neste grupo que se registava uma maior taxa de atividade (77% da população total oriunda destes países).

TABELA 8. TAXA DE DESEMPREGO, DE EMPREGO E DE ATIVIDADE POR GRUPOS DE NACIONALIDADE, EM 2011

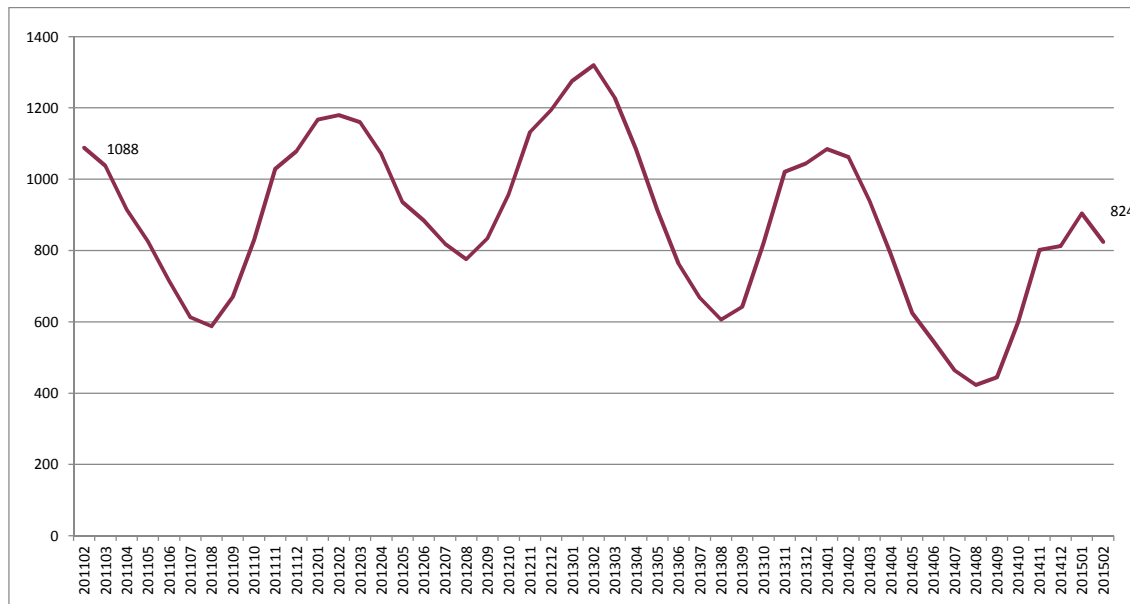
	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	84,9%	15,1%	58,4%

Estrangeiros UE	85,6%	14,4%	55,1%
Estrangeiros Não-UE	81,5%	18,5%	77,0%
Naturais do estrangeiro	83,8%	16,2%	70,9%

Fonte: Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (Base Censos 2011)

Durante o ano de 2011 registou-se uma diminuição do desemprego registado na população estrangeira, até outubro, altura em que se eleva de forma significativa – apesar das variações sazonais características deste fenómeno no nosso país e, em particular, nos territórios mais dependentes de atividades agrícolas e turísticas. É a partir do ano de 2013 que se começa a registar uma diminuição do desemprego nesta população. Em fevereiro de 2015 registavam-se 824 desempregados de nacionalidade estrangeira, sendo que em 2011 esse valor situava-se em 1088. De sublinhar que no caso da população estrangeira, a diminuição do desemprego não se associa exclusivamente aos mesmos fatores justificativos da população nacional do país – onde, por exemplo, a oferta formativa pode ter impacto na diminuição deste fenómeno. A diminuição do desemprego na população estrangeira também se pode justificar por fatores migratórios. Se a procura do país se faz pela procura de emprego, na ausência deste os imigrantes podem optar por novo percurso migratório em busca de novas oportunidades de vida. Este fator explicativo não é de excluir considerando que, paralelamente, se tem registado uma diminuição da população estrangeira residente no concelho.

GRÁFICO 7. DESEMPREGADOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA REGISTRADOS NO FIM DO MÊS, DE FEVEREIRO DE 2011 A FEVEREIRO DE 2015

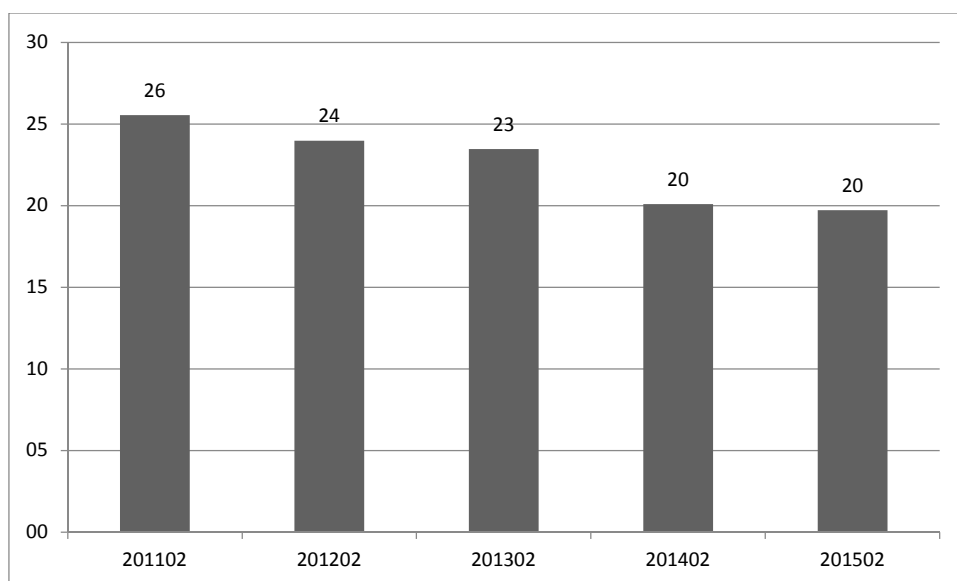


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Essa diminuição do desemprego estrangeiro reflete-se na representação dos desempregados estrangeiros no total dos desempregados inscritos. Assim, desde fevereiro de 2011 que se verifica uma diminuição da representação dos desempregados estrangeiros – nessa data

correspondiam a 25,5% do total dos desempregados e em fevereiro de 2015 tinham uma representação de 19,7%.

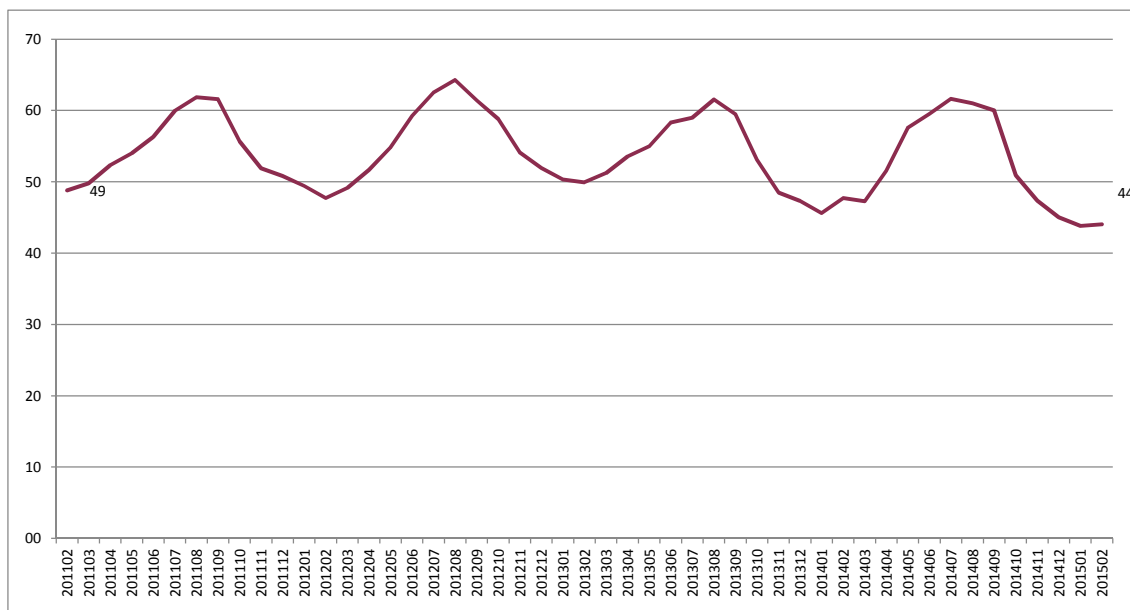
GRÁFICO 8. DESEMPREGADOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA REGISTRADOS NO FIM DO MÊS NO CONJUNTO DOS DESEMPREGADOS REGISTRADOS, FEVEREIRO DE 2011 A FEVEREIRO DE 2015 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cálculo próprio do indicador.

De referir algumas diferenças na estrutura de desemprego total quando comparada com a realidade do desemprego na população imigrante. Assim, desde 2013 há uma tendência para o desemprego masculino superar o desemprego feminino no concelho – o que se pode associar à crise do setor da construção que empregava maioritariamente homens, mas também pela disparidade salarial que tende a favorecer, em épocas de crise, a empregabilidade feminina que se mantém a um custo efetivo mais baixo. No caso da população estrangeira há particularidades interessantes. Durante os meses de inverno tende a registar-se um maior desemprego feminino e nos meses correspondentes à época média-alta e alta turística a representação das mulheres na estrutura do desemprego é substancialmente inferior. Tal leva a crer que as mulheres conseguem mais facilmente aceder a trabalho aliado a este setor estruturante da região e do concelho.

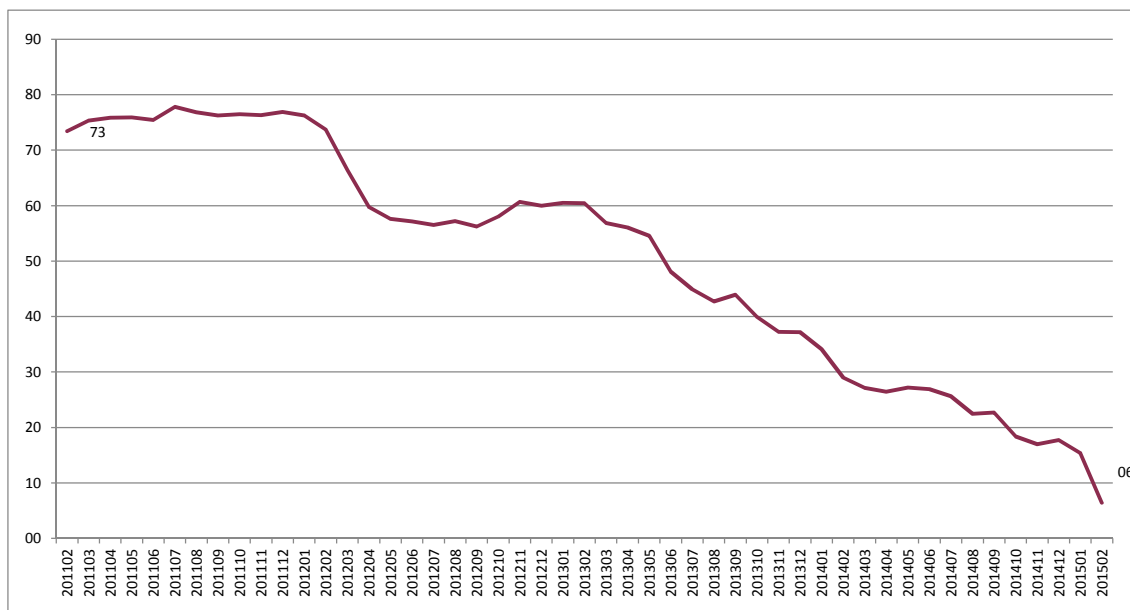
GRÁFICO 9. REPRESENTAÇÃO DOS HOMENS ESTRANGEIROS DESEMPREGADOS REGISTRADOS NO FIM DO MÊS, DE FEVEREIRO DE 2011 A FEVEREIRO DE 2015 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cálculo próprio do indicador.

Há iguais particularidades na distribuição da população desempregada segundo a escolaridade. No início de 2011, praticamente $\frac{3}{4}$ da população estrangeira desempregada tinha escolaridade igual ou inferior ao 1º ciclo do ensino básico. Em fevereiro de 2012, esse valor cifrava-se em cerca de 6,4%. Há hipóteses explicativas que podem ser lançadas: a falta de emprego para este perfil de qualificações pode ter levado a população a tomar outras opções de vida ou podem estar a realizar-se ações de formação especificamente direcionadas à população com esta escolaridade, o que conduz a uma diminuição direta do desemprego. Os dados disponíveis relacionados com a oferta formativa do Centro de Emprego de Loulé não evidenciam uma orientação específica para este nível de habilitações, mas não se pode excluir a procura de formação noutros espaços formativos do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

GRÁFICO 10. REPRESENTAÇÃO DOS DESEMPREGADOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA COM ESCOLARIDADE INFERIOR AO 1º CICLO, NO TOTAL DOS DESEMPREGADOS ESTRANGEIROS REGISTADOS (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional. Cálculo próprio do indicador.

No que respeita aos grupos etários mais atingidos pelo desemprego não se registam diferenças significativas na estrutura da população desempregada estrangeira e a total.

Obviamente que a importância dos desempregados estrangeiros na população desempregada é reflexo da sua representação na população residente. No entanto, é sabido que o desemprego registado, em particular nos imigrantes, pode subestimar de forma importante a forma como este fenómeno afeta esta população. Situações de vulnerabilidade no mercado de trabalho, a procura direta por melhores condições de vida sem passar pelos serviços de emprego, o desconhecimento dos direitos em situação de desemprego, o recurso a redes de apoio familiar para evitar a informação sobre a situação de desemprego que pode condicionar a manutenção do estatuto de residente, podem ser fatores justificativos de uma sub-representação do desemprego registado face ao efetivo.

De resto, os imigrantes participantes na conceção do plano destacaram um conjunto de situações que fragilizam a sua condição de inserção laboral, e que caucionam o acesso a direitos em situação de desemprego, nomeadamente: i) manutenção de situações de exploração laboral; ii) alguns empresários não pagam a Segurança Social – para ver garantidos os seus direitos, os imigrantes acabam por pagar o que é devido para não ver limitada a sua continuidade no país (nem todos os imigrantes têm acesso à internet para confirmar se as suas contribuições estão ou não a ser pagas pela entidade patronal e sentem-se pouco apoiados mesmo quando recorrem a contabilistas); iii) acesso a trabalho sem contrato (embora tal seja identificado por alguns como transversal a toda a população) que é impeditivo da autorização de residência; iv) manutenção de baixos salários com a desculpa da crise, apesar de não se verificarem mudanças no nível de vida do patronato (predomina a perceção de que o patronato quer pagar cada vez menos, por um horário mais alargado); v) existência de economia paralela, sendo que alguns do patronato só garantem o pagamento do salário sem que este seja declarado; vi) recusa de contratação de imigrantes que aguardam por autorização de residência por parte das entidades empregadoras (o que se justifica

pela manutenção da sua situação regular nos processos de contratação, mas que acaba por limitar a continuidade da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho).

Apesar destas situações reconhece-se a existência de uma rede de entreatjada na comunidade imigrante que se apoia na procura de emprego, em caso de necessidade.

Mas há ainda um outro conjunto de fatores de vulnerabilidade descritos. Por um lado, os imigrantes destacaram a existência de uma discriminação negativa nos seguros de trabalho e nas condições de higiene e de segurança, por comparação com os contratados nacionais. Por outro lado, identificaram-se situações de não renovação de contratos em caso de gravidez (o que do ponto de vista estrutural afeta diretamente toda a estrutura demográfica local a fazer-se como prática regular, o que não é expectável). Sublinha-se ainda a existência de alguns estereótipos em relação a algumas comunidades (ex. imigrantes de leste associados à construção civil ou brasileiras associadas a prostituição). Esse tipo de visões estereotipadas tem conduzido à oferta de trabalho pouco qualificado aos imigrantes porque a estes apenas se vê associado o «trabalho braçal». Por fim referiu-se ainda como fator discriminatório o impedimento de falar a língua de origem no local de trabalho, que foi referenciado em diferentes fóruns. Também se reconhece existir uma barreira linguística como condicionante no acesso ao mercado de trabalho, pelo facto de muitos imigrantes não dominarem fluentemente o português.

Também ao nível da promoção do autoemprego se registaram algumas fragilidades. Por um lado referenciou-se a dificuldade em manter o próprio emprego. Assinalou-se igualmente a dificuldade na criação do próprio emprego seja pela legislação existente que burocratiza muito os processos, como pelo facto de sentirem que os serviços não demonstram interesse em capacitar os imigrantes para o empreendedorismo. Por outro, referiu-se a inexistência de políticas de apoio ao empreendedorismo. A este nível percebe-se que o problema estará mais centrado no desconhecimento destas políticas, porque existem algumas opções disponíveis para a população (pese embora nem todas estejam adaptadas a públicos em situação de maior vulnerabilidade, pelas consequências que o risco de incumprimento pode comportar).

No seio da comunidade imigrante são, no entanto, já visíveis algumas iniciativas de criação do próprio emprego. Deram-se exemplos de tal situação dentre a comunidade romena em Almancil: iniciam o ofício como assalariados, depois passam a trabalhadores independentes, seguindo-se a criação das próprias empresas.

No geral foi referenciada a desinformação sobre os direitos e deveres laborais (quer do imigrante como do patronato), o que poderia melhor proteger os imigrantes das situações menos regulares identificadas. De qualquer forma, no contexto de crise por que a região passa a situação dos estrangeiros sem fontes de rendimento pode colocá-los numa situação de grande vulnerabilidade. Basta dizer que a renovação da autorização de residência fica condicionada caso não consigam demonstrar os seus próprios meios de subsistência.

A maioria das propostas realizadas é passível de execução local. Excetua-se o estímulo à maior fiscalização por parte do Estado às empresas (impedir o trabalho sem contrato), cuja concretização não depende da atuação das entidades localmente instaladas. Houve ainda uma outra proposta dependente do nível central, pese embora parte dessa possa ser suportada localmente. Refere-se à criação de processos menos burocráticos e promoção de incentivos para

promoção do empreendedorismo imigrante. Certo é que o Município não pode minimizar a burocracia nem promover os incentivos propostos, mas pode apoiar os imigrantes na identificação dos vários passos para assegurar a criação do próprio emprego e dar a conhecer os incentivos existentes – o que fica contemplado nas medidas propostas.

De forma a melhor capacitar os imigrantes para o mercado de trabalho estes propuseram:

- i) Promover maior informação sobre os seus direitos e deveres laborais;
- ii) Criar um guia de recursos locais (que inclua informação sobre tipos de contrato de trabalho);
- iii) Criar o Posto do «Bom Patrão» onde os munícipes possam averiguar da idoneidade do patronato (não poderá ser aplicada pela dificuldade em fazer esse tipo de julgamento);
- iv) Criar um serviço de consultoria jurídica nas freguesias para aconselhamento sobre as matérias laborais;
- v) Disponibilizar formação sobre regras de higiene e segurança no trabalho.

Para estímulo à ocupação e obtenção de meios de subsistência sugeriu-se o aproveitamento de hortas abandonadas para cultivo por parte dos imigrantes. O município de Loulé tem já instalado uma política de hortas urbanas que inclui este tipo de participação para autossubsistência.

Foi ainda realizada uma proposta relacionada com a criação de incentivos à contratação de imigrantes, no entanto pelo seu carácter discriminatório não é incluído no plano.

No que se refere aos serviços propôs-se a criação de um Gabinete de Emprego. Na verdade, Loulé já teve anteriormente um Gabinete de Inserção Profissional que deixou de funcionar, não sendo possível assegurar a sua continuidade neste momento.

Sugeriu-se ainda a realização de maior divulgação do Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo da Câmara Municipal de Loulé e a promoção de um serviço de apoio ao empreendedor através do acompanhamento na conceção de plano de negócio sustentável e que garantisse a monitoria e apoio à sua implementação ao longo de pelo menos dois anos. No que respeita ao aconselhamento, esse pode ser assegurado pelo município, no entanto, o tipo de trabalho que foi proposto exige a concretização de parcerias mais alargadas que envolvam recursos especializados neste domínio (sugeriu-se o envolvimento do Centro Regional para a Inovação do Algarve da Universidade do Algarve (CRIA) e do Núcleo Empresarial da Região do Algarve (NERA) na execução da medida referente a esta proposta para assegurar um apoio mais direto às necessidades sentidas pelos imigrantes). No fórum das instituições sugeriu-se ainda realização de ações de sensibilização à comunidade que se debrucem sobre os sistemas de incentivo existentes para que toda a comunidade possa estar informada face às oportunidades de criação do próprio emprego.

Como meio de promoção da reinserção social dos ex-reclusos foi proposta a troca de alojamento por serviço ocupacional nos serviços públicos do município. Tal contribuiria para a promoção de uma imagem positiva a par da valorização das competências individuais. Os indivíduos em situação de reclusão propuseram ainda a criação de um serviço de mediação para o emprego que visasse o estabelecimento de protocolos com entidades empregadoras. A opção recaiu, no plano, pela adoção de uma relação de proximidade entre o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes e a Direção Geral dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social de forma a promover uma atuação multidimensional no período de reclusão para este grupo específico da

população, considerando as múltiplas vulnerabilidades a que estão sujeitos (seja pela condição de recluso, seja pela de imigrante que poderá estar desenquadrado socialmente após o cumprimento da pena).

Como medida de combate ao desemprego, as instituições propuseram a criação de políticas estruturais locais de promoção do emprego, pese embora tal não tenha sido operacionalizado. Sugeriu-se ainda, de modo a minimizar alguns dos problemas elencados pelos imigrantes, a realização de ações de formação em português e inglês. Este tipo de proposta foi realizada em diferentes campos de intervenção.

2.6. O domínio frágil do português sem a correspondente oferta qualificante e a necessidade de aposta na integração dos jovens imigrantes nos contextos educativos

Em relação aos níveis de ensino atingidos, conclui-se por um perfil diferenciado em função da origem dos imigrantes. Assim, percebe-se que os imigrantes com origem em países da União Europeia atingiram maiores níveis de escolarização, sendo que, em 2011, mais de 50% tinha atingido pelo menos o ensino secundário. No caso dos estrangeiros nacionais de países terceiros verifica-se um maior domínio nos níveis médios de ensino (3º ciclo, ensino secundário e pós-secundário, com praticamente 3/5 da população com estas qualificações. Independentemente da origem, em 2011, a população residente no concelho apresentava uma estrutura de qualificações da sua população mais frágil do que a registada entre a população imigrante.

TABELA 9. POPULAÇÃO POR NÍVEL DE ENSINO ATINGIDO, POR GRUPOS DE NACIONALIDADE, EM 2011

	Nenhum	1º Ciclo E.Básico	2ºCiclo E.Básico	3ºCiclo E.Básico	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
Total da população	19,9%	24,2%	11,9%	17,9%	16,7%	9,5%
Estrangeiros UE	16,5%	3,8%	7,4%	20,7%	36,8%	14,8%
Estrangeiros não-UE	16,5%	11,4%	13,0%	21,4%	28,6%	9,2%
Naturais do estrangeiro	10,1%	9,3%	11,1%	23,0%	31,5%	15,1%

Fonte: Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (Base Censos 2011).

Os problemas identificados são bastante distintos entre a população adulta e a população jovem participante na conceção deste plano.

Em relação à população adulta identificaram-se problemas relacionados com o acesso à informação sobre a oferta existente ao nível da formação em línguas, em particular do português. Por um lado, revelou-se desconhecimento da oferta de cursos de português para estrangeiros. Por outro, assinalou-se a diminuição da oferta de cursos de português para estrangeiros. No entanto, a oferta revela-se imperativa pelas várias dificuldades identificadas e pela forma como alguns grupos de imigrantes adquirem conhecimento sobre a língua. Alguns afirmaram terem dificuldades na perceção do português. Outros adotaram a autoaprendizagem de português como estratégia, em particular nos que não têm esta como língua materna. Sublinhou-se ainda o facto de existirem comunidades africanas com grandes dificuldades de aprendizagem do português (nos casos daquelas que não têm o português como língua materna). A melhoria das qualificações no território nacional torna-se mais complexa com estes níveis menos elaborados de domínio do português. Referiu-se, a título de exemplo que no acesso à Universidade é difícil a aprendizagem da linguagem técnica quando a língua materna não é o português. Apesar de todos os constrangimentos identificados parte dos imigrantes assumem a aprendizagem da língua portuguesa como um dever.

Na verdade, do ponto de vista institucional reconhecem-se as dificuldades na implementação das ações de Português para Todos, porque dependem de uma candidatura e de um número mínimo de inscritos. A Escola Secundária de Loulé propôs a sua realização para o próximo ano letivo, mas a sua realização depende de autorização superior. No entanto, também se identificam constrangimentos no acesso a formação noturna face à escassez de transportes públicos (o que se estende durante o dia nalguns contextos, tendo sido referenciado de forma mais premente na freguesia de Almancil). Já nos estabelecimentos prisionais sublinhou-se a existência de formação intensiva em português e inglês, o que se assinalou como sendo bastante positivo.

Uma outra situação referenciada e que atravessa outras áreas de intervenção refere-se às dificuldades no processo de reconhecimento das habilitações adquiridas nos países de origem (nomeadamente ao nível da formação de nível superior). Foi ainda identificado o preço elevado da tradução da documentação para processo de equivalência escolar, o que limita muitas vezes este acesso por parte da população imigrante.

A título de propostas os imigrantes sugeriram maior divulgação da oferta de português para estrangeiros, envolvendo as Associações de Imigrantes nessa tarefa. A divulgação deverá ser feita em empresas de estrangeiros ou em que trabalha estrangeiros, para mais facilmente chegar à população destinatária. Mas também se propôs o incremento da oferta de português para estrangeiros. Indicou-se que o Estado deveria investir em cursos de português para estrangeiros (deu-se exemplo da Holanda em que tal é obrigatório para os imigrantes recém-chegados). No entanto, dado que esta é uma atuação de carácter supramunicipal não pôde ser considerada no conjunto das medidas inscritas em plano. Paralelamente, também se considera importante a promoção de oferta de inglês língua não materna (dada a sua importância no contexto turístico em que o concelho se insere).

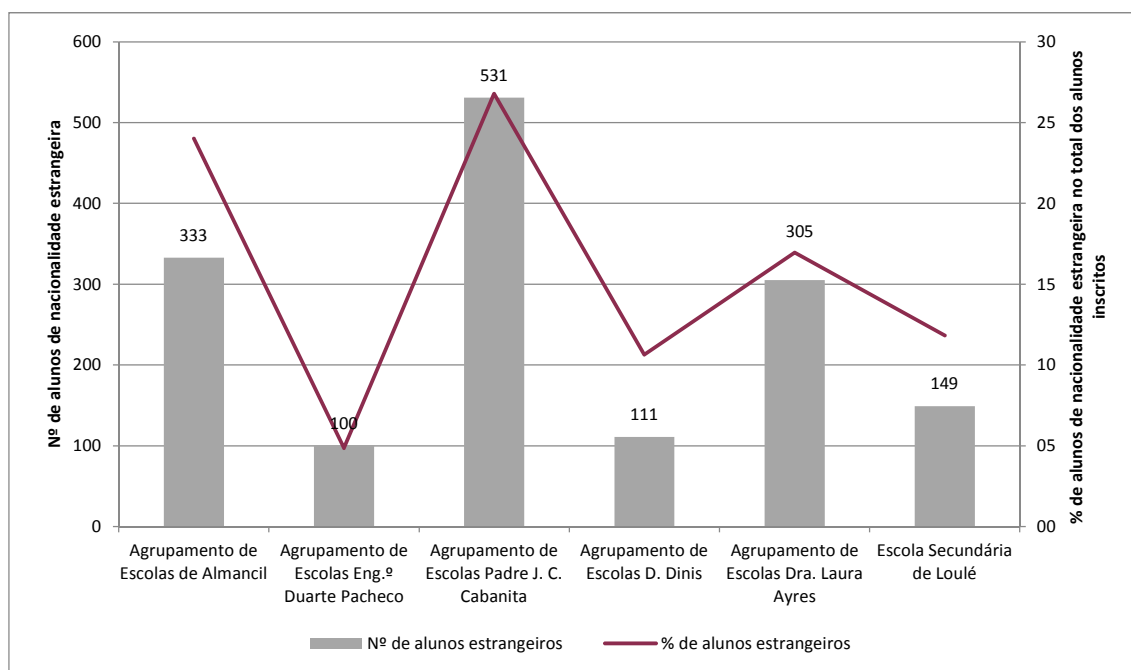
Houve ainda uma outra proposta realizada cuja ação não depende das estruturas locais e que se refere à facilitação do acesso a formação a imigrantes em situação irregular como estímulo ao acesso a emprego. De qualquer modo, em termos do enquadramento legal que regula a imigração tal seria contraditório, pois não deveriam existir esse tipo de situações irregulares (caso que se excetua nos contextos educativos e de saúde onde o acesso é universal).

Foi ainda realizada a proposta de criação de um guia com informações ao imigrante sobre forma de obtenção de equivalências escolares. Dado que este tipo de instrumento é referenciado em vários domínios de ação acredita-se que será uma mais-valia se esta informação se enquadrar num guia geral informativo à população imigrante.

As instituições participantes sugeriram ainda a articulação concertada com Instituto de Emprego e Formação Profissional para que os cursos dinamizados vão ao encontro dos interesses e das necessidades dos jovens⁸.

Nas escolas, a presença dos alunos estrangeiros é muito variável. Assim, se em termos globais, no ano letivo de 2013/2014, 16% da população estudente era estrangeira, certo é que só nos Agrupamentos de Escolas de Almancil, de Padre J. C. Cabanita e de Dra. Laura Ayres é que esse valor é ultrapassado. É no Agrupamento de Escolas Padre J. C. Cabanita, situado no centro de Loulé, que se verificava uma maior presença de população estudiantil estrangeira, representando mais de ¼ da população escolar. O Agrupamento de Escolas Eng.º Duarte Pacheco era o que apresentava um contexto menos multicultural, com uma representação de apenas 5% de população escolar estrangeira.

GRÁFICO 11. ALUNOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA E SUA REPRESENTAÇÃO NA POPULAÇÃO ESCOLAR, POR AGRUPAMENTO, NO ANO LETIVO 2013/2014



Fonte: Agrupamentos de Escolas e Escola Secundária de Loulé. Tratamento próprio dos dados.

Também em relação aos contextos educativos foram identificadas várias necessidades para promover a inclusão das crianças e dos jovens.

⁸ Apesar de convocado para os múltiplos momentos participativos, o IIEFP não participou em nenhum dos Fóruns realizados o que limita o seu compromisso na ação prevista em Plano. À data de conclusão do documento ainda não tinha sido possível assegurar esse mesmo compromisso.

Os adultos imigrantes participantes nos fóruns destacaram o facto de existir pouca informação nas escolas sobre os direitos e recursos existentes para os estrangeiros, assim como os apoios existentes em relação aos estudantes imigrantes. Apesar de se reconhecer que algumas escolas estão atentas à necessidade de promover uma atitude intercultural, foram várias as referências à urgência de ação nos contextos educativos. Assim, referiu-se que nem todas as escolas fazem o devido acompanhamento e enquadramento dos jovens imigrantes. Identificaram-se algumas dificuldades relacionadas com a transição de ano em situações de irregularidade e no acesso à escola por parte de jovens imigrantes com idade superior a 18 anos. A integração fica facilitada se a comunicação dos imigrantes for realizada em inglês, pela associação positiva que é feita à imigração do norte da Europa em detrimento daqueles que optam pelo país para subsistência e que vivem, na sua maioria, em condições de vida mais frágeis

Há atitudes discriminatórias que afetam o percurso escolar e que foram descritas pelos jovens imigrantes participantes deste plano, como: a não existência de progressão do nível de ensino quando se encontram em situação ilegal, o que poderá conduzir ao abandono escolar logo que atinja a maioridade; um sentimento de preferência dos alunos nacionais em detrimento de alguns estrangeiros e algumas referências a atitudes de racismo por cor da pele.

Foi ainda evidente que entre os jovens que não têm o português como língua materna, o não domínio da língua foi um fator muito limitativo ao processo de integração no país. Sublinhou-se que tal é particularmente mais difícil para os jovens imigrantes que chegam a Portugal para os 2º e 3º ciclos de ensino e secundário.

Propôs-se a realização de aulas complementares de português para os estudantes imigrantes, o que é particularmente válido para o 1º ciclo, nível de ensino em que este apoio não está a ser assegurado. Sugeriu-se ainda a realização de acompanhamento para a promoção da inclusão dos jovens, a ser assegurado por professores das escolas especificamente designados para o efeito.

Como mecanismos para promoção da integração escolar, os jovens imigrantes acrescentaram as seguintes sugestões para ação:

- “Criação de encontros nas escolas com um professor português acompanhado de uma pessoa com conhecimentos de romeno, brasileiro, russo que ajudasse os alunos na aprendizagem da língua portuguesa”;
- Na criação das turmas, assegurar que haja pelo menos duas pessoas da mesma nacionalidade, de forma a que se possam ajudar mutuamente e apoiar no processo de integração.

Mas as suas propostas foram ainda mais amplas, desafiando-se a participar na liderança para a sua implementação, mesmo que apoiados pelas direções de cada escola e pelo município, nomeadamente:

- Criar clubes e aulas de cultura;
- Desenvolver palestras para os professores que os informem sobre os seus atos discriminatórios;
- Desenvolver uma peça de teatro que apele à sensibilização das pessoas para o bullying;

- Criar vídeos que tenham como fim sensibilizar pessoas para determinados assuntos, fazendo sessões nas escolas para visionamento;
- Criar semana cultural de países cujas culturas não são divulgados (falou-se a este respeito da semana das línguas que é desenvolvida nas escolas mas que é limitada em termos da divulgação das culturas estrangeiras);
- Criar clubes de voluntários que supervisionem e ajudem os estrangeiros na adaptação e integração (no grupo/ na turma).

O envolvimento demonstrado por estes jovens, seja ao nível do diagnóstico, da realização de propostas e de compromisso na implementação de medidas nos seus contextos educativos, demonstra bem a necessidade de ação para a promoção da interculturalidade nas escolas.

2.7. Um desconhecimento da oferta formativa existente e a necessidade de reconhecimento das competências

Em relação ao domínio da formação, destacam-se problemas relacionados com o acesso à informação sobre a oferta formativa, reconhecendo-se que alguns cursos não são desenvolvidos pela falta de inscritos, apesar de tal se poder relacionar com essa mesma falta de informação.

Refere-se ainda a desadequação de alguma da oferta formativa existente. Tal foi referenciado pelos imigrantes em relação à oferta do Instituto de Emprego e Formação Profissional. O acesso à sua oferta formativa é identificado como muito limitado: há aqueles que são forçados a estar e que não querem, quando há outros que querem e não podem aceder à formação existente. Alguns imigrantes reconhecem a existência de muita formação. No entanto, não se têm visto resultados em termos de empregabilidade.

Adicionalmente, identificou-se a situação de irregularidade como limitativa no acesso à formação. Tal é uma dimensão que ultrapassa a atuação ao nível local pelo que não incorporada na ação prevista neste plano.

Mas é também ao nível da validação de competências que se identificam outro tipo de problemas. Tal verifica-se tanto pela dificuldade de acesso aos cursos do Instituto de Emprego e Formação Profissional quando não têm as suas habilitações do país de origem reconhecidas, como pelo facto de não se potenciarem as competências reais dos imigrantes, seja no acesso à formação como ao nível da integração laboral.

Como possíveis soluções, os imigrantes propuseram a promoção de medidas que facilitem o acesso a cursos profissionais e que agilizem o processo de reconhecimento de habilitações escolares (ex. desburocratização dos acordos bilaterais a este nível). Por outro lado, assinalou-se a necessidade em ter um espaço que possibilite a divulgação das ofertas formativas e fazer chegar essa informação às organizações que têm público imigrante assim como nos espaços públicos. No que respeita à forma como essa divulgação deve ser feita sublinhou-se a necessidade de criar material informativo em papel. Essa divulgação estende-se à informação sobre as políticas e

legislação existente no campo da formação, o que pode ser operacionalizado no guia de recursos a criar.

De forma a assegurar uma maior universalização no acesso à formação pública, sugeriu-se a promoção de maior flexibilidade no acesso à formação. Esta é uma medida que também ultrapassa as competências das instituições locais.

Os imigrantes propuseram ainda a ampliação da oferta formativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional o que pode ser feito através da realização de acordos com associações de que é exemplo o Núcleo Empresarial da Região do Algarve. Percebendo-se que há algumas incongruências na perceção dos imigrantes e que nem todos conhecem a oferta formativa existente, considera-se mais relevante a aposta na informação sobre o que é feito. Uma ampliação da oferta formativa exige um outro tipo de diagnóstico de necessidades que não cabe realizar no âmbito deste plano.

De resto, quando se observa a oferta formativa em curso no Instituto de Emprego e Formação Profissional percebe-se que tem havido uma grande aposta a este nível em variadíssimas áreas formativas e com múltiplas ações de formação. De destacar o facto de parte dessa oferta ser igualmente destinada a ativos empregados e estar a ser desenvolvida em parceria com entidades externas. Não é, por isso, evidente que haja uma oferta insuficiente podendo o problema central estar efetivamente centrado na divulgação dessa oferta. Refira-se, de modo a sublinhar esta informação, que de acordo com os dados fornecidos pelo Centro de Emprego de Loulé desde 2012, estiveram em formação 6401 pessoas, inscritas em 272 ações de formação. Deste conjunto, 1773 formandos estavam em ações destinadas a ativos empregados, representando 27,7% do total dos formandos inscritos. Estes formandos estavam inscritos em 70 ações, que representavam 25,7% da oferta formativa promovida pelo IEFP no concelho. De assinalar ainda que haverá um conjunto de pessoas que recorre a outros centros em função do perfil da procura. A menor oferta situou-se no nível 0 e 1 de formação, não tendo existido oferta de nível 3.

2.8. O fervilhar de propostas de animação para a promoção da interculturalidade

Constata-se que há uma maior abertura a outras culturas, fruto do contacto regular que se vem estabelecendo, seja pela via do turismo como pelos processos migratórios, certo é que não se deixa de sublinhar a necessidade de incrementar a interculturalidade nas comunidades existentes no concelho de Loulé.

No que respeita às atividades culturais reconhece-se a existência de iniciativas apesar da comunidade local não as divulgar. No entanto, alguns imigrantes referiram que a falta de adesão às iniciativas se justifica pela sua falta de diversidade. Em Almancil referiu-se a ausência de ofertas desportivas e culturais diversificadas, aumentando os custos de acesso a estas atividades pela necessidade de deslocação para fora da freguesia. As atividades interculturais são de iniciativa das associações locais. Identificou-se ainda a falta de atividades destinadas aos jovens (referenciada quer em Quarteira como em Almancil).

No que respeita ao movimento associativo, fundamental na promoção das atividades interculturais, reconheceu-se a falta de logística adequada destas por trabalharem com voluntários e não com pessoal especializado. Houve ainda quem questionasse a importância da formalização enquanto associação local.

A rematar a lista das fragilidades identificadas nos fóruns de imigrantes, referiu-se que a nacionalidade constitui obstáculo no acesso a algumas atividades – caso do desporto federado que apenas é financiado para nacionais portugueses.

Da parte dos jovens imigrantes participantes assinalaram-se as diferenças culturais como fator limitativo a uma maior convivalidade. Uma das jovens referia: “Apesar de ter crescido aqui sempre tive mais contacto com a cultura africana. Nós africanos somos mais companheiros e os portugueses são mais fechados. Não dão muita importância ao convívio com os supostos amigos.” Estas frases foram descritas por uma jovem angolana, mas também uma jovem cabo-verdiana reforçou o que havia sido dito pela colega: “O que não gostei aqui é o modo como as pessoas levam a vida, sem convívio, ou seja, vivem cada um por si.” Referiu-se ainda que “para poder-se integrar, é necessário muitas vezes abdicar das influências que trazem do país de origem e começar a comportar-se como a maioria dos portugueses.”

Há ainda obstáculos culturais simbólicos que os jovens destacam. “O facto de as pessoas se vestirem um pouco de forma diferente ou por não serem de marca é, muitas vezes, um obstáculo para a integração (normalmente os estrangeiros têm algumas dificuldades económicas), pois normalmente essas pessoas são colocadas de parte.”

Destaca-se, no entanto, o facto de o concelho dispor de uma diversidade associativa capaz de dar resposta aos desafios da promoção de atividades interculturais. Das presentes no fórum de instituições, destaca-se a atividade da Associação Amizade dos PALOP no Algarve (APALGAR) com oferta desportiva, de poesia e festiva (Festafrica). O Rotary Clube de Loulé também desenvolve exposições sobre vários pontos do mundo. A ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento tem a possibilidade de realizar oferta na área da promoção de intercâmbios. Por outro lado, nas várias divisões do município há competências e recursos instalados que podem dar suporte à realização de atividades promotoras do diálogo intercultural. Na área da cultura destaca-se a existência de espaços de exposição artística e residências de criação artística. A Biblioteca Municipal dispõe de um Clube de Leitura em Língua Alemã, tem um protocolo com a associação DOINA para a realização da Festa da Primavera e ainda desenvolve um projeto de Internet Sénior.

As propostas foram muito diversificadas, pese embora muito centradas na necessidade de promoção de atividades de animação territorial com vista à promoção da interculturalidade. Assim sugeriu-se que o município deveria: i) Desenvolver mais semanas e eventos interculturais e «almoços entre culturas» (deu-se como exemplo de boa prática: Festa das Comunidades em Almancil); ii) Promover festas / mostras das comunidades; iii) Promover festivais de músicas do mundo; iv) Promover Festivais internacionais de folclore; v) Organizar palestras sobre a história dos vários países de origem dos imigrantes, com o apoio dos consulados; vi) Trabalhar eventos interculturais a iniciar nas pré-escolas; vii) Promover mais atividades recreativas, em particular aquelas que envolvem os jovens e as crianças, como forma de estímulo à sua integração social. A estas propostas, crescem outras complementares realizadas durante o fórum das instituições, a

saber: i) Promover nas Bibliotecas e Escolas atividades que envolvam os imigrantes; ii) Promover mostras culturais nas Escolas; iii) Fazer uma semana cultural (Pintura, Literatura, Debate, etc.).

Para promover uma maior adesão às iniciativas a desenvolver considerou-se importante alargar a divulgação sobre as iniciativas interculturais realizadas no concelho, para fora deste.

Destacam-se ainda propostas que remetem para o suporte organizativo à realização de iniciativas que foram referenciadas quer por imigrantes como pelas instituições. As propostas realizadas pelos imigrantes são as seguintes: i) Aumentar o apoio logístico às atividades (marketing e design); ii) Diminuir a burocracia relativa aos pedidos de isenção de pagamento de taxas por parte das associações e ser mais célere em relação aos pedidos de apoio solicitado (seja a resposta positiva ou negativa); iii) Aproveitar espaços locais não rentabilizados para a dinamização das atividades. As instituições fizeram as seguintes propostas: i) Criar uma plataforma com os contactos das instituições e endereços de correio eletrónico; ii) Criar uma plataforma com os imigrantes que promovem atividades de mostra de artesanato - pretende-se um registo de imigrantes de diferentes áreas culturais e artísticas, para potenciar esses recursos existentes no Concelho de Loulé; iii) Estimular à realização de eventos por parte das associações – juntá-las para que possam ser essas a promover um evento intercultural.

Considera-se ainda relevante a divulgação das Associações Locais onde é possível comunicar na língua de origem, o que é elemento facilitador do processo de integração dos imigrantes na comunidade local. Ainda relacionado com a promoção do espírito associativo foi referenciado no fórum de jovens: “Na minha opinião, a nação portuguesa deveria criar associações, que podia ter a função de orientar os jovens imigrantes que cá chegam, principalmente os jovens que vêm estudar e sozinhos que ao chegar aqui não têm um familiar e se sentem perdidos, por exemplo na parte da legalização”. A este respeito a equipa estimulou os jovens a criarem a sua própria associação, dando conta de que a sua experiência é uma mais-valia para integração de novos jovens imigrantes recém-chegados ao país, assim como para o combate a problemas que se mantêm na escola, para os quais eles podem ser parte ativa na sua resolução.

Para promover a interculturalidade, foi apresentado o seguinte desabafo: “[...] acho que os portugueses devem ou deveriam meter na cabeça que independente da cor, da religião ou do país todos nós somos iguais e que a cor da pele não importa mas sim o carácter de cada um.”

A realização de atividades que permitam o conhecimento das várias culturas dos países dos jovens imigrantes, apresenta-se como importante. A este respeito um dos jovens referenciava: “Fazer as pessoas perceber que além de sermos diferentes podemos fazer diferença como eu na aula de Tecnologias de Informação e Comunicação, mostrei uma tradição da minha terra natal que eles gostaram muito e fiquei bastante satisfeita. E assim também podemos mostrar às pessoas a nossa tradição sem haver discriminação porque eu já fiz perceber aos meus colegas que além de haver outras tradições noutros países temos sempre de aceitar. Fazendo atividades relativas à nossa terra podemos observar que até pessoas diferentes de cultura têm muitas coisas interessantes na vida, que até podem gostar da nossa cultura. O que é importante antes de falar é praticar. E também inventar mais associações!”. Assim, é fundamental a promoção de atividades lúdicas que envolvam toda a comunidade de igual forma.

Após a realização das propostas, as instituições foram confrontadas com a discussão sobre o papel que poderiam ter na sua implementação. Assim a Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção da Cidadania (EPICPC) no contexto do desenvolvimento do Projeto “Loulé, Cidade Educadora”, pode colaborar e incluir nesse mesmo projeto parceiros do concelho. O município dispõe, na área da cultura de Espaços Expositivos, mas pode igualmente apoiar na dinamização de tertúlias ou apoiar na organização de semanas culturais. Por seu lado, da parte da Biblioteca Municipal demonstrou-se abertura para receber Clubes de Leitura de diversos Países. A Associação Venezuela Amiga disponibilizou-se também na organização de atividades culturais e a Associação Social e Cultural de Almancil dispõe de espaço expositivo para a realização de atividades. A ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento, apresentou disponibilidade para a prestação de serviços neste domínio.

2.9. Dificuldades no acesso e necessidade de informação sobre os direitos no sistema de saúde

Uma dimensão largamente referenciada nos fóruns foi o acesso aos cuidados de saúde primários, tendo sido destacada a dificuldade na atribuição de Médico de Família, nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, a demora na marcação de consultas e o desconhecimento do funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

A análise dos indicadores relativos às unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde que constituem o Centro de Saúde de Loulé, concretamente à Unidade de Saúde Familiar Lauroé (sita na sede do Centro de Saúde) e às Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados de Loulé (sede e extensões de saúde); de Almancil/Boliqueime e Quarteira, corrobora esta situação. É de assinalar que mesmo para os cidadãos de nacionalidade portuguesa se registam dificuldade na inscrição em Médico de Família, por escassez de Médicos nas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados. Contudo, tal situação não impede o acesso aos cuidados de saúde, uma vez que os cidadãos inscritos Sem Médico de Família atribuído têm acesso a Consultas de Recurso, disponibilizadas nas diferentes Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados existentes no concelho de Loulé.

	USF Lauroé	UCSP Loulé	UCSP Almancil/ Boliquiteime	UCSP Quarteira	Total
Total de inscritos	8268	25966	15088	22174	71496
Total de inscritos estrangeiros	328	2423	3038	4149	9938
Estrangeiros no total de inscritos (%)	4,0	9,3	20,1	18,7	13,9
Total de inscritos estrangeiros NPT	163	1224	1174	3176	5737
Estrangeiros NPT no total de inscritos (%)	2,0	4,7	7,8	14,3	8,0
Estrangeiros NPT no total de inscritos estrangeiros (%)	49,7	50,5	38,6	76,5	57,7
Total de Utentes Com Médico de Família	8268	12659	7578	12076	40581
Utentes Com Médico de Família no total de inscritos (%)	100	48,8	50,2	54,5	56,8
Total de Utentes Estrangeiros Com Médico de Família	328	433	860	1013	2634
Utentes Estrangeiros Com Médico de Família no total de estrangeiros inscritos (%)	100	17,9	28,3	24,4	26,5
Total de Utentes Estrangeiros NPT Com Médico de Família	163	146	416	784	1509
Utentes Estrangeiros NPT Com Médico de Família no total de estrangeiros NPT inscritos (%)	49,7	11,9	35,4	24,7	26,3
Total de utentes sem médico de família		13307	7510	10098	30915
Utentes sem médico de família no total de inscritos (%)		51,2	49,8	45,5	48,9
Total de utentes estrangeiros sem médico de família		1990	2178	3136	7304
Utentes estrangeiros sem médico de família no total de estrangeiros inscritos (%)	Não se aplica	82,1	71,7	75,6	76,0
Total de utentes estrangeiros NPT sem médico de família		1078	758	2392	4228
Utentes estrangeiros NPT sem médico de família no total de estrangeiros NPT inscritos (%)		88,1	64,6	75,3	75,9

Fonte: ACES do Algarve I Central. Cálculo próprio dos indicadores.

Foi referenciado pelos imigrantes o facto de existir um tratamento diferenciado por parte dos funcionários de diferentes Unidades de Saúde. Sublinhou-se que tal é uma situação que tende a desaparecer, considerando que os serviços de saúde estão a trabalhar no sentido da uniformização dos procedimentos.

A falta de informação foi também referenciada neste domínio de intervenção – quer em relação aos direitos no acesso ao Serviço Nacional de Saúde, quer em relação ao seu funcionamento. Tal é particularmente sentido no caso dos idosos imigrantes que não acedem aos serviços pelo desconhecimento dos seus direitos. Por isso se propuseram, a este respeito dois tipos de medidas, a saber: i) Maior divulgação sobre o sistema de saúde ao imigrante (direitos e deveres) [guia com lista de direitos nas diferentes áreas]; ii) Promover ações de sensibilização dirigidas aos imigrantes sobre os seus direitos em relação ao Serviço Nacional de Saúde.

No caso do acesso aos serviços de saúde para aqueles que não possuem “autorização de permanência ou residência” ou “visto de trabalho” e que não apresentam um documento da Junta de Freguesia indicando que residem em Portugal há mais de 90 dias, foram assinaladas pelos imigrantes duas situações distintas: i) por um lado, a existência de taxas moderadoras elevadas para quem está nestas situações; ii) por outro, o receio em recorrer aos serviços de saúde, por medo de eventual denúncia da situação de ilegalidade, sendo a alternativa o recurso à farmácia em casos de doença.

De destacar que há desconhecimento de situações que são consideradas de exceção pelo Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente as situações que ponham em perigo a Saúde Pública em que os cuidados são gratuitos. Entende-se por situações que “ponham em perigo a Saúde Pública” aquelas relacionadas com a vigilância da saúde, nomeadamente a saúde materna, a saúde

infantil, a vacinação de acordo com o plano nacional de vacinação, o planeamento familiar e com as doenças transmissíveis.

Relativamente aos Jovens Imigrantes, foi referido que apesar de praticamente todas as escolas oferecerem sessões de educação para a saúde sobre saúde sexual e reprodutiva, manifestaram interesse em poderem recorrer a consultas médicas e de enfermagem, externas ao contexto educativo e que possam ser libertas do controlo social exercido pelos pais e pela comunidade.

Mas também ao nível do atendimento se verificam fragilidades, seja pelo que os imigrantes referem como falta de formação dos administrativos que se encontram nas receções e balcões de atendimento, mas também por situações de discriminação. Desta forma foi sugerida a promoção de mais capacitação dos profissionais que estão nos serviços de atendimento, na medida em que esses são responsáveis, muitas vezes, por visões estereotipadas em relação aos imigrantes.

2.10. Desconhecimento das respostas sociais existentes e fragilidades no apoio a situações de irregularidade

Também no domínio das respostas sociais, parte importante das referências realizadas pelos imigrantes e instituições se refere à falta de conhecimento dos recursos locais existentes. Sugeriu-se a criação de um guia de recursos com todos os serviços locais (conhecimento sobre as instituições e respostas oferecidas), que possa ser utilizado tanto por imigrantes como por instituições. De resto, esta é uma proposta que atravessa vários domínios de intervenção, justificando-se a sua criação através da inclusão desses domínios referenciados.

No caso das instituições referenciou-se a necessidade de dinamizar um trabalho em rede com as instituições locais e regionais, potenciando a partilha de informação e recursos. Tal justifica-se não apenas para tornar mais eficiente a resposta aos problemas sociais nesta população, mas também para evitar a falta de fiabilidade nas informações prestadas por alguns imigrantes aos vários serviços. Deu-se como exemplo a informação relativa à constituição dos agregados familiares que, nalguns casos é distinta em função dos vários serviços a que os imigrantes recorrem (ex. Saúde, Escola, Segurança Social). Devem criar-se canais de comunicação entre as várias instituições para evitar situações como a descrita anteriormente, em que o fornecimento da informação por parte dos imigrantes não é idêntica em função dos vários serviços procurados.

Os imigrantes sublinharam ainda problemas relacionados com o atendimento nos serviços e a elevada burocracia, nomeadamente no que respeita à elevada dificuldade no preenchimento de formulários oficiais. Por essa razão propuseram a promoção de formação para os profissionais que se encontram nos serviços de atendimento

A situação de irregularidade foi apontada, quer por imigrantes como por instituições, como um fator potenciador da exclusão no acesso aos serviços públicos e sociais básicos. Por um lado, identifica-se a perda de apoios sociais nos imigrantes que ficam em situação irregular (quando não têm renovação da autorização de residência). Deu-se como exemplo a privação de acesso ao abono de família por 6 meses, altura em que conseguem acesso a um passaporte. Outras vezes, os imigrantes

não procuram estas ajudas por receio de serem deportados. Os imigrantes referenciaram ainda a insuficiência dos apoios sociais existentes em caso de desemprego e para os sem-abrigo estrangeiros. Por motivos de natureza redistributiva, os imigrantes sugeriram a existência de mais apoios económicos e sociais aos imigrantes em situação irregular, em particular no conjunto daqueles que já efetuaram descontos para a Segurança Social.

De qualquer modo, a existência de redes de imigração ilegal no concelho, associadas a tráfico humano e exploração laboral foram identificadas como um problema que cabe minimizar. Acredita-se que a rede interinstitucional a criar poderá apoiar na resolução deste problema. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras destacou a existência de um novo fluxo de imigração que tenderá a aumentar nos próximos tempos, caracterizada por população originária da Ásia, sendo que parte significativa entra no país em situação irregular.

Orientar a população imigrante para os serviços competentes, nomeadamente para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em particular nos casos em que se identifiquem as redes de imigração ilegal e situações em que os imigrantes são vítimas de exploração laboral. É preciso desmistificar o papel associado a alguns serviços, nomeadamente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, devendo o plano incluir medidas que devolvam a confiança às instituições responsáveis pelo acolhimento e integração dos imigrantes. O núcleo de Loulé da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima destacou igualmente o trabalho que tem vindo a realizar com pessoas vítimas de exploração laboral, sendo fundamental a sua colaboração na rede a criar.

Apesar dessas fragilidades referenciadas, há instituições locais que prestam apoio nas situações de irregularidade referenciadas. Por outro lado, a própria legislação existente não exclui o acesso a alguns serviços sociais básicos em caso de situação irregular no país. No caso da Fundação António Aleixo, referenciou-se que 30% a 40% dos atendimentos que fazem aos imigrantes referem-se a situações irregulares (o que é evidente nos atendimentos realizados em Quarteira e Almancil). Também a própria Igreja tem vindo a dar suporte às situações de maior vulnerabilidade. As instituições que prestam apoios sociais fornecem apoios alimentares a imigrantes em situação de irregularidade, desde que os recursos não sejam disponibilizados por fundos públicos. É possível a frequência dos equipamentos sociais mesmo que os beneficiários estejam em situação irregular (ex. da educação para as crianças, mas também na saúde desde que com o pagamento integral das taxas dos serviços prestados). Os problemas que surgem da manutenção desta situação de irregularidade são impeditivos do acesso igualitário aos serviços. As crianças que se encontram em situação de irregularidade a necessitar de apoios sociais, nomeadamente ao nível da integração no sistema educativo, acabam por ficar numa situação de maior vulnerabilidade por não poderem aceder a esses mesmos tipos de apoios (ex. caso do benefício dos escalões de ação social escolar). No Centro de Saúde é obrigatória a autorização de residência para acesso ao serviço nos mesmos moldes que os nacionais, embora o acesso não seja negado.

Por outro lado, as instituições presentes identificam a atratividade do país para acolhimento de imigrantes seja ao nível dos apoios sociais existentes (por exemplo no acesso à saúde e educação), mas também ao nível da legislação existente.

Reconhece-se que quando os imigrantes chegam a Portugal não existem apoios, mas as redes de imigrantes são fundamentais enquanto sistema de proteção comunitária. Daí que se

tenha proposto igualmente o estímulo a um maior apoio da parte das representações consulares e das associações de imigrantes. Se ao nível dos serviços consulares tal trabalho não depende apenas da atuação municipal (o que obviamente não significa que não possa ser feito em situações pontuais), o trabalho em parceria com as associações de imigrantes torna-se fundamental no processo de acolhimento e de integração dos imigrantes. Estes são agentes fundamentais no processo de encaminhamento para as respostas sociais existentes e que são, por muito desconhecidas.

Uma das dificuldades de acesso aos serviços públicos refere-se às fragilidades no sistema de transportes público local. Referiu-se, a título de exemplo, que em Almancil, seja para acesso ao trabalho, aos serviços, como para lazer, as pessoas têm de realizar as suas mobilidades através de carro o que é condicionante para quem não o tem. Daí que se tenha sugerido a criação de uma rota de serviço de transporte público na freguesia de Almancil, que incida igualmente sobre os movimentos pendulares associados ao acesso ao trabalho, entre a sede de freguesia e Quinta do Lago/ Vale de Lobo.

2.11. Necessidade de promoção da convivialidade intercultural e a frágil participação nos destinos do concelho

A discussão sobre o tema da cidadania e da participação recaiu sobre diferentes dimensões. Por um lado, e em termos mais globais fizeram-se referências aos espaços de participação para decisão sobre o futuro do concelho. Os imigrantes consideram que não «existem» palcos para exercerem a sua cidadania ou que existem poucos espaços para participação ativa. E se alguns espaços existem, há uma frágil informação aos imigrantes. De resto, considera-se que essa falta de acesso a informação se constitui como entrave à participação cívica. Considerou-se que ainda existe uma barreira entre a comunidade imigrante e os locais, sendo a língua e as diferenças culturais obstáculos a uma maior convivialidade e, conseqüentemente, a uma participação mais ativa por parte dos imigrantes. O trabalho com as associações de imigrantes deve ser estimulado de forma a potenciar esta relação entre a comunidade estrangeira e a comunidade portuguesa.

Na verdade, percebe-se que a inexistência ou o desconhecimento destes espaços de participação como prática disseminada obstaculize o envolvimento mais ativo referenciado. Mesmo a participação nos fóruns de imigrantes ficou aquém do previsto, o que se relaciona com o desconhecimento da possibilidade em poderem ter a sua voz auscultada e com impacto sobre a sua integração local. Acredita-se que a continuidade do trabalho com os imigrantes no decurso da implementação deste plano possa ser um estímulo ao envolvimento e participação mais ativos desses no desenho do destino do concelho que escolheram para residir e/ ou trabalhar.

Foram várias as propostas realizadas pelos imigrantes de modo a potenciar a sua participação na vida da comunidade, a saber: i) Promover uma política local que estimule a escuta sobre os imigrantes (se o município o fizer, as pessoas participam mais); ii) Promover mais encontros com imigrantes que permitam a discussão das políticas locais e nacionais (à semelhança

dos realizados para a conceção deste plano); iii) Promover encontros interculturais (gastronomia, cultura, folclore...); iv) Promover atividades nas escolas que estimulem a participação cívica.

Há, no entanto, localmente projetos que potenciam a participação dos cidadãos, cujo acesso e informação deve ser orientado para uma maior participação dos imigrantes. Refira-se o caso do Orçamento Participativo, mas também dos projetos «Loulé, Cidade Educadora» e «Pensar Loulé 2020», todos promovidos pelo município e que preveem uma participação ativa da comunidade no desenho da intervenção local. A ECOS - Cooperativa de Educação, Cooperação e Desenvolvimento também se encontra a desenvolver o projeto Algarve 20.20 que prevê a conceção de políticas para a integração da população imigrante.

A participação política foi igualmente destacada. Apesar da existência de alguma indiferença em relação aos assuntos políticos, os imigrantes sentem obrigatoriedade no voto para não perderem os seus direitos sociais. Há, no entanto, ainda um desconhecimento sobre os direitos relacionados com o exercício do voto e o recenseamento eleitoral. Localmente, as Juntas de Freguesia e as Associações de Imigrantes podem ter um papel fundamental neste domínio. A título de exemplo, refira-se que a Associação Amizade dos PALOP no Algarve (APALGAR) desenvolve um trabalho de esclarecimento das políticas do país de origem.

2.12. A necessidade de promoção de uma linguagem inclusiva e a valorização das práticas bem sucedidas na população imigrante

A discussão sobre os media e sensibilização da opinião pública recaiu sobre duas dimensões: i) por um lado sobre a forma como se comunica a presença dos imigrantes no território; e, ii) por outro sobre a comunicação local dos eventos dinamizados por e para imigrantes.

Assim, em relação à forma como a comunicação social retrata a população imigrante sublinhou-se a existência de atitudes discriminatórias e xenófobas. Referiu-se que, por vezes, a comunicação social transmite uma imagem negativa do imigrante (discriminação específica da sua condição de imigrante quando são cometidos atos criminosos, por exemplo, o que foi reforçado pelos reclusos imigrantes participantes deste plano). Continua a permanecer uma tendência para abordagens jornalísticas sensacionalistas e os media continuam a ser responsáveis pela reprodução de imagens estereotipadas sobre a população imigrante. Na opinião dos jovens participantes, em muitas redes de comunicação ridicularizam-se certos países e tal gera preconceitos que levam a que as populações se tornem fechadas a essas culturas. O facto de não haver divulgação sobre essas culturas, também torna as populações mais fechadas a essas.

Para produção de uma linguagem mais inclusiva, foram realizadas as seguintes propostas passíveis de implementação no âmbito deste plano: i) Estimular as rádios e jornais locais a divulgarem mais os eventos promovidos pelos imigrantes (por exemplo criar colunas destinadas a falar de iniciativas que envolvam imigrantes ou desenvolver programas com imigrantes); ii) Fomentar localmente uma imagem positiva da comunidade imigrante através dos meios de

comunicação locais; iii) Estimular os media a apresentarem visões positivas sobre a população imigrante.

Foram ainda realizadas outras propostas que não dependem da atuação local, mas que são igualmente relevantes: i) Criar uma legislação com maior rigor em relação à linguagem dos media; ii) Promover programas de televisão sobre os imigrantes para que tenham uma maior visibilidade (à semelhança do programa existente “Portugueses pelo Mundo”). Neste último caso, pode sempre existir a produção local deste tipo de programa, pese embora se reconheça o seu reduzido impacto na mudança das mentalidades do coletivo, pelo seu consumo mais reduzido do que aquele possibilitado pelos meios de comunicação de âmbito nacional.

Em relação à comunicação dos eventos locais, os imigrantes referiram a necessidade de apoio por parte dos media na divulgação das atividades realizadas. Obviamente que tal ação escapa à intervenção das entidades locais, pese embora possa ser realizada sensibilização neste domínio para os meios de comunicação locais e regionais. Torna-se ainda fundamental apostar na criação de um boletim que divulgue as atividades e os eventos promovidos pela comunidade imigrante. Pelos custos que tal poderá comportar, parece mais viável a inclusão destas atividades no Portal do Imigrante igualmente proposto para assegurar uma melhor comunicação do município e os imigrantes. Propôs-se que a comunicação neste site possa ser feita nas quatro línguas estrangeiras mais representativas ou cuja compreensão seja mais generalizada. Esse será sempre um trabalho que terá de potenciar o voluntariado local considerando que a sua atualização deve ser regular e a contratação de serviços de tradução contemplaria custos difíceis de suportar pelo município.

2.13. Discriminações em função da origem dos imigrantes

Foram várias as referências relacionadas com atos discriminatórios contra os imigrantes, sendo transversal a diferentes contextos da vida cotidiana, apesar de parecerem estar mais centrados sobre a população que opta pela residência por Portugal para obtenção dos seus meios de subsistência. Deu-se como exemplo o facto de que se o imigrante não falar em português mas dominar o inglês tem a sua vida facilitada, pela valorização positiva associada aos imigrantes ou turistas do norte da Europa. As atitudes discriminatórias nem sempre são cometidas de forma aberta, havendo diferentes exemplos demonstrativos dessas sem que tais aludam diretamente à condição de estrangeiro. Alguns desses casos foram descritos pelos imigrantes, nomeadamente: trabalhos e arrendamento sem contrato, pagamento abusivo de taxas, trabalho menos qualificado, pagamentos de salários abaixo do praticado, maior fiscalização a certo tipo de imigrantes em detrimento de outros (o que foi especialmente referenciado em relação à população de origem africana). Nos contextos laborais são descritos sentimentos de exploração por comparação com os nacionais, assim como a obrigatoriedade de comunicação na língua portuguesa entre imigrantes que comunicam numa língua estrangeira durante a laboração.

A «cor da pele» é ainda assinalada como um fator discriminatório, que dita os percursos laborais mas que também orienta as práticas de fiscalização da situação de residência no país.

Referiram-se situações de hostilidade para com a população de raça negra cometidas por agentes de autoridade e por parte da população mais idosa que a associa a práticas de criminalidade.

Nos contextos educativos são igualmente descritas situações de discriminação, cometidas quer pelo pessoal docente, como pelos colegas. A título de exemplo, apresentam-se alguns relatos dos jovens participantes neste plano:

“Na escola fui gozada por ser muito fechada e pouco comunicativa, às vezes era agredida não só verbalmente mas também fisicamente”

“Alguns colegas não gostavam da ideia de eu ser estrangeira, era ignorada e diziam-me para voltar para o meu país”

“Quando quis fazer dança foi complicado entrar, diziam que não tinha jeito, era desmotivada e os colegas desprezavam-me, por isso optei por sair. Passado algum tempo, após a integração entrei para a ginástica e agora para o ténis. Não se voltou a repetir.”

“Disseram para voltar para o meu país de origem”.

Destacam-se ainda algumas palavras soltas apresentadas por estes jovens em relação aos problemas de integração sentidos em Portugal:

“Bullying; Inutilidade; Baixa Auto-Estima; Ódio; Solidão”.

“Dificuldade em adaptar...; Solidão; Desmotivação; Sinto-me muitas vezes perdida ou presa em mim mesma; Indiferente”.

A presença de redes informais de acolhimento aos imigrantes, a par da ação regular de algumas associações de imigrantes tem facilitado o processo de integração, o que de resto foi referenciado noutros domínios de intervenção.

Como resposta a estes problemas, foram apresentadas diferentes soluções, nomeadamente: i) Trabalhar a temática do racismo em contexto escolar; ii) Promover ações que estimulem a interculturalidade nas escolas; iii) Promover iniciativas que criem uma maior interação entre as diferentes culturas; iv) Promover formação dirigida aos profissionais que atendem ao público; v) Realizar eventos sobre o tema (manifestações passivas).

As instituições sublinharam a necessidade de dispor de indicadores de medida das situações de discriminação existentes. O trabalho em curso no âmbito do projeto “Loulé, Cidade Educadora” pode apoiar à minimização dos problemas identificados junto da comunidade educativa. Algumas associações locais podem igualmente apoiar no desenvolvimento de formação que vise o desenvolvimento de atitudes discriminatórias, de que é exemplo a Associação Amizade dos PALOP No Algarve (APALGAR).

2.14. A necessidade de estabelecimento de mais relações diplomáticas

A discussão ao nível das relações internacionais situou-se sobretudo sobre as relações diplomáticas. Apesar de ser possível realizar algum trabalho a este nível, nomeadamente no respeitante à agilização de procedimentos, seja para a regularização da situação dos imigrantes, como para acesso à documentação que facilite quer o acesso aos serviços de saúde como do reconhecimento das habilitações adquiridas nos países de origem, a atuação municipal é limitada a este nível. E tal verifica-se seja pela dispersão dos serviços consulares, estando parte significativa localizada na cidade de Lisboa, seja pela inexistência de alguns desses serviços no nosso país. A grande variedade de nacionalidades em presença não é contributiva de um trabalho mais sistemático nesta dimensão. Apesar disso, e tal como sugerido nos fóruns realizados, há um trabalho que pode sempre ser feito através das associações de imigrantes locais, regionais e nacionais, pela sua capacidade de mediação e que pode obviar parte dos problemas sentidos pela população imigrante. Em paralelo, também foi consensual a proposta de criação da figura do Mediador Municipal para a Imigração, que apesar de depender da disponibilização voluntária dos estrangeiros residentes considera-se fundamental para procurar mediar a resolução de parte importante dos problemas identificados pela população.

Assim foram referenciados a inexistência de laços diplomáticos entre alguns países ou a existência de poucos acordos bilaterais, bem como pouca informação sobre os existentes. Destacou-se igualmente a centralização desses serviços na cidade de Lisboa assim como a falta de serviços diplomáticos de algumas comunidades com grande representação. Reconhece-se, paralelamente, que alguns países têm dificuldade em apoiar os seus cidadãos no estrangeiro.

A título de exemplo, o Núcleo de Loulé da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima deu conta da sua própria experiência no acesso aos serviços consulares, salientando as dificuldades por que têm passado, a partir da apresentação de casos específicos de acompanhamento realizado. Tiveram de acompanhar uma cidadã romena a Lisboa para essa poder ter acesso a esses serviços. Procuraram dar apoio a uma imigrante do Senegal, mas neste caso nem sequer há representação consular em Portugal o que lhes impediu dar o apoio necessário.

Foi consensual entre as instituições que não se conseguem resolver problemas com a maior parte dos consulados ou embaixadas, por via telefónica ou fax. Referiram-se ainda à morosidade das respostas de alguns serviços. De referir que os imigrantes sugeriram o estabelecimento de acordos de âmbito regional e local, contudo e dado não dependerem da atuação local, tais propostas não puderam ser consideradas neste plano. O mesmo se refere ao fomento de acordos bilaterais entre países de origem dos imigrantes e Portugal, bem como a sua divulgação.

2.15. Tolerância religiosa mas sem aposta na interação entre diferentes religiões

Em geral, não foram identificados problemas de maior no que respeita à convivialidade entre as diferentes religiões. Percebe-se o grande domínio do catolicismo apesar deste, em termos culturais no país, não conduzir a exclusões por motivações religiosas. Foi apenas assinalada uma situação por parte de uma jovem integrante da plataforma de monitorização e que pode demonstrar algumas dificuldades de convivialidade quando as práticas religiosas têm implicações no cotidiano da vida escolar. Essa referiu ter presenciado uma situação de discriminação na escola face a um muçulmano – em particular durante o Ramadão que obriga a uma prática religiosa mais intensa. Dado que tem familiares muçulmanos e está ligada à religião, esta foi uma situação marcante para si.

Foi referenciada a dificuldade em obtenção de espaços e autorização para a realização das práticas religiosas, o que poderá ser minimizado com o trabalho que se pretende desenvolver no plano e que respeita à rentabilização de espaços subaproveitados existentes no concelho.

Apesar de dominar uma perceção de que o país e, em particular, o concelho, tem uma grande tolerância face às religiões em presença, também se reconhece que não se tem promovido um intercâmbio. Por essa razão se propôs a realização de eventos que estimulem o diálogo entre as várias religiões, não esquecendo da importância de tal ser igualmente desenvolvido junto da comunidade educativa.

3. Estrutura do Plano

3.1. Dimensão Estratégica

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de Acolhimento e de Integração	Promover uma aproximação entre os serviços de acolhimento e de integração e os imigrantes	Taxa de variação da procura dos serviços de CLAII (%)	Promoção da continuidade do serviço de proximidade existente e estímulo à criação de novas respostas de proximidade
	Alargar os instrumentos e as modalidades de comunicação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes	Novos instrumentos de informação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes criados	Reforço da divulgação e da informação sobre os serviços de acolhimento e de integração
	Capacitar as organizações sobre os direitos e deveres dos imigrantes, assim como sobre os recursos institucionais existentes	Nº de técnicos e instituições participantes em ações de capacitação	Desenvolvimento de ações de carácter formativo e informativo às organizações que prestam serviços de acolhimento e de integração
	Estimular um maior envolvimento dos imigrantes na vida da comunidade	Iniciativas desenvolvidas que visem a participação dos imigrantes na vida da comunidade	Reforço do espírito associativo e incentivo ao voluntariado imigrante para uma melhor integração entre pares

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Urbanismo e Habitação	Promover acolhimento temporário a imigrantes em situação de maior vulnerabilidade	Nº de imigrantes acolhidos	Inclusão de Imigrantes em habitações de acolhimento do Município
	Combater as situações de discriminação no acesso à habitação (seja para aquisição como para arrendamento)	Taxa de variação de reclamações no CLAI por situações discriminatórias no acesso à habitação	Desenvolvimento de ações de informação a proprietários sobre os direitos e deveres dos imigrantes em matéria de arrendamento e às instituições financeiras em relação à aquisição de imóveis
Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Estimular o empreendedorismo imigrante	Nº de imigrantes que criam o seu próprio emprego	Melhoria dos serviços de acompanhamento e de apoio à criação do próprio emprego, seja através da criação de novas respostas como pela divulgação das ofertas existentes
	Melhorar a integração dos imigrantes no mercado de trabalho local	Nº de imigrantes beneficiados pelos novos serviços a criar	Melhoria das condições de higiene e de segurança no trabalho, assim como do acesso a informação sobre direitos e deveres laborais.

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Educação e Língua	Melhorar o domínio da língua portuguesa	Nº de imigrantes beneficiados por ações de melhoria das competências do português	Promover a capacitação em português das diferentes gerações de imigrantes residentes no concelho (não discriminando o acesso para imigrantes em situação irregular), diversificando e ampliando as formas de divulgação da oferta (com especial enfoque no domínio associativo e empresarial)
	Promover oferta de formação em inglês para estrangeiros	Nº de pessoas envolvidas em ações de capacitação em inglês para estrangeiros	Oferecer formação em língua inglesa para todos aqueles que necessitam desta para o desempenho da sua atividade profissional, potenciando a empregabilidade e melhorando a qualidade na oferta dos serviços locais. Tal justifica-se pela localização turística do concelho
	Promover a inclusão dos estudantes imigrantes nas escolas	Escolas e nº de docentes (face ao total) envolvidos em ações inclusivas direcionadas aos estudantes imigrantes	Criar serviços de mediação nas escolas e combater as situações de discriminação seja por parte dos estudantes, como da parte do pessoal das escolas (auxiliar e docente)

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Capacitação e Formação	Promover oferta formativa profissionalizante	Nº de imigrantes envolvidos em ações de formação profissional, em função da situação face ao emprego	Alargar o público passível de acesso à formação profissionalizante, assim como garantir uma ampla divulgação da oferta existente
	Garantir o acesso ao reconhecimento de competências escolares e profissionais adquiridas nos países de origem	Nº de imigrantes com certificação das suas competências escolares e profissionais	Dialogar com os serviços consulares de forma a assegurar uma maior agilidade na prestação de informação sobre as competências adquiridas pelos imigrantes nos seus países de origem e estabelecer acordos para facilitar o processo de tradução dos elementos que permitem a validação nacional da documentação necessária à certificação
Cultura	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Nº de participantes em iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Realizar eventos que permitam a promoção do diálogo entre as diferentes culturas em presença e garantir a participação de diferentes agentes locais para o garante das condições logísticas para a realização desses mesmos eventos

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Saúde	Aumentar a literacia em saúde dos imigrantes	Nº de imigrantes participantes	Pretende-se que os imigrantes detenham a informação básica para acesso ao sistema público de saúde e que compreendam o funcionamento deste, assim como se pretende uma maior sensibilização dos jovens (não exclusivamente imigrantes) na área da saúde sexual e reprodutiva

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Solidariedade e Resposta Social	Melhorar a capacidade organizativa local na promoção de respostas às situações de maior vulnerabilidade	Nº de organizações envolvidas num trabalho em rede que permita uma resposta mais eficiente na redistribuição dos recursos de apoio às situações de maior vulnerabilidade	Potenciar um trabalho em rede entre as organizações locais que dão apoio às situações de maior vulnerabilidade e assegurar respostas sociais aos imigrantes
	Melhorar o sistema de transportes públicos locais para um assegurar a deslocação dos imigrantes aos serviços e recursos locais de apoio ao acolhimento e de integração	Horários e circuitos de transporte alterados	Melhorar a rede de transportes, seja ao nível do alargamento de horários (em particular à noite) seja ao nível dos percursos (criar ligações entre locais de maior dependência casa-trabalho, de que é exemplo o circuito Almancil e Quinta do Largo/ Vale de Lobo), para assegurar a mobilidade dos imigrantes e o seu acesso aos serviços básicos de acolhimento e de apoio à integração
	Promover uma aproximação e articulação entre os Estabelecimentos Prisionais de Olhão, de Faro e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Loulé	N.º de Acompanhamentos de imigrantes residentes no Concelho de Loulé em situação de Reclusão	Reforço da articulação entre serviços, no sentido de preparar o imigrante nesta fase de reclusão, para as questões da sua regularização documental e futura reinserção social.

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Cidadania e Participação Cívica	Informar os imigrantes sobre as questões relacionadas com os atos eleitorais em Portugal	Nº de Imigrantes recenseados no biénio 2015/2017	Desenvolvimento de ações de sensibilização e de comunicação por parte das autarquias aos imigrantes, de modo a que melhor compreendam o sistema eleitoral nacional
	Promover a participação dos imigrantes nos processos de decisão locais	Nº de imigrantes participantes em iniciativas que visem a promoção da participação (Orçamento Participativo, Assembleias Municipais, Fóruns específicos...)	Sensibilização dos imigrantes sobre os espaços de participação institucionalizados localmente e dinamização de momentos específicos de auscultação da população imigrante, nomeadamente, assegurando a sua participação na plataforma local para a integração dos imigrantes
Media e Sensibilização da opinião Pública	Contribuir para uma comunicação social local inclusiva em relação aos imigrantes	Iniciativas desenvolvidas que visam a promoção de uma linguagem intercultural e que visem a valorização das culturas, dos saberes e das competências da população imigrante	Atuar simultaneamente ao nível dos órgãos de comunicação social locais e regionais, mas também ao nível interno do município, procurando trabalhar sobre imagens positivas sobre a imigração

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
Racismo e Discriminação	Melhorar os serviços de acolhimento e de atendimento aos imigrantes	Nº de técnicos e instituições participantes em ações de capacitação	Desenvolver ações de formação que visam o combate a situações de discriminação no atendimento e acolhimento dos imigrantes
	Promover a inclusão intercultural nos contextos escolares	Nº de elementos da comunidade educativa envolvidos	Desenvolver iniciativas específicas nos/ a partir dos contextos escolares que visem o combate ao racismo e discriminação ou inclusão deste tema nas atividades a realizar noutros eventos previstos no plano
Religião	Promover iniciativas que estimulem o intercâmbio religioso	Nº de iniciativas realizadas que visem o intercâmbio das diferentes culturas religiosas em presença	Assegurar que a temática da religião mereça uma atenção específica ou complementar às iniciativas interculturais a realizar

3.2. Dimensão Operacional⁹

3.2.1. Serviços de Acolhimento e Integração

Nº	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
1	Promover uma aproximação entre os serviços de acolhimento e de integração aos imigrantes	Desenvolver serviços de proximidade no acolhimento/ integração de imigrantes	Promoção da continuidade do serviço de itinerância do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)	1	Atendimento Mensal em todas as freguesias do concelho (regime chamada)	Número de atendimentos por freguesia	Município de Loulé Juntas de Freguesia
2		Aumentar a capacidade de diálogo intercultural entre os serviços e os imigrantes	Criação de uma Bolsa de Mediadores Municipais para a imigração	1	Ter pelo menos três mediadores municipais para a imigração	Nº de acompanhamentos/ encaminhamentos realizados pelos mediadores	Município de Loulé

⁹ Procurou-se assinalar as várias entidades responsáveis pela implementação das várias medidas. À data da conclusão deste texto e de modo a não comprometer os timings do projeto, nem todas as entidades locais e regionais haviam fornecido a indicação do seu compromisso para a execução das medidas. Por isso, optou-se pela apresentação generalista de grupos de instituições quando essa informação específica não foi ainda fornecida. A referência a organizações específicas que se responsabilizam pela concretização das medidas dá-se nos casos em que esse compromisso já foi formalizado por essas. O Município de Loulé não se responsabilizará pela execução de medidas que dependam de um trabalho de parceria e cujos parceiros não se comprometam com a sua realização.

Nº	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
3	Promover uma aproximação entre os serviços de acolhimento e de integração aos imigrantes	Melhorar a capacidade organizativa local de forma a assegurar encaminhamentos eficazes	Criação de Base de Dados com informação sobre as respostas existentes, facilitadora do encaminhamento para os serviços competentes (CLAII)	1	Uma Base de dados de informação local interinstitucional	Nº de Referenciações para o CLAII Nº de encaminhamentos do CLAII para os outros serviços	Município de Loulé (coordenação) Entidades locais com responsabilidade nas áreas procuradas pelos imigrantes
4	Alargar os instrumentos e as modalidades de comunicação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes	Promover o acesso à informação sobre as organizações existentes e sobre os direitos e deveres, especificamente direcionado aos serviços de acolhimento e de integração	Elaboração de um Guia de Recursos para as instituições/imigrantes sobre direitos e deveres dos imigrantes, que possam facilmente aceder e que contenha a listagem dos interlocutores dos vários serviços para se estabelecer uma comunicação ágil entre esses em caso de necessidade	1	Guia de Recursos Local	Nº de Materiais Técnicos Produzidos Nº de Guias Distribuídos	Município de Loulé Organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
5	Alargar os instrumentos e as modalidades de comunicação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes	Promover o acesso à informação sobre as organizações existentes e sobre os direitos e deveres, especificamente direcionado aos serviços de acolhimento e de integração	Edição, Tradução e Impressão do Guia de Recursos	2	Guia de Recursos Local	Nº de Materiais Técnicos Produzidos Nº de Guias Distribuídos	Município de Loulé Organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes
6	Alargar os instrumentos e as modalidades de comunicação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes	Promover a divulgação dos serviços de acolhimento e de integração existentes, assim como o acesso à informação sobre os direitos e deveres dos imigrantes	Criação do Portal do Imigrante com informação alusiva ao Plano Municipal de Loulé para a Integração de Imigrantes, sobre os serviços locais e regionais que acolhem e integram os imigrantes, assim como com informação atualizada sobre os direitos e deveres dos imigrantes (com tradução nas 4 línguas estrangeiras mais representativas: Russo; Romeno; Inglês; Mandarim)	2	Criação do Portal do Imigrante	Portal do Imigrante criado	Município de Loulé Organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
7	Alargar os instrumentos e as modalidades de comunicação sobre os serviços de acolhimento e os direitos e deveres dos imigrantes	Disseminar informação sobre os serviços prestados pelo CLAII	Criação de um folheto sobre o CLAII e sua disponibilização em locais centrais para fácil acesso aos imigrantes	1	1 Folheto CLAII	Nº de Folhetos Produzidos Nº de Folhetos Distribuídos	
8	Capacitar as organizações sobre os direitos e deveres dos imigrantes, assim como sobre os recursos institucionais existentes	Desenvolver ações de sensibilização interinstitucional que reforce as competências locais e regionais sobre os recursos existentes para acolhimento e integração de imigrantes, assim como ao nível dos direitos e deveres destes	Realização de iniciativas informativas às organizações locais/regionais que acolhem e integram imigrantes para melhor conhecimento sobre os recursos existentes, mas também sobre os seus direitos e deveres	1	Dinamizar 1 Ação Anual	Nº de ações de realizadas Nº de profissionais envolvidos	Município de Loulé em conjunto com todas as organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes Junta de Freguesia de Quarteira Entidades formadoras

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
9	Estimular um maior envolvimento dos imigrantes na vida da comunidade	Incentivar a participação ativa das associações de imigrantes	Promover apoio logístico e financeiro às iniciativas desenvolvidas por associações de imigrantes locais e que prossigam os objetivos estratégicos previstos neste plano	1/2	Apoiar a dinamização de pelo menos uma ação por associação	Nº de iniciativas desenvolvidas pelas associações de imigrantes apoiadas pelo município de Loulé Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira Associações de Imigrantes
10		Promover a adesão de imigrantes ao Banco Local de Voluntariado	Divulgação do Banco Local de Voluntariado junto da comunidade imigrante	1	Aumentar a adesão dos imigrantes às iniciativas de voluntariado locais	Nº de novos voluntários imigrantes do Banco Local Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira Guarda Nacional Republicana (apoio à divulgação no serviço de atendimento)

3.2.2. Urbanismo e Habitação

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
11	Promover acolhimento temporário a imigrantes em situação de maior vulnerabilidade	Garantir alojamento temporário para imigrantes em situação de vulnerabilidade económica que não consigam ter recursos para aceder à habitação	Permitir igualdade de acesso dos imigrantes em relação aos autóctones nas habitações de residência temporária já existentes	1	Acolhimento de imigrantes nesses espaços, dentro da capacidade e disponibilidade existente	Nº de utilizadores beneficiários dos espaços de alojamento temporário existentes	Município de Loulé
12	Combater as situações de discriminação no acesso à habitação (seja para aquisição como para arrendamento)	Desenvolver ações de informação a proprietários e instituições financeiras alusivas aos direitos e deveres dos imigrantes em matéria de arrendamento ou aquisição de imóveis	Criação e distribuição personalizada de um panfleto sobre direitos e deveres dos imigrantes a proprietários e instituições financeiras que permita, simultaneamente, estabelecer uma aproximação do CLAI ao setor privado que lida diretamente com esta população e que dê a conhecer a situação de inclusão dos imigrantes (procurando evitar situações de discriminação seja pela especulação sobre os preços praticados, como pelos estereótipos criados sobre os imigrantes)	2	1 Folheto	Nº Materiais produzidos Nº de Materiais Distribuídos	Município de Loulé

3.2.3. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
13	Estimular o empreendedorismo imigrante	Divulgar os serviços do Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo	Inclusão da oferta dos serviços existentes no Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo, no guia de recursos locais a criar (seja para as instituições como para os imigrantes) e no Portal do Imigrante	1	Aumento da procura do Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo por parte da população imigrante	Nº de imigrantes que procuram o Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo	Município de Loulé – Equipa de Projeto Sustentabilidade do Município de Loulé

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis		
14	Estimular o empreendedorismo imigrante	Divulgar os serviços do Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo		Aconselhamento aos imigrantes interessados na criação do seu próprio negócio (criação do plano de negócio, legalização da atividade, acompanhamento da implementação da atividade)	2	Negócios criados pelos imigrantes	Nº Materiais produzidos Nº de Materiais Distribuídos	Município de Loulé – Equipa de Projeto Sustentabilidade do Município de Loulé (para aconselhamento – o apoio na criação do próprio negócio e acompanhamento da implementação da atividade terá de ser assegurada por outras entidades regionais com prestação de serviços nesse domínio)
15	Melhorar a integração dos imigrantes no mercado de trabalho local	Promover apoio ao emprego		Articulação e encaminhamento entre Município de Loulé, Associações de Imigrantes e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido de auxiliar o imigrante na sua integração no mercado de trabalho	1	Assegurar o encaminhamento dos imigrantes em situação de procura de emprego para as estruturas locais de apoio	Nº de Encaminhamentos para IEFP	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira Associações de Imigrantes

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
16	Melhorar a integração dos imigrantes no mercado de trabalho local	Promover o acesso ao apoio jurídico		1 Gabinete de Consultoria Jurídica	Nº Atendimentos Realizados	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira
17		Melhorar as condições de integração no mercado de trabalho		1 Ação Anual	Nº Ações Realizadas Nº de participantes	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira Associação In Loco

3.2.4. Educação e Língua

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
18	Melhorar o domínio da língua portuguesa	Incrementar a oferta da capacitação em língua portuguesa para estrangeiros	Ações de Formação em <i>Português Para Todos</i> , em diferentes horários, para assegurar a presença de imigrantes com diferentes perfis de empregabilidade	2	1 Ação Anual	Nº de imigrantes envolvidos Nº Ações realizadas	Junta de Freguesia de Quarteira Associação In Loco Escolas Entidades formadoras (Hora do Estudo)
19		Divulgar a oferta formativa em português para estrangeiros	Divulgação da oferta formativa de <i>Português Para Todos</i> através do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) e da plataforma local para a integração dos imigrantes	1	1 Campanha de Divulgação Anual	Nº de organizações às quais se deu conhecimento das ações de formação de português para estrangeiros Nº de imigrantes que procuraram informação sobre a oferta formativa divulgada	Município de Loulé Associação In Loco Escolas Entidades formadoras (Hora do Estudo) Parceria da Plataforma Local para a integração dos imigrantes

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
20	Melhorar o domínio da língua portuguesa	Desenvolver aulas complementares de português para estrangeiros nas escolas do concelho	Realização de aulas complementares de português para estrangeiros no 1º Ciclo	1	Aumentar a adesão das escolas a esta medida	Nº de estudantes imigrantes envolvidos em aulas complementares de português para estrangeiros Nº Escolas envolvidas	Escolas do concelho
21	Promover oferta de formação em inglês para estrangeiros	Incrementar a oferta da capacitação em inglês para estrangeiros	Realização de Ações de formação em inglês (em diferentes horários, para assegurar a presença de imigrantes com diferentes perfis de empregabilidade)	2	Realizar pelo menos 1 ação anual	Nº de imigrantes envolvidos Nº Ações	Associação In Loco Escolas Entidades formadoras (Hora do Estudo)
22	Promover a inclusão dos estudantes imigrantes nas escolas	Apoiar os estudantes imigrantes no processo de integração nas escolas	Disponibilização de professores/técnicos nas escolas em que hajam estudantes imigrantes, para acompanhamento no processo inicial de integração	1	Aumentar o número de Escolas Aderentes	Nº de estudantes imigrantes acompanhados Nº Prof Tutores Nº Escolas envolvidas	Escolas do concelho

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
23	Promover a inclusão dos estudantes imigrantes nas escolas	Estimular os jovens estrangeiros integrados no acolhimento a novos estudantes estrangeiros	Criação de uma bolsa de jovens, integrada nas escolas para apoio ao acolhimento de novos estudantes estrangeiros (incluída na Associação de Estudantes ou Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família), para que acompanhem o processo de tutoria a realizar (ex. clubes de voluntários.)	1	Bolsa De Jovens por Escola	Nº de estudantes que se disponibilizam a acompanhar outros estudantes estrangeiros Nº de novos estudantes imigrantes acompanhados Nº de Bolsas Criadas	Escolas do concelho Município de Loulé Grupo Informal de Jovens da Plataforma de Monitorização Hora do Estudo
24	Promover a inclusão dos estudantes imigrantes nas escolas	Procurar assegurar a presença de vários elementos da mesma nacionalidade, na constituição das turmas	Consideração do país de origem na constituição das turmas, procurando, sempre que possível, incluir mais do que um aluno da mesma nacionalidade na mesma turma	1	Regulamento Interno Revisto	Nº De Regulamentos Revistos com introdução desta medida	Agrupamento de Escolas D Dinis de Quarteira

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
25	Promover a inclusão dos estudantes imigrantes nas escolas	Criar clubes de cultura nas escolas	Estímulo à criação de clubes de cultura nos vários contextos educativos locais	1	Ter pelo menos um clube intercultural criado em cada agrupamento	Nº de clubes de cultura criados Nº de crianças e jovens participantes segundo a nacionalidade	Escolas do concelho Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património / Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania) Grupo Informal de Jovens da Plataforma de Monitorização
26		Desenvolver peças de teatro que alertem sobre situações de bullying	Estímulo à participação dos jovens na criação de peças de teatro que retratem as situações de <i>bullying</i> vivenciadas, em particular as que se referem a situações de discriminação por raça, etnia ou nacionalidade distintas	1	Ter pelo menos uma peça de teatro realizada	Nº de jovens envolvidos	Escolas do concelho Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) – apoio técnico Grupo Informal de Jovens da Plataforma de Monitorização

3.2.5.Capacitação e Formação

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
27	Promover oferta formativa profissionalizante	Realizar oferta formativa profissionalizante que garanta o acesso por parte de todo o tipo de público, independentemente da sua situação face ao trabalho	Desenvolvimento de ações de formação profissional destinada a todos os públicos independentemente da sua situação face ao trabalho	2	1 Ação Anual	Nº de imigrantes envolvidos	IEFP Associação In Loco Entidades formadoras (Hora do Estudo)
28	Garantir o acesso ao reconhecimento de competências escolares e profissionais adquiridas nos países de origem	Reconhecer as competências escolares e profissionais adquiridas pelos imigrantes nos seus países de origem	Processo de negociação com os serviços consulares de forma a facilitar o acesso ágil à documentação necessária para assegurar a validação nacional das competências escolares e profissionais dos imigrantes	1	Aumentar o número de imigrantes com as suas competências escolares e profissionais adquiridas nos países de origem certificadas	Nº de imigrantes envolvidos	Município de Loulé Serviços consulares dos países em que se verifique essa procura de certificação de competências escolares e profissionais

3.2.6.Cultura

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
29	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Dinamizar eventos interculturais	Realização de semanas interculturais com diferentes iniciativas (exemplo: almoços entre culturas, mostras de comunidades, palestras sobre a história dos vários países em presença, podendo envolver também atividades de pintura, literatura e debates, semanas interculturais nas escolas)	1	Incluir no programa cultural local a realização de semanas interculturais Realizar pelo menos uma semana intercultural por ano	Nº de semanas interculturais realizadas Nº de participantes nas semanas interculturais realizadas Nº de países presentes nas iniciativas desenvolvidas nas semanas interculturais	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património/ Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania/ Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania) Escolas do concelho
30			Realização da Festa das Comunidades em Almancil	1	Garantir a realização anual da Festa das Comunidades	Nº de Festas das Comunidades Nº de participantes Nº de países presentes	Associação Social e Cultural de Almancil (organização) Apoio: Município de Loulé (Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania)

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
31	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Dinamizar eventos interculturais	Realização de Mostras de Festivais de Folclore e Danças Tradicionais que promovam a diversidade cultural	2	Garantir a realização anual de Festivais de Folclore	Nº de Festivais de Folclore Nº de participantes Nº de países	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) Associações de Imigrantes Consulados dos países de origem dos imigrantes Escolas do concelho
32			Realização do Festival MED (festival de músicas do mundo, gastronomia; artes plásticas, animação de rua, artesanato, dança, workshops)	1	Festival Anual	Nº de Festivais MED Nº de participantes Nº de países presentes	Município de Loulé
33			Realização de eventos interculturais ao nível do pré-escolar que visem a promoção da interculturalidade	1	Garantir a realização 1 Evento Anual por Agrupamento Escolar	Nº de estabelecimentos de educação pré-escolar envolvidos Nº de crianças, do pré-escolar, envolvidas	Município de Loulé Agrupamentos de Escolas com pré-escolar

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
34	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Dinamizar eventos interculturais		1 Ação Anual	<p>Nº de estabelecimentos escolares que dinamizam atividades recreativas com vista a promover a interculturalidade e a participação cívica</p> <p>Nº de organizações locais envolvidas na organização de atividades recreativas destinadas a crianças e jovens e que visem a promoção da interculturalidade e a participação cívica</p> <p>Nº de crianças e jovens envolvidos nas atividades recreativas realizadas, segundo a nacionalidade</p>	<p>Município de Loulé</p> <p>Juntas de Freguesia do concelho</p> <p>Associações de Imigrantes</p> <p>Escolas do concelho</p> <p>Grupo Informal de Jovens da Plataforma de Monitorização</p>

Objetivos Estratégicos/ Gerais		Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
35	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Assegurar as condições logísticas e financeiras para as iniciativas culturais desenvolvidas	Criação de uma Base de Dados com as organizações culturais locais de forma a potenciar a comunicação entre organizações que trabalham na área da cultural, seja para partilha de informação, como para divulgação das atividades que são desenvolvidas (a incluir na plataforma da área cultural municipal a criar)	1	Criação de Uma Base de Dados	Nº Recursos Concebidos	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) com o apoio das várias organizações locais que trabalham na área da cultura (Hora do Estudo)
36		Potenciar o acesso a imigrantes «criativos» para que estes possam constituir-se como uma bolsa de recursos para os eventos culturais que se pretendem dinamizar	Criação de uma Base de Dados concelhia, dos imigrantes com trabalho na área de expressão cultural, artesanal e artística (a incluir na plataforma da área cultural municipal a criar)	1	Base de dados Concelhia	Nº Recursos Concebidos	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) com apoio de líderes locais e associações de imigrantes (Hora do Estudo) (enquanto fontes de informação para a constituição da referida listagem)

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
37	Promover iniciativas de animação e de diálogo intercultural	Ampliação da divulgação das iniciativas culturais desenvolvidas e que visam a promoção da interculturalidade	1	Atualização Mensal da Agenda Cultural e do Portal Imigrante	Nº Eventos para divulgação	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira Todas as entidades dinamizadoras de eventos interculturais
38		Alargar a rede de espaços de realização de eventos interculturais	1	Criação de um Espaço	Nº de espaços locais subaproveitados que passaram a ser utilizados para iniciativas de promoção da interculturalidade Eventos que passaram a ser realizados em espaços locais subaproveitados	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) Junta de Freguesia de Quarteira Organizações locais com espaços disponíveis para a realização de eventos culturais

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
39	Desconstruir as atitudes racistas e discriminatórias face aos nacionais de países terceiros	Produzir material multimédia que permita o combate às situações de discriminação	Criação de vídeos / sketches que alertem para as consequências das atitudes racistas e discriminatórias, em particular as que são dirigidas a crianças e jovens	2	Realizar pelo menos 1 vídeo	Nº de produções multimédia concretizadas; Nº de eventos em que as produções foram apresentadas; Nº de participantes nas iniciativas em que são apresentadas as produções multimédia	Município de Loulé em conjunto com todas as organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes Junta de Freguesia de Quarteira Grupo Informal de Jovens da Plataforma de Monitorização

3.2.7.Saúde

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Aumentar a Literacia em Saúde dos Imigrantes	Promover a sensibilização dos imigrantes sobre o sistema nacional de saúde	Dinamização de ações de sensibilização sobre direitos e deveres dos imigrantes enquanto utilizadores do Serviço Nacional de Saúde	1	Realizar pelo menos uma ação de sensibilização por freguesia	Nº de ações de sensibilização Nº de participantes	Município de Loulé Juntas de freguesia
	Sensibilizar os jovens sobre a área da saúde sexual e reprodutiva	Criação e Divulgação do Gabinete de Saúde Juvenil na Comunidade	1	Gabinete criado	Nº de atendimentos	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira

3.2.8.Solidariedade e Resposta Social

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
42	Melhorar a capacidade organizativa local na promoção de respostas às situações de maior vulnerabilidade	Garantir um trabalho em rede entre as organizações locais para assegurar respostas integradas aos imigrantes em situação de maior vulnerabilidade	Criação de uma rede informal de apoio interinstitucional às situações de maior vulnerabilidade vividas pelos imigrantes	1	Garante de apoio social aos imigrantes em situação de maior vulnerabilidade	Nº de imigrantes apoiados	Município de Loulé Guarda Nacional Republicana (Apoio à sinalização de casos) Instituições de solidariedade social do concelho

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
43	Melhorar o sistema de Transporte Público Urbano para um assegurar a deslocação dos imigrantes aos serviços e recursos locais de apoio ao acolhimento e de integração	Garante do funcionamento do Transporte Urbano em horário mais alargado (em particular nos circuitos da noite) e estabelecimento de uma rota na freguesia de Almancil, para a melhoria das condições de mobilidade dos imigrantes no concelho	Criação de um Circuito de Transporte Público Urbano na freguesia de Almancil	1	Horários e circuitos de transporte alterados de 1 Rota	Nº de Rotas Alteradas	Município de Loulé
44	Promover uma aproximação e articulação entre os Estabelecimentos Prisionais de Olhão e Faro e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes de Loulé	Apoiar o imigrante para a regularização documental (sempre que necessária) e futura reinserção social.	Articulação entre o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes e os Estabelecimentos Prisionais e as Equipas de Reinserção Social, como medida facilitadora para a reinserção social dos imigrantes em situação de reclusão e/ou em cumprimento de medidas	1	Garante de acompanhamento dos imigrantes com residência no Concelho de Loulé em situação de reclusão	N.º de Acompanhamentos de imigrantes residentes no Concelho de Loulé em situação de reclusão	Município de Loulé Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

			penais na comunidade				
--	--	--	----------------------	--	--	--	--

3.2.9.Cidadania e Participação Cívica

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
45	Informar os imigrantes sobre as questões relacionadas com os atos eleitorais em Portugal	Sensibilizar os imigrantes acerca dos direitos e deveres em relação ao sistema nacional de eleições	Realização de sessões de esclarecimento sobre direitos e deveres dos imigrantes em relação ao sistema nacional de eleições	1	1 Ação Anual	Nº de imigrantes participantes Nº de Imigrantes recenseados no biénio 2015/2017	Município de Loulé (Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania) Junta de Freguesia de Quarteira Juntas de Freguesia do concelho
46	Promover a participação dos imigrantes nos processos de decisão locais	Informar e mobilizar os imigrantes para as dinâmicas participativas locais	Realização de ações de informação aos imigrantes sobre os espaços de participação cívica existentes no concelho e sua mobilização	1	1 Ação Anual	Nº de imigrantes participantes Nº Ações/Palcos de Participação	Município de Loulé (Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção de Cidadania) Junta de Freguesia

							de Quarteira Juntas de Freguesia do concelho
--	--	--	--	--	--	--	--

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
47	Promover a participação dos imigrantes nos processos de decisão locais	Ativar espaços de participação cidadã que possibilitem a discussão coletiva sobre o futuro do concelho	Realização da ação “Pensar Loulé 2020”	1	Garantir a participação da população na reflexão sobre o futuro do concelho	Nº de imigrantes	Município de Loulé (Divisão de Cultura e Património) Juntas de Freguesia do concelho Cooperativa ECOS

3.2.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
48	Contribuir para uma comunicação social local inclusiva em relação aos imigrantes	Reforçar a informação aos meios de comunicação social local e regional sobre as atividades interculturais desenvolvidas no concelho		Garantir NI de todas as atividades interculturais	Nº de notas de imprensa geradas sobre as atividades interculturais desenvolvidas no concelho	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira – através do boletim informativo de Quarteira
		Garantir que as atividades interculturais promovidas no concelho são divulgadas aos órgãos de comunicação local e regional			Nº de notas de imprensa publicadas pelos órgãos de comunicação social local e regional, respeitantes às atividades interculturais promovidas no concelho	
49		Reforçar a informação sobre as atividades interculturais promovidas no concelho nos canais de comunicação do município		Agenda cultural com as iniciativas dedicadas a esta temática sempre que estas sejam comunicadas ao CLAII	Nº de meses em que agenda municipal divulga os eventos interculturais	Município de Loulé Junta de Freguesia de Quarteira

3.2.11. Racismo e Discriminação

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
50	Melhorar os serviços de acolhimento e de atendimento aos imigrantes	Capacitar as entidades locais, em particular nos domínios do atendimento e do acolhimento, procurando combater atitudes discriminatórias existentes face aos imigrantes	Desenvolvimento de ações de formação dirigidas às equipas que fazem atendimento e acolhimento de imigrantes	2	1 Ação Anual	Nº de técnicos e instituições participantes Nº de ações	Município de Loulé em conjunto com todas as organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes Junta de Freguesia de Quarteira Entidades formadoras (Hora do Estudo)

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
51	Promover a inclusão intercultural nos contextos escolares	Dinamizar palestras e outras ações de capacitação especificamente direcionadas para o pessoal docente e não docente das escolas	Realização de ações de capacitação à comunidade escolar para a promoção de uma escola inclusiva	2	3 Ações nos Agrupamentos Escolares do Concelho	Nº de participantes Nº de horas de Formação	Município de Loulé/DGPQ (colocar por extenso) e Escolas
52		Dar a conhecer à comunidade o trabalho realizado nos contextos educativos que visam o combate a situações de racismo e discriminação	Divulgação à comunidade das produções realizadas em contextos escolares e outros educativos, potenciando a sensibilização da comunidade para os efeitos das atitudes racistas e discriminatórias	1	Assegurar a exposição de todos os trabalhos realizados nas escolas em espaços de livre acesso à comunidade	Nº de trabalhos apresentados	Município de Loulé Escolas do Concelho

3.2.12. Relações Internacionais

Medidas de carácter transversal incluídas noutros domínios de intervenção, em particular aquelas que respeitam a uma articulação com os serviços consulares.

3.2.13. Religião

	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos específicos/ operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
53	Promover iniciativas que estimulem o intercâmbio religioso/ecuménico	Realizar eventos que possibilitem a discussão e o conhecimento sobre as várias religiões em presença	Desenvolvimento de iniciativas direccionadas para a temática da religião, que podem estar incluídas noutras iniciativas interculturais a realizar e que se preveem em plano	2	Incluir a temática da religião em iniciativas interculturais a desenvolver Promover um maior conhecimento das várias religiões em presença	Nº de iniciativas realizadas que visem o intercâmbio das diferentes culturas religiosas em presença	Município de Loulé em conjunto com todas as organizações locais e regionais com atividade no acolhimento e integração de imigrantes

3. Modelo de monitorização e de avaliação¹⁰

A avaliação *on going* e *ex post* do Plano está intrinsecamente associada ao modelo de governação previsto, na exata medida em que é ao nível da plataforma que se prevê ter o contexto para a sua realização. Assim, caberá ao Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes a liderança para assegurar a implementação das várias medidas. Estas serão implementadas em função da disponibilidade de recursos considerando que algumas dependem de financiamentos externos e que é necessária uma adaptação da intervenção aos contextos de cada uma das organizações parceiras. Caberá igualmente ao Centro Local de Apoio à Integração dos Imigrantes a liderança no processo de monitorização da implementação e avaliação dos resultados ou impactos do Plano, pese embora esse deva ser feito de forma participada com todos os elementos que vierem a constituir a Plataforma.

Servirá de unidade quantitativa da execução do Plano a contabilização e sistematização dos dados que permitem concretizar os indicadores previstos e previamente apresentados (na estrutura do plano e que se refere essencialmente à eficácia alcançada). Essas unidades serão operacionalizadas por medida e para o conjunto da intervenção em curso. No entanto, compreendendo que a mensurabilidade da intervenção não permite, por si só, a qualificação dessa e, principalmente, está longe de apoiar a análise da concretização dos objetivos propostos, pretende-se complementar a análise quantitativa com os dados qualitativos que se irão obtendo com a implementação de cada medida.

Assim, paralelamente à lista de indicadores por medida será igualmente apresentada uma síntese das ações realizadas e dos seus resultados face aos objetivos. Essa análise será partilhada e aprofundada nas reuniões da plataforma.

No entanto, há um conjunto de questões globais às quais se deve dar resposta e que se relacionam com diferentes critérios de avaliação que devem balizar a monitorização e a avaliação final do plano, e que são sistematizadas no quadro que se apresenta de seguida.

¹⁰ Tendo havido articulação e diálogo entre os municípios de Loulé e de São Brás de Alportel, no respeitante às metodologias a utilizar por via da participação da Associação In Loco que integra a parceria dos dois Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes, optou-se pela utilização do mesmo modelo de monitorização e de avaliação. Tal exclui-se no respeitante ao conjunto de indicadores específicos a aplicar, dado que tais estão explícitos na estrutura de cada plano e aplicam-se às medidas concretas de cada território.

TABELA 11. CRITÉRIOS E QUESTÕES DA AVALIAÇÃO

Crítérios da monitorização e avaliação final do Plano	Questões às quais se deve dar resposta (por medida e por objetivo, se aplicável)
Coerência	As ações que estão a ser implementadas são coerentes com as medidas e os objetivos inicialmente propostos? Há necessidade de reequacionar as ações ou as medidas para que os objetivos possam ser atingidos?
Pertinência	As ações que estão a ser implementadas respondem aos problemas identificados inicialmente? Se não, que mudanças devem ser equacionadas para que essa resposta possa ser dada? Estão a ser mobilizados os recursos que melhor respondem aos desafios da intervenção? As medidas e os objetivos estão a dar resposta às dinâmicas de mudança do contexto de ação em concreto? Se não, que alterações no contexto de ação e que necessidade de reequacionamento de medidas e de objetivos se impõem?
Igualdade	Está a ser garantida igualdade de acesso às ações do plano a todos os beneficiários inicialmente previstos no Plano? Que estratégias levadas a cabo para assegurar essa igualdade no acesso? Se essa não se verifica quais as razões que justificam tal facto? O que pode e deve ser feito para garantir esse acesso universal às ações do Plano? O Plano está a assegurar uma maior inclusão da população imigrante, em particular dos NPT? De que forma? O que é preciso mudar para assegurar que essa finalidade seja alcançada?
Participação	Os beneficiários inicialmente previstos para as várias medidas do Plano estão a participar de forma satisfatória? Que dados permitem chegar a essa conclusão? A população imigrante está a participar na monitorização e implementação do Plano? De que forma? O que pode ser feito para aumentar a sua participação? As organizações inicialmente previstas para participarem na monitorização e implementação do Plano estão igualmente mobilizadas para a intervenção? O que pode ser feito para melhorar a sua participação e envolvimento no Plano?
Eficácia	Estão os resultados previstos a serem atingidos, seja ao nível das medidas propostas, mas também dos objetivos previstos? Se estão a ser atingidos que balanço se faz? Se não estão a ser atingidos, o que deve ser feito para melhorar esses mesmos resultados? Quais as razões para que esses resultados não estejam a ser alcançados?
Eficiência	Estão a mobilizar-se os recursos institucionais inicialmente previstos para a ação? Tem sido possível rentabilizar os recursos existentes para melhorar os resultados da intervenção? Tem sido rentabilizar os recursos para contribuir para a implementação de várias medidas em simultâneo? Que recursos não previstos necessários mobilizar? De que forma a articulação interinstitucional tem permitido melhorar a prossecução dos resultados e objetivos? Poderia a intervenção ser mais eficiente? Se sim, de que forma?
Impacto	Estão a ser alcançados os objetivos inicialmente previstos? De que forma? Que mudanças registadas face ao diagnóstico inicialmente realizado? Como é que o Plano contribuiu para a inclusão dos imigrantes? Que resultados negativos e positivos não previstos?

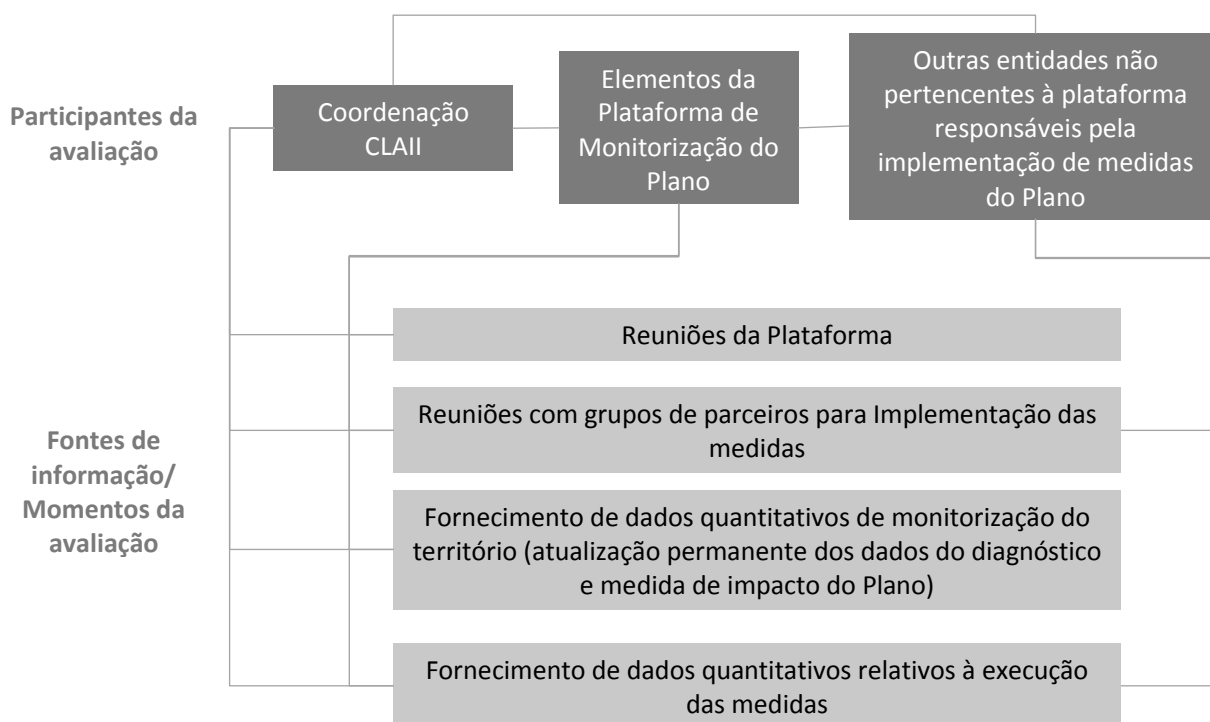
As entidades parceiras que se responsabilizam pela operacionalização das várias medidas serão as fontes de informação privilegiadas para alimentar a base de dados quantitativa e

qualitativa de apoio à monitorização da implementação do Plano. No que respeita à recolha dos dados qualitativos será feita de duas formas: i) por um lado, através das reuniões específicas que o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes vier a realizar com grupos de parceiros responsáveis pela operacionalização de medidas concretas; ii) por outro, nas reuniões da plataforma em que serão devolvidos os resultados qualitativos e quantitativos e cuja resposta global às questões da avaliação deve ser feita de forma participada entre os vários elementos participantes. No final de cada ano civil será produzido um relatório síntese com os resultados da aplicação deste modelo.

Paralelamente, serão utilizadas as fontes estatísticas locais e oficiais para monitorização dos indicadores de diagnóstico inicialmente trabalhados. Essa recolha permitirá avaliar globalmente os resultados ou impactos que o Plano possa estar a alcançar.

De seguida apresenta-se o esquema do modelo organizativo a aplicar para a monitorização e avaliação do Plano.

Ilustração 1. Modelo Organizativo para a monitorização e Implementação do Plano



4. Acompanhamento e Modelo de Governação¹¹

Previu-se a criação de uma Plataforma de Monitorização do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes de Loulé, que cumprirá os seguintes objetivos:

1. Acompanhar a execução das medidas propostas e a prossecução dos objetivos inicialmente propostos para o Plano;
2. Definir estratégias de ação e modelos de ação conjuntos para garantir a execução das medidas propostas;
3. Avaliar os resultados e os impactos do Plano;
4. Redefinir medidas ou incluir novas medidas que se julguem necessárias para dar resposta a problemas emergentes, não inicialmente diagnosticados ou que surjam no decurso da implementação do Plano;
5. Garantir uma participação a diferentes níveis, englobando os serviços públicos com intervenção direta no acolhimento e integração de imigrantes (com atuação ao nível local e regional); outros serviços sociais locais; associações de imigrantes, culturais, recreativas e desenvolvimento local; imigrantes na qualidade de interlocutores das várias comunidades presentes no concelho de Loulé;
6. Definir formas de sustentabilidade da intervenção após o término da execução do Plano.

No que respeita ao funcionamento, esta estrutura será coordenada pelo Município de Loulé que terá os seguintes deveres:

1. Agendar as reuniões da Plataforma e respetiva definição da ordem de trabalhos;
2. Convocar com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, todas as organizações e interlocutores da Plataforma;
3. Garantir a coordenação geral das reuniões de plenário da Plataforma;
4. Coordenar os grupos de trabalho que venham a ser criados para a implementação de medidas específicas do Plano;
5. Mobilizar as organizações não pertencentes à plataforma, com responsabilidade na execução de algumas medidas do Plano, para o garantir a sua execução;
6. Informar o Conselho Local de Ação Social sobre as atividades e a monitorização desenvolvidas;
7. Realizar sínteses relativas à execução das medidas propostas em plano para partilha junto dos elementos da plataforma.

A constituição formal depende de autorização superior nas várias entidades participantes na conceção do Plano. Institucionalmente está já assegurada a participação na Plataforma de Monitorização do Plano: Município de Loulé, Associação In Loco, imigrantes que a título individual se propuseram a fazer parte da plataforma; grupo informal de jovens imigrantes criado a partir do fórum especificamente direcionado para este grupo (estes jovens responsabilizaram-se a liderar todas as medidas que propuseram e que dependem dos próprios jovens para a sua concretização).

¹¹ À semelhança do registado em relação ao Modelo de Avaliação e de Monitorização, a estrutura do Modelo de Governação do Plano Municipal de Loulé para a Integração de Imigrantes é idêntica à de São Brás de Alportel, com as devidas ressalvas relacionadas com o contexto específico de cada território.

Prevê-se a realização de pelo menos duas reuniões de plenário por ano, o que não impede que venham a ser criados grupos de trabalho específicos para a implementação de medidas do Plano, sendo orientados pelo Município de Loulé, a partir do seu Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes.

5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

Regulamentação

Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) – Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015

Páginas de Internet

Sítio do INE: www.ine.pt (Censos da população e Anuários Estatísticos)

Sítio do SEF: www.sefstat.sef.pt (Estatísticas Anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

Anexos

Anexo 1. Listagem de entidades participantes no processo de diagnóstico e planeamento e respetivos interlocutores

Entidade	Participantes
Câmara Municipal de Loulé	João Martins; Vereador do Pelouro da Intervenção Social Júlio de Sousa; Diretor do Departamento de Educação e Desenvolvimento sociocultural
Divisão de Intervenção Social e Voluntariado;	Sandra Vaz; João Serafim; Claudia Silvestre
Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação;	Rita Moreira
Divisão de Cultura e Património;	Dália Paulo
Equipa de Projeto de Sustentabilidade do Município, Economia Local, Turismo e Emprego;	Joaquim Mealha; Ricardo Tomás
Equipa de Projeto de Intervenção Cultural e Promoção da Cidadania	Luísa Martins
Associação Social e Cultural de Almancil	Conceição Vicente
Rotary Club Loulé	Maria Helena Baptista
Direção Geral Reinserção e Serviços Prisionais – Algarve	Ana Ilhéu Maria Aliete Cabrita Ana Paula Carvalho
Serviço Estrangeiros e Fronteiras – Algarve	Maria La Salette Louro
Junta de Freguesia Quarteira	Ana Júdice
Associação Amizade dos PALOP no Algarve APALGAR	Francisco Sales
Associação In Loco	Vanessa Duarte de Sousa
Escola Secundária de Loulé	Maria Anselmo Ferreira Maria Vitoria Moreira
Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I Central	Maria Natália Correia Sílvia Correia Cristina Farrajota
Fundação António Aleixo	Sónia Soares; Marilita Santos
Associação Venezuelana Amiga	Geraldine Hung
Hora do Estudo	Filomena Cabral;
Cooperativa ECOS	Bruno António
Centro Social de Vale Silves	Patrícia Mendes e Luísa Monteiro
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – Loulé	Júlia Cardoso
Instituto da Segurança Social, IP	Maria Berenguer
Junta de Freguesia de São Sebastião	Helder Faísca
Junta de Freguesia de São Clemente	Carlos Filipe
Junta de Freguesia de Quarteira	Ana Júdice
Junta de Freguesia de Almancil	Joaquim Pinto
Agrupamento de Escolas D. Dinis	Stephane Norte
CONCID - Consulado do Brasil	Selma Cazes
Associação de Guineenses Do Algarve e Amigos da Guine Bissau	Cristiano Caetano
Associação Movimento Democrático de Mulheres	Sofia Costa
Associação de Pais e de Encarregados de Educação da Escola Secundária de Loulé e do Agrupamento de Escolas Eng.º Duarte Pacheco	Antonieta Pereira

Anexo 2. Listagem da documentação consultada

Documentos do Alto Comissariado para as Migrações:

- Apresentação da Estrutura do Plano Municipal para a Integração de imigrantes
- Apresentação do Alto Comissariado para as Migrações no 1º Encontro Nacional de Autarquias realizado em Óbidos, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2015
- Apresentação realizada pela Logframe no 1º Encontro Nacional de Autarquias realizado em Óbidos, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2015
- Anúncio nº 1A4/2013 para a candidatura à conceção dos Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes
- Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) – Resolução do Conselho de Ministros nº 12-B/2015
- Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade de Loulé (questionário aplicado)

Anexo 3. Metodologia dos Fóruns de Imigrantes

Nº de participantes esperados: 100

Fóruns a realizar, locais e horários:

- **I Fórum de imigrantes [Loulé]** – 13 de Fevereiro | 19h | Auditório da Biblioteca Municipal de Loulé
- **II fórum de imigrantes [Almancil]** – 20 de Fevereiro | 19h | Auditório da Escola E.B. 2,3 Dr. António de Sousa Agostinho de Almancil
- **III fórum imigrantes [Quarteira]** – 27 de Fevereiro | 19h | Auditório do Centro Autárquico de Quarteira

Material necessário:

1 baralho de cartas (com as 52) – IN LOCO

Por cada mesa têm de estar preparadas as folhas de identificação de problemas e de medidas por área de intervenção (ver modelos em anexo) – IN LOCO

Canetas – IN LOCO

Coffee break – CML

Folha de presenças – CML

Folha para identificação de interlocutores da comunidade imigrante – CML

Ficha de avaliação da sessão - CML

Disposição da sala: (a organizar pelos moderadores)

Divisão de 12 a 13 pessoas por mesa

4 mesas/ espaços de trabalho em grupo (mesa de copas, mesa de paus, mesa de ouros, mesa de espadas)

Recursos Humanos:

4 moderadores

Distribuição dos participantes pelas mesas:

À entrada cada um escolhe uma carta do baralho (que se pede que seja devolvida no final – pode-se começar com o baralho com as 40 cartas e acrescentar as restantes 12/10 quando forem entrando mais pessoas e se vir que o baralho se vai esgotando) informando que vai ser útil para a realização da metodologia de participação. Os participantes devem preencher uma ficha de inscrição (a ser preparada previamente por CM Loulé).

Cronograma dos trabalhos:

20h30m	Apresentação do projeto (Presidente/ Vereador e Sandra Vaz)
20h45m	Apresentação da metodologia (Vanessa)
21h00m	Início dos trabalhos de participação nas mesas
22h00m	Apresentação dos resultados de cada grupo

Metodologia de cada uma das mesas

Cada moderador é responsável por retirar anotações sobre as discussões de forma a que essas possam ser incorporadas na síntese que cada um deve fazer no prazo máximo de 5 dias e devolver à equipa.

Inicia-se com uma breve apresentação de cada um dos presentes – Nome e nacionalidade. (máximo 10 minutos)

Segue-se o pedido a cada um dos participantes para discutirem em conjunto cada uma das áreas apresentadas. O moderador vai anotando todas as informações disponibilizadas pelos elementos do grupo. No final deve solicitar-se a um estrangeiro nacional de países terceiros para ser o representante no grupo para a apresentação dos resultados.

Áreas a serem discutidas – atenção: se as pessoas tiverem dúvidas vale a pena um breve esclarecimento, mas é importante informá-las de que aquelas áreas seguem apenas para orientar o trabalho de acordo com a estratégia nacional:

i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; xiv) Outros.

Segue-se a apresentação dos resultados por mesa a todo o Fórum, em que cada grupo é convidado a colar os seus resultados num painel colocado para o efeito.

No final desafiam-se os participantes a serem interlocutores na validação e discussão da versão preliminar, passando uma folha com os dados pessoais para futuros contactos (Vanessa Sousa fará a moderação do Fórum no seu conjunto).

Exemplo de modelo de ficha para discussão:

ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração

Problemas/ Necessidades identificados



ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração

Soluções ou Medidas de Ação necessárias para promover a integração dos estrangeiros a residir no concelho



Anexo 4. Metodologia do Fórum de Instituições

Nº de entidades previstas: 20

Local de realização: Biblioteca Municipal de Loulé

Data: 9 de Março de 2015

Horário: 15h00 – 18h00m

Material necessário:

Papel Flipchart – IN LOCO (Por cada mesa têm de estar preparadas as folhas de identificação de problemas, recursos, medidas e compromissos por área de intervenção (ver modelos em anexo)

Canetas/ Marcadores – IN LOCO

Coffee break – Câmara Municipal de Loulé

Folha de presenças – Câmara Municipal de Loulé

Folha para identificação de interlocutores para a plataforma –Câmara Municipal de Loulé
Ficha de avaliação da sessão – Câmara Municipal de Loulé

3 mesas – 1 por moderador (Sandra, João, Cláudia e Vanessa)

Disposição da sala: (a organizar pelos moderadores)

Depois de identificadas as organizações presentes, a equipa faz uma lista de participantes por mesa

Recursos Humanos:

4 moderadores – proposta: Sandra Vaz (grupo de temas 1), João Serafim e Cláudia Silvestre (grupo de temas 2), Vanessa Sousa (grupo de temas 3)

Distribuição dos participantes pelas mesas:

À chegada todos se inscrevem e os moderadores fazem uma lista por mesa que informam depois das apresentações iniciais

Cronograma dos trabalhos:

15h00m	Apresentação do projeto (Presidente/ Vereador)
15h15m	Apresentação dos trabalhos realizados até ao momento (Sandra Vaz apresenta)
15h30m	Apresentação da metodologia de trabalho e da constituição das mesas (Vanessa Sousa)
15h45m	Início dos trabalhos em cada grupo
17h15m	Moderadores apresentam os resultados por grupo de temas
17h30m	Fim dos trabalhos

Metodologia de cada um dos grupos temáticos

Os grupos iniciam-se com a formação definida pela equipa. Cada moderador tem um grupo de temas. Na primeira mesa fazem-se as apresentações (5 minutos no máximo), seguindo-se a discussão. Os moderadores vão anotando em cada uma das planilhas temáticas os resultados da discussão.

Áreas a serem discutidas – atenção: se as pessoas tiverem dúvidas vale a pena um breve esclarecimento, mas é importante informá-las de que aquelas áreas seguem apenas para orientar o trabalho de acordo com a estratégia nacional:

i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião.

A organização de cada grupo de temas ficará organizada da seguinte forma:

- Grupo moderado por Sandra Vaz: Mercado de Trabalho, Educação, Capacitação e Formação, Media e Opinião Pública;

- Grupo moderado por João Serafim e Cláudia Silvestre: Racismo e Discriminação, Cultura, Relações Internacionais, Cidadania e Participação, Religião;

- Grupo moderado por Vanessa Duarte de Sousa: Acolhimento e Integração, Saúde, Respostas Sociais, Urbanismo e Habitação, Relações Internacionais.

Segue-se a apresentação dos resultados por grupo temático a todo o Fórum, por parte dos moderadores de cada grupo.

No final desafiam-se as instituições a serem interlocutores na validação e discussão da versão preliminar do plano, passando uma folha com os dados pessoais para futuros contactos (Vanessa Sousa fará a moderação do Fórum no seu conjunto).

Em seguida apresenta-se a forma como cada folha de flipchart estará previamente preparada:

Área: Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Problemas/ Necessidades sentidos	Respostas/ Serviços existentes para resolver esses problemas/ suprir essas necessidades
Propostas para solucionar os problemas/ suprir as necessidades	Compromissos institucionais (para o biénio 2015-2017 o que cada instituição/ organização se propõe realizar para a solução dos problemas/ minimização das necessidades)

Anexo 5. Metodologia dos Fóruns de Jovens Imigrantes

11 de Março de 2015

Duração: 14h30m às 17h00m

Local: Escola EB2/3 de Almancil

Adotou-se o método METAPLAN, com os seguintes procedimentos:

1º Identificação dos problemas/ necessidades ao nível da integração – os jovens foram desafiados preencher individualmente post-hits onde identificaram esses problemas/ necessidades (técnica de brainstorming);

2º Apresentação dos resultados ao grupo – todos apresentaram o que haviam descrito nos post-hits

3º Sistematização dos dados pela equipa e constituição dos grupos de trabalho – os dados foram sistematizados por áreas de intervenção que se apresentaram aos jovens presentes, seguindo-se de uma proposta de constituição de dois grupos de trabalho onde as áreas e problemas deveriam ser debatidos.

4º Trabalho de grupo para apresentação de soluções – Cada grupo foi convidado a apresentar propostas de ação para melhoria dos problemas e necessidades identificados.

5º Apresentação das soluções pelos elementos dos grupos de trabalho – Cada grupo foi convidado a apresentar as suas propostas aos presentes.

Anexo 6. Metodologia da consulta a reclusos nos Estabelecimentos Prisionais de Faro e de Olhão

Nº de participantes esperados: 14

Encontros a realizar, locais e horários:

14 de Abril de 2015, Estabelecimento Prisional de Olhão

14 de Abril de 2015, Estabelecimento Prisional de Faro

Material necessário:

Folhas de identificação de problemas e de medidas por área de intervenção (ver modelos em anexo)

Recursos Humanos:

2 moderadores

Metodologia

Cada moderador é responsável por retirar anotações sobre as discussões de forma a que essas possam ser incorporadas na síntese que cada um deve fazer no prazo máximo de 5 dias e devolver à equipa.

Inicia-se com uma breve apresentação de cada um dos presentes – Nome e nacionalidade. (máximo 10 minutos)

Segue-se o pedido a cada um dos participantes para discutirem em conjunto cada uma das áreas apresentadas. O moderador vai anotando todas as informações disponibilizadas pelos elementos do grupo.

Áreas a serem discutidas – atenção: se as pessoas tiverem dúvidas vale a pena um breve esclarecimento, mas é importante informá-las de que aquelas áreas seguem apenas para orientar o trabalho de acordo com a estratégia nacional:

i) Serviços de Acolhimento e de Integração; ii) Urbanismo e Habitação; iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo; iv) Educação e Língua; v) Capacitação e Formação; vi) Cultura; vii) Saúde; viii) Solidariedade e Resposta Social; ix) Cidadania e Participação Cívica; x) Media e Sensibilização da Opinião Pública; xi) Racismo e Discriminação; xii) Relações Internacionais; xiii) Religião; xiv) Outros.

Exemplo de modelo de ficha para discussão:

ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração



Problemas/ Necessidades identificados

ÁREA: Serviços de Acolhimento e de Integração



Soluções ou Medidas de Ação necessárias para promover a integração dos estrangeiros a residir no concelho

Anexo 7. Ficha de consulta de compromissos institucionais¹²

Nome da Entidade: _____

O(s) participante(s) de cada entidade deverá(ão) assinalar com uma cruz (X) as medidas para as quais a sua entidade poderá vir a colaborar na implementação. Posteriormente será solicitada a cada entidade a formalização da participação em cada uma dessas medidas.

1. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO

Nº	Medidas	(X)
1	Promoção da continuidade do serviço de itinerância do Centro Local Apoio à Integração Imigrante (CLAI)	
2	Criação de uma Bolsa de Mediadores Municipais para a imigração	
3	Centralização da informação sobre as respostas existentes, no CLAI, para posterior encaminhamento aos serviços competentes, através de uma Base de Dados de partilha de informação	
4	Um guia de recursos para as instituições sobre direitos e deveres dos imigrantes, que possam facilmente aceder para melhor informar os imigrantes e que contenha a listagem dos interlocutores dos vários serviços para se estabelecer uma comunicação ágil entre esses em caso de necessidade	
5	Edição, Tradução e Impressão do Guia de Recursos	
6	Portal do Imigrante criado com informação alusiva ao Plano Municipal de Loulé para a Integração de Imigrantes, sobre os serviços locais e regionais que acolhem e integram os imigrantes, assim como com informação atualizada sobre os direitos e deveres dos imigrantes (com tradução nas 4 línguas estrangeiras mais representativas: Russo, Romeno, Inglês e Mandarim	
7	Criação de um folheto sobre o CLAI e sua disponibilização em locais centrais para fácil acesso aos imigrantes	
8	Realização de iniciativas informativas às organizações locais /regionais que acolhem e integram imigrantes para melhor conhecimento sobre os recursos existentes, mas também sobre os seus direitos e deveres	
9	Promover apoio logístico e financeiro às iniciativas desenvolvidas por associações de imigrantes locais e que prossigam os objetivos estratégicos previstos neste plano	
10	Divulgação do Banco Local de Voluntariado junto da comunidade imigrante	

2. URBANISMO E HABITAÇÃO

Nº	Medidas	(X)
11	Permitir igualdade de acesso dos imigrantes em relação aos autóctones nas habitações de residência temporária já existentes;	
12	Criação e distribuição personalizada de um panfleto sobre direitos e deveres dos imigrantes a proprietários e instituições financeiras que permita, simultaneamente, estabelecer uma aproximação do CLAI ao setor privado que lida diretamente com esta população e que dê a conhecer a situação de inclusão dos imigrantes (procurando evitar situações de discriminação seja pela especulação	

¹² Apresenta-se a ficha de consulta dos compromissos institucionais, apresentada aos parceiros, e com as devidas alterações à estrutura final, decorrente da participação ativa na melhoria da conceção do plano.

sobre os preços praticados, como pelos estereótipos criados sobre os imigrantes)

3. MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

Nº	Medidas	(X)
13	Inclusão da oferta dos serviços existentes no Gabinete de Apoio à Atividade Económica e Empreendedorismo, no guia de recursos locais a criar (seja para as instituições como para os imigrantes) e no Portal do Imigrante	
14	Aconselhamento aos Imigrantes e interessados na criação do seu próprio negócio (Criação do Plano de Negócio, legalização da atividade, acompanhamento da implementação da atividade).	
15	Articulação e encaminhamento entre Município de Loulé, Associações de Imigrantes e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no sentido de auxiliar o imigrante na sua integração em mercado de trabalho.	
16	Criação de Um Serviço Voluntário de Consultoria Jurídica na área do emprego prestado por Advogado inscrito na Ordem dos Advogados	
17	Promoção de ações de formação sobre Higiene e Segurança no Trabalho	

4. EDUCAÇÃO E LÍNGUA

Nº	Medidas	(X)
18	Ações de Formação em Português Para Todos, em diferentes horários, para assegurar a presença de imigrantes com diferentes perfis de empregabilidade	
19	Divulgação da oferta formativa de Português Para Todos, através do CLAI e da plataforma local para a integração dos imigrantes	
20	Realização de aulas complementares de português para estrangeiros no 1º ciclo	
21	Ações de formação em inglês para estrangeiros (em diferentes horários, para assegurar a presença de imigrantes com diferentes perfis de empregabilidade)	
22	Disponibilização de professores/técnicos nas escolas em que hajam estudantes imigrantes, para acompanhamento no processo inicial de integração	
23	Criação de uma bolsa de jovens, integrada nas escolas para apoio ao acolhimento de novos estudantes estrangeiros (incluída na Associação de Estudantes ou Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família), para que acompanhem o processo de tutoria a realizar (ex. clubes de voluntários.) fomentando uma integração positiva, evitando atitudes discriminatórias)	
24	Consideração do país de origem na constituição das turmas, procurando, sempre que possível, incluir mais do que um aluno da mesma nacionalidade na mesma turma	
25	Estímulo à criação de clubes de cultura nos vários contextos educativos locais	
26	Estímulo à participação dos jovens na criação de peças de teatro que retratem as situações de bullying vivenciadas, em particular as que se referem a situações de discriminação por raça, etnia ou nacionalidade distintas	

5. CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO

Nº	Medidas	(X)
27	Desenvolvimento de ações de formação profissional destinada a todos os públicos independentemente da sua situação face ao trabalho	
28	Processo de negociação com os serviços consulares de forma a facilitar o acesso ágil à documentação necessária para assegurar a validação nacional das competências escolares e profissionais dos imigrantes	

6. CULTURA

Nº	Medidas	(X)
29	Realização de semanas interculturais com diferentes iniciativas (exemplo: almoços entre culturas, mostras de comunidades, palestras sobre a história dos vários países em presença, podendo envolver também atividades de pintura, literatura e debates, semanas interculturais nas escolas)	
30	Realização da Festa das Comunidades	
31	Realização de Mostras de Festivais de Folclore e danças tradicionais que promovam a diversidade cultural	
32	Realização do Festival MED (Festival de Musicas do Mundo, gastronomia, artes plásticas, animação de rua, artesanato, dança, workshop's com o objetivo de divulgar as várias culturas do mundo)	
33	Realização de eventos interculturais ao nível do pré-escolar que visem a promoção da interculturalidade	
34	Dinamização de atividades recreativas dirigidas a crianças e jovens que tenham por finalidade a promoção da interação intercultural (ex. clubes de leitura na biblioteca/associação intercultural de jovens) e a participação ativa na vida da comunidade	
35	Criação de uma Base de Dados com as organizações culturais locais de forma a potenciar a comunicação entre organizações que trabalham na área da cultura, seja para partilha de informação, como para divulgação das atividades que são desenvolvidas	
36	Criação de uma Base de Dados concelhia, dos imigrantes com trabalho na área de expressão cultural, artesanal e artística	
37	Disponibilização de informação sobre as atividades de promoção da interculturalidade desenvolvidas ao CLAIL, para que este as possa divulgar junto de parceiros e imigrantes	
38	Rentabilizar espaços locais subaproveitados para a realização dos eventos de promoção da interculturalidade	
39	Criação de vídeos/sketchs que alertem para as consequências das atitudes racistas e discriminatórias, em particular as dirigidas a crianças e jovens	

7. SAÚDE

Nº	Medidas	(X)
40	Dinamização de ações de sensibilização sobre direitos e deveres dos imigrantes enquanto utilizadores do Serviço Nacional de Saúde	
41	Criação e divulgação do Gabinete de Saúde Juvenil na Comunidade	

8. SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL

Nº	Medidas	(X)
42	Criação de uma rede informal de apoio interinstitucional às situações de maior vulnerabilidade vividas pelos imigrantes	
43	Criação de um circuito de Transporte Público Urbano na freguesia de Almancil	
44	Articulação entre o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes e os Estabelecimentos Prisionais e as Equipas de Reinserção Social, como medida facilitadora para a reinserção social dos imigrantes em situação de reclusão e/ou em cumprimento de medidas penais na comunidade	

9. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Nº	Medidas	(X)
45	Realização de sessões de esclarecimento sobre direitos e deveres dos imigrantes em relação ao sistema nacional de eleições	
46	Realização de ações de informação aos imigrantes sobre os espaços de participação cívica existentes no concelho e sua mobilização	
47	Realização da ação “Pensar Loulé 2020”	

10. MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

Nº	Medidas	(X)
48	Criação de notas de imprensa sobre as atividades interculturais que as organizações locais e o município desenvolvem	
49	Divulgação das atividades interculturais na agenda municipal.	

11. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO

Nº	Medidas	(X)
50	Divulgação à comunidade das produções realizadas em contextos escolares e outros educativos, potenciando a sensibilização da comunidade para os efeitos das atitudes racistas e discriminatórias	
51	Desenvolvimento de ações de formação dirigidas às equipas que fazem atendimento e acolhimento de imigrantes	
52	Realização de ações de capacitação à comunidade escolar para a promoção de uma escola inclusiva	

13. RELIGIÃO

Nº	Medidas	(X)
53	Desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a temática da religião, que podem estar incluídas noutras iniciativas interculturais a realizar e que se preveem em plano	